



CATOLICA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

LISBOA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PAPEL DA ONU NA CRISE DE REFUGIADOS NA SÍRIA NO PERÍODO ENTRE 2012 E 2018

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da
Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em
Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa

Orientador: Professor Doutor Francisco Proença Garcia

Mestranda: Rita Valério São Marcos Redondo, 100517006

Lisboa, Janeiro de 2020



CATÓLICA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

LISBOA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O PAPEL DA ONU NA CRISE DE REFUGIADOS NA SÍRIA NO PERÍODO ENTRE 2012 E 2018

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da
Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em
Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa

Orientador: Professor Doutor Francisco Proença Garcia

Mestranda: Rita Valério São Marcos Redondo, 100517006

Lisboa, Janeiro de 2020

Estamos a assistir a um fenómeno de terrorismo de dimensões antes inimagináveis (...). Parece que se perdeu a consciência do valor da vida humana, que as pessoas não têm valor e que podem ser sacrificadas por outros interesses. E, tudo isto, lamentavelmente, diante da indiferença de muitos.

Papa Francisco (Francisco, 2014)

Agradecimentos

A concretização desta dissertação de mestrado resultou de muito esforço e dedicação. Neste sentido, cabe-me agradecer a todos aqueles que pela sua cooperação e apoio facilitaram a realização deste projeto, sem nunca me deixarem para trás.

Em primeiro lugar, um profundo agradecimento ao meu orientador, o Professor Doutor Francisco Proença Garcia, pela sua disponibilidade, sinceridade, apoio e por se mostrar um exemplo de excelência académica e da melhor natureza humana.

Todo este percurso seria impensável sem o suporte dos meus pais, avós e irmã. Agradeço-lhes profundamente o sacrifício, o amor e o incentivo constante que me deram aquando desta etapa da minha vida académica.

Durante este percurso, foram-me dadas provas de amizade por pessoas a quem muito devo. A todos os meus amigos, em especial ao João Pedro, pelo apoio emocional e pelos estimulantes diálogos.

Por fim a Deus, pois sem o seu amparo, não conseguiria chegar até aqui.

Índice

Agradecimentos	IV
Índice	V
Índice de Imagens	VII
Índice de Gráficos	VII
Resumo	VIII
Abstract	IX
Lista de Abreviaturas e Siglas	X
Introdução	1
A. Metodologia	1
B. Estado de Arte	2
C. Corpo de Conceitos	4
a. O Refugiado	4
b. Convenção de Genebra em 1951	5
c. Convenção de Dublin	9
CAPÍTULO 1 - Quais as Origens e Causas da Crise dos Refugiados na Síria?	11
1.1. Componente Histórica da Síria	11
1.2. Componente Geográfica da Síria	14
1.3. Contexto Étnico-Religioso	16
1.4. Componente Política da Síria	17
1.5. Componente Económica da Síria	19
1.5.1. Componente Económica da Síria - A seca	20
1.5.2. Uma “Crise” Migratória desde sempre	23
1.6. Descrever a Guerra	25
1.6.1. A Guerra EUA-Iraque	25
1.6.2. A Primavera Árabe	27
1.7. A Globalização e a Síria	30
1.8. Síntese Conclusiva	31
CAPÍTULO 2 - Quais os destinos eleitos pelos Refugiados Sírios?	33
2.1. Êxodo Populacional	33
2.2. Rotas dos Refugiados – Para onde e como vão?	34
2.3. Rotas dos Refugiados – Redes Clandestinas e Devoluções	37

2.4. Acordo UE-Turquia _____	39
2.5. Síntese Conclusiva _____	43
CAPÍTULO 3 - Qual a postura adotada pelos países da União Europeia? _____	45
3.1. Quais os países acolhedores de refugiados? – Fora da Europa _____	45
3.2. Quais os países europeus acolhedores de refugiados? _____	50
3.3. Quais os países europeus em oposição? _____	53
3.4. Quais os motivos que suportam a decisão? _____	56
3.5. Campos de Refugiados _____	59
3.6. Síntese Conclusiva _____	62
CAPÍTULO 4 - Quais as medidas adotadas pela UN e IOM? _____	65
4.1. Que outras organizações contribuíram ativamente nesta crise? _____	65
4.2. Resoluções do Conselho de Segurança _____	68
4.3. UNHCR _____	74
4.3.1. UNHCR – Doações _____	82
4.4. IOM _____	89
4.4.1. IOM – Doações _____	95
4.5. Síntese Conclusiva _____	99
Conclusão _____	101
Bibliografia _____	107

Índice de Imagens

Imagem 1 – Divisão da Síria em 1920 _____	15
Imagem 2 – Rotas dos Refugiados _____	36
Imagem 3 – Países que mais acolhem refugiados da Síria fora da EU _____	46
Imagem 4 - Pedidos de Asilo por parte de refugiados sírios _____	52
Imagem 5 - Campo de Refugiados Za'atri _____	60

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Pedidos de asilo entre 2008 e 2018 _____	45
Gráfico 2 - Entradas de Refugiados Sírios na UE _____	57

Resumo

A crise de Refugiados na Síria foi um dos temas mais abordados nos últimos anos. Contou com famílias separadas, milhares de mortos, feridos e um fluxo migratório sem previsão de término.

A União Europeia tem procurado resolver esta situação dentro e fora das suas fronteiras, onde assistiu a violações à dignidade humana, respeito e igualdade. Diante desta crise, discutem-se quais as políticas a adotar para obter uma resolução efetiva deste problema, numa época onde vários Estados Membros decidem fechar as suas portas e construir barreiras para impedir a entrada de refugiados.

Esta catástrofe originou-se devido a uma violenta conflitualidade, conflitos e violações de direitos humanos. Assim, o êxodo populacional culminou numa ação massiva de violência, opressão e amedrontamento por parte de grupos que controlam o tráfico ilegal e aproveitaram-se de populações completamente vulneráveis.

Trata-se da maior onda migratória e, por conseguinte, crise humanitária enfrentada pela Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Testam-se diariamente os valores e princípios europeus aquando de cada decisão tomada. A União Europeia coopera desde início com as Nações Unidas, respeitando as Convenções de Genebra e acordos institucionalizados. Estarão estas organizações à altura de culminar com esta tragédia?

Palavras-Chave: Refugiados; União Europeia; Síria; Migração; Nações Unidas; Direitos Humanos; Crise.

Abstract

The Syrian refugee crisis was one of the most discussed subject in the past years. This crisis separated thousands of families, a huge number of deaths and a migratory flux that presents no final date.

European Union has been looking forward to fix this problem in and outside their borders, where there were a lot of violations of human dignity, respect and equality.

In the face of the current situation, it has been discussed what are the best politics to adopt in order to fix this problem as fast as it can be. However, a lot of Member States of European Union decided to close their border to prevent the refugee's arrival.

This tragedy arose from an enormous violence of human rights. Due to that, the population exodus culminated in a huge oppression, violence and fear created by those groups who control illegal traffic and take advantage of vulnerable populations.

This is the biggest migratory flux that has ever occurred and, consequently, the biggest humanitarian crises that Europe is facing since the Second World War.

European principles are tested every day, as a new decision is made. European Union has been cooperated with United Nations, respecting Geneva Conventions and the other institutional agreements.

Will those international organizations be enough and well prepared to end this catastrophe?

Key Words: Refugees; European Union; Syria; Migration; United Nations; Human Rights; Crisis.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AI – Amnesty International

DRC - Danish Refugee Council

EC – European Commission

ECHO - European Community Humanitarian Aid Office

EU – European Union

FAO – Food and Agriculture Organization

IBC – Iraq Body Count Project

ICRC - International Committee of the Red Cross

IOM – International Organization for Migration

IRO – International Refugee Organization

ISIS – Islamic State of Iraq and the Levant

OAU – Organization of African Unity

OCHA - United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs

OHCHR - Office of the High Commissioner for Human Rights

IGO - Intergovernmental Organization

OPCW - Organization for the Prohibition of Chemical Weapons

UN – United Nations

UNDP - United Nations Development Programme

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees

UNICEF – United Nations Children's Fund

UNRRA – United Nations Relief and Rehabilitation Agency

WFP – World Food Programme

WHO – World Health Organization

Introdução

A. Metodologia

Com esta dissertação de mestrado pretendemos dar resposta à questão central: “Qual o papel da ONU na crise dos refugiados na Síria no período entre 2012 a 2018?”. Deste modo, seguimos a metodologia do estudo de caso, iniciando a temática a partir de quatro pontos principais.

No primeiro capítulo, propomo-nos a responder à questão derivada “Quais as Origens e Causas da Crise dos Refugiados na Síria?”, cujo enfoque será a componente histórica e geográfica da Síria, o seu contexto étnico-religioso e a componente política e económica (onde abordamos a questão da seca).

Neste contexto, começamos pela “crise” migratória, que dura desde sempre, passando pela Guerra entre os Estados Unidos e o Iraque, aprofundando a Primavera Árabe e terminamos com a ligação entre o fenómeno da Globalização e a Síria.

Na segunda parte do estudo, abordamos a pergunta derivada “Quais os destinos eleitos pelos Refugiados Sírios?”. Neste ponto, examinamos o êxodo populacional balizado no período de tempo estudado, as rotas migratórias tomadas pelos migrantes e os seus meios de locomoção. Para além disso, expomos o tema das redes clandestinas e devoluções que surgiram nesta época e o seu vínculo com estes grupos vulneráveis.

Posteriormente, no terceiro capítulo, estudamos a postura adotada pelos países da União Europeia, incluindo ainda uma lista de países fora da Europa que se disponibilizaram a acolher estes refugiados.

Em seguida, fazemos uma diferenciação entre os países da União Europeia que prontamente se mostraram disponíveis a acolher refugiados e os que, pelo contrário, rejeitaram que estes atravessassem as suas fronteiras, ilustrando o suporte de cada uma das tomadas de decisão. Explicamos ainda a preferência por uns destinos em detrimento de outros. Finalizamos este capítulo mencionando alguns campos de refugiados relevantes e expomos a sua importância para os sírios.

Por último, ilustramos as medidas adotadas pelas Nações Unidas e pela International Organization for Migration (IOM) perante esta situação delicada. Para isto, incluímos ações e gestos de outras organizações internacionais que consideramos relevantes, expomos as medidas tomadas pela United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR), bem como as doações que foram sendo feitas. Clarificamos também as Resoluções do Conselho de Segurança e abordamos ainda a atividade da IOM e as doações que obteve.

Finalizamos a dissertação com uma conclusão, seguida de um levantamento das referências bibliográficas que sustentaram a argumentação. Aqui, foram estudados artigos científicos e também documentos oficiais da UNHCR, United Nations Children's Fund (UNICEF) e United Nations (UN), que, estão em constante atualização e apresentam uma informação mais fidedigna.

B. Estado de Arte

Relativamente ao primeiro capítulo, Andrade (2011) escreveu sobre a primeira década de 2000, analisando a violenta guerra civil que despoletou e dizimou a população síria, criando um fluxo de refugiados sírios no Iraque, Jordânia, Líbano, Turquia e na própria Síria. De facto, até ao ano de 2013, registou-se mais de meio milhão de refugiados e 60 mil mortos, numa guerra sem estimativa de término. Diante desta catástrofe, discute-se que políticas adotar para proteger as vítimas tendo em conta os diferentes regimes, interesses, ideias e questões de identidade.

A propósito da segunda questão derivada, Magalhães (2016), acerca do papel da União Europeia, refere que esta se encontra envolvida nesta crise, devendo comprometer-se com os seus Estados Membros a fim de assegurar a segurança humana e agir em conformidade com o bem estar dos sírios. De facto, a EU (European Union) tem desenvolvido políticas que efetivamente protegem os refugiados, evidenciando uma preocupação centrada nas pessoas, na sua integração e no respeito pela sua dignidade. Todavia, a elaboração de um Sistema Europeu Comum de Asilo depende dos interesses de cada Estado Membro e do compromisso da EU.

De acordo com a obra de Macena & Obregon (2018), verificou-se em 2018 um total de 22,5 milhões de refugiados no planeta, sendo que este número tende a aumentar. Os países são responsáveis por acolher ou não estas vítimas, já que têm total liberdade de o fazer, reconhecendo-se, no entanto, que as opiniões sobre esta problemática divergem, especialmente, dentro da Europa. Alguns países temem pelos efeitos colaterais negativos que os refugiados trarão à sua economia. Todavia, na opinião de Macena & Obregon (2018) um maior acolhimento de refugiados incrementa a economia dos países.

Segundo Vieira (2014), o Médio Oriente, uma das regiões do mundo onde existem mais refugiados, fruto dos conflitos políticos e religiosos que ali existem, sempre foi um dos principais locais de atuação da UNHCR. Tem-se destacado, igualmente, o papel de cooperação entre os países de acolhimento de refugiados sírios e as organizações internacionais, com vista ao cumprimento da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967 sobre Refugiados adotados pela UN, a fim de resolver os problemas existentes e analisar as ações tomadas pela comunidade internacional.

Decorrente dos obstáculos que emergiram aquando da gestão da crise dos refugiados, Rocha & Moreira (2010) defendem que as normas e as organizações que acompanhavam de perto esta situação também se alteraram e evoluíram, no sentido de dar uma resposta mais eficaz e adequada às necessidades. Com a ajuda da UN, foi possível identificar a origem de alguns problemas e detetar os agentes causadores de mais dificuldades. Concluiu-se que os principais obstáculos à resolução do problema se centravam na falta de financiamento e na falta de união dos regimes, verificando-se barreiras políticas que limitavam a discussão da sua organização interna, reconhecendo-se que a responsabilidade deste assunto não é só da UN, senão de todos os Estados e sociedades civis a nível global que devem concertar decisões e políticas afins.

C. Corpo de Conceitos

a. O Refugiado

Refugiado é um termo utilizado para descrever alguém que foi forçado a mudar-se de um lugar (normalmente o seu país de origem) para outro, com receio de ser perseguido, por motivos de raça, religião, nacionalidade ou outros que sejam considerados uma ameaça à sua vida e à sua liberdade, fugindo do perigo e colocando-se em segurança. O refugiado é assim forçado a deixar o conforto do seu lar, os seus bens, a sua família e o seu país, rumo a um futuro incerto e hostil com vista a maior estabilidade e mais proteção (Ferreira, 2019).

O motivo que o leva a deslocar-se pode resultar de conflitos bélicos, políticos ou qualquer outra razão que seja considerada uma ameaça à vida humana.

Deste modo, um refugiado é definido como todo o indivíduo que se apresente fora do seu país natal, motivado por razões de discriminação relativamente a raça, nacionalidade, opinião política, religião, guerras, grupos sociais e violação de direitos humanos e está impossibilitado de regressar ao seu país de origem para encontrar refúgio. Desta forma, recorre a outros países de acolhimento, considerados por ele mais seguros e com melhor perspectiva de vida. Este termo foi primeiramente utilizado em 1573 em França, aquando de uma permissão do direito ao asilo a Calvinistas nos Países Baixos (Ferreira, 2019).

A UNHCR descreveu este conceito como alguém: “que, em consequência dos acontecimentos decorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha a sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”. Com o tempo, esta definição foi

considerada redutora, uma vez que só abrangia a Europa e se focava apenas nos acontecimentos ocorridos antes de 1951 (Ferreira, 2019).

Dada a resistência e o agravamento da questão, bem como a sua extensão à escala mundial, foi criado o Protocolo de Nova Iorque, ou Protocolo de Bellagio em 1967. Este tratado tinha como finalidade apelar e solicitar a cooperação internacional neste âmbito, fomentando a convocação de mais convenções internacionais de proteção de refugiados por parte da comunidade internacional e tomando as providências necessárias para o efeito (Ferreira, 2019).

O principal objetivo desta convenção era melhorar as condições em que estes grupos se encontravam, tentar reduzir o número de pessoas que procuravam asilo, examinar e aprimorar as políticas de acolhimento nos países por eles eleitos, facilitar a sua integração, dar sempre auxílio e assistência de forma imparcial e sem distinções e incentivar o regresso voluntário ao país de origem (quando possível).

O propósito era, primeiramente, motivar os estados e instituições a criar condições que protegessem os direitos humanos. Em segundo lugar, resolver pacificamente os conflitos que já existissem, e, conseqüentemente, reintegrar da melhor forma possível os refugiados e migrantes nos seus países de origem.

Do ponto de vista da organização das sociedades hodiernas, o impacto deste fluxo migratório é forte e obriga a uma reorganização de políticas sociais, laborais e económicas, que conduzam a uma harmonia social no sentido de mitigar os efeitos negativos que este êxodo provoca (Ferreira, 2019).

b. Convenção de Genebra em 1951

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, vulgarmente conhecida como Convenção de Genebra de 1951, criada pela UN no dia 1 de janeiro de 1951, estabelece a definição de refugiado e precisa os direitos dos seres humanos concedidos com o direito de asilo. Faz também alusão às

responsabilidades das nações concedentes, determina quem não pode ser qualificado de refugiado, (como por exemplo, os criminosos de guerra) e permite a essas vítimas a livre circulação para quem apresente os documentos de viagem emitidos sob a convenção.

O seu objetivo era assegurar a proteção internacional dos refugiados, reinstalando-os em novas comunidades nacionais. É ainda hoje o documento fulcral para atribuir a instituição de asilo. A sua criação datou um marco na história europeia e mundial, quando foi juridicamente definido o conceito de refugiado e estabelecidos os critérios a ter em conta para a atribuição deste estatuto. Uma das doutrinas mais relevantes foi o princípio de “NonRefoulement” que obrigava os países de asilo a não

“ (...) [expulsar] ou [repelir] um requerente de asilo, seja, de que, maneira for para as fronteiras dos territórios, onde a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçados em virtude de raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas” (Rodrigues, 2006).

Na verdade, depois da Segunda Guerra Mundial, milhares de pessoas foram forçadas a deixar os seus países de origem, fruto dos conflitos e perseguições que existiam à época. Foi estimado que nessa altura, havia cerca de 50 milhões de refugiados no mundo, sendo que 40% desse número eram crianças. Sensivelmente, dois terços destas vítimas viveram exiladas durante cinco anos e muitas delas nunca saíram desse registo. Convém salientar que quatro quintos dos exilados estavam em países desenvolvidos incapazes de os acolher. Muitos refugiados provenientes da Nigéria deslocaram-se para países vizinhos, tais como o Níger, Chade e Camarões (Adebayo, 2015).

O anterior secretário geral da UN, Ban Ki-Moon pronunciou-se relativamente a esta situação dizendo que “Os refugiados foram privados das suas casas, mas não devem ser privados do seu futuro”. Relacionado com esta afirmação, também a Convenção de Genebra enuncia os direitos dos refugiados e os motivos pelos quais não devem ser discriminados, destacando-se, sobretudo, o direito à liberdade de religião, à igualdade de outros seres humanos, à

residência, ao emprego, educação, serviços públicos e administrativos, livre circulação, identidade e documentos de viagem, taxas fiscais, transporte de bens pessoais, naturalização e cooperação com as regras incutidas pela UN (Adebayo, 2015).

A Convenção de Genebra de 1951 divide o conceito de refugiado em quatro categorias, que usufruem de diferentes proteções consoante o seu estatuto.

Assim, distingue-se o refugiado, o refugiado ilegal no país, o refugiado legal no território e o refugiado legal que está a residir num território. Importa referir que estas distinções requerem uma explicitação do seu conceito, evitando interpretações erradas ou abusivas.

Na primeira designação, considera-se o refugiado toda e qualquer pessoa que vá ao encontro da definição da Convenção independentemente de já ter sido ou não reconhecido formalmente como tal pelo país que o recebeu. De facto, esta identificação formal não está incorporada nos critérios da Convenção. Deste modo, quando um país assegura o estado de refugiado só reconhece a condição que já existia anteriormente (Crepeau & Barutciski, 1994).

Também foi analisado o compromisso da comunidade internacional para averiguar se os refugiados usufruíam dos seus direitos sem qualquer forma de discriminação. Contudo, foi notado que enquanto alguns países que seguiam a Convenção se esforçavam para que tudo o que estivesse escrito fosse cumprido, outros não se sentiam obrigados a conceder às vítimas os seus direitos. Ao manter o critério policial, e a fim de delimitar a quem e quando é que seriam protegidos, muitos países complexificaram o regime de proteção. A título de exemplo, a Etiópia não se manifestou totalmente a favor da educação, considerando tratar-se de uma recomendação e não de uma obrigação. Deste modo, foi recomendado para realçar o estatuto legal de refugiado, que os países implementassem a proteção internacional individualmente. Para além disso, foram sugeridas sanções para os partidos que violassem a Convenção, tais como a sua suspensão da UN (Adebayo, 2015).

A segunda categoria, o “refugiado ilegal no país”, define todo e qualquer refugiado que está num país sem ser autorizado. Além da mínima proteção que é

garantida aos requerentes de asilo (não discriminação, liberdade de escolha de religião, acesso aos tribunais e apoio contra a supressão), este refugiado usufrui ainda de proteção especial contra penalizações de entrada e presença ilegal no país. Este auxílio adicional deve-se à situação peculiarmente instável que vive este refugiado (Crepeau & Barutciski, 1994).

A terceira categoria de refugiado recebe mais assistência e proteção, estando autorizado a estar presente no estado e, por isso, a sua definição “refugiado legal no território”. A sua categoria resulta ou do seu reconhecimento, já anterior, como refugiado, e a sua estadia no território em questão é permitida, ou foi consentido a manter-se no território até uma decisão ser tomada acerca do seu pedido de asilo. Este grupo de vítimas é protegido contra a expulsão e tem direito a empregar-se e a circular livremente dentro do seu território.

Por último, o maior grau de proteção é concedido ao refugiado que está autorizado a permanecer num determinado local e cuja presença compreende um período extenso. São estes os “refugiados legais que estão a residir num território”. Beneficiam de muitas mais regalias, comparativamente com os outros, como o direito ao trabalho, seguro e serviços de saúde. Apesar de na Convenção não estar discriminado a partir de que momento deixa de ser uma visita e passa a ser uma permanência duradoura, uma estada que excede os três meses parece ser o período de tempo apropriado para se qualificar de permanência duradoura, já que normalmente compreende o período máximo de um visto de turista. Qualquer pessoa que possua um documento de residência, ou equivalente, que o permita manter-se nesse território por mais de três meses deve ser designado como “refugiado legal a residir num território” (Crepeau & Barutciski, 1994).

Todavia, e independentemente da sua categoria, as comunidades locais, habitualmente não são tão rígidas com os refugiados e concedem-lhes proteção e direito à saúde assim que se estabeleçam e tenham uma residência no local onde se encontrem. O aumento da proteção dada aos refugiados pela Convenção está intimamente ligado com os refugiados e os países de acolhimento. A principal vantagem para as comunidades de acolhimento, relativamente à categoria dos refugiados, é que não têm responsabilidades quando os refugiados chegam a

reclamar do seu estatuto. É dada às comunidades uma certa flexibilidade na implementação da proteção dos refugiados. A título de exemplo, para que os requerentes de asilo usufruam de mais do que os direitos básicos, devem identificar-se às autoridades locais, que por sua vez devem permitir a sua estada na comunidade. Dependendo da rapidez com que as autoridades lhes concedem o estatuto de refugiados, os estados podem aumentar ou não as suas obrigações e assim se gera um equilíbrio entre a soberania dos estados e os direitos fundamentais dos refugiados (Crepeau & Barutciski, 1994).

c. Convenção de Dublin

A Convenção de Dublin foi rubricada na capital da Irlanda no dia 15 de junho de 1990, apesar de só ter entrado em vigor em setembro de 1997 para os primeiros estados signatários: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Reino Unido. Um mês mais tarde, alargou-se para a Suécia e Áustria e no ano seguinte para a Finlândia.

Trata-se de uma lei da EU que pretende facilitar o processo de candidatura dos refugiados que procurem refúgio sob a proteção da Convenção de Genebra. Um dos objetivos mais importantes deste acordo é distribuir pelos Estados Membros a responsabilidade de analisar e processar as candidaturas de pedidos de asilo. Além disto, este tratado ajuda a trazer harmonia nas políticas de asilo, garante proteção juntamente com as obrigações internacionais e humanitárias, promove a livre circulação na EU sem fronteiras internas, assegura que todos os processos sejam eficientes (prazos temporais, cláusulas que impliquem provas), garante que cada Estado Membro analise cada candidatura individualmente, impede que existam múltiplas candidaturas simultaneamente pela mesma pessoa em diversos Estados Membros e preserva a união das famílias no caso de todos os objetivos serem conciliáveis (McDonough, Kmak, & van Selm, 2008).

A Convenção de Dublin foi uma das primeiras tentativas no âmbito do direito internacional para resolver a tão controversa discussão acerca da responsabilidade dos Estados. Ao organizar um sistema de cooperação entre os

vários Estados Membros, fez com que estes superassem a abordagem negativa da lei do refugiado que só proíbe a expulsão, deixando em aberto quem deve oferecer proteção. Apesar deste sistema apresentar algumas fragilidades, é considerada uma boa base para a delimitação de estratégias, políticas e doutrinas legais em questões relacionadas com o asilo (Marx, 2001).

O princípio elementar da Convenção de Dublin é que os membros se reconheçam uns aos outros como “países terceiros seguros”. Assim, um requerente de asilo só será enviado depois do Estado responsável concordar com a sua transferência, após a análise da sua candidatura. Além desta razão, o Acordo de Dublin também assegura a livre circulação de pessoas em território de Estados Membros, através da supressão de controlo nas fronteiras internas.

A Convenção é principalmente utilizada para prevenir que vários requerentes se alojem ou se candidatem simultaneamente aos Estados e para evitar o fenómeno dos “refugiados em órbita”, ao forçar os Estados Membros responsáveis a examinar devidamente as candidaturas dos requerentes. Esta Convenção aplica-se no âmbito da Convenção de Genebra de 1951, relacionada com o estatuto de refugiado (Hurwitz, 1990).

CAPÍTULO 1 - Quais as Origens e Causas da Crise dos Refugiados na Síria?

1.1. Componente Histórica da Síria

O povo sírio define-se pelas suas diferenças étnicas e religiosas, além das tribais e linguísticas, que se mantiveram e fortaleceram através do isolamento incitado pela falta de autoridade central, de comunicação e difícil acesso aos vales e montanhas onde residiam as minorias (pelo menos até à Primeira Guerra Mundial). De facto, eram raras as ocasiões em que o Império Otomano se estendia para lá da costa, dos vales e dos rios e das planícies com fácil acesso onde viviam as maiorias religiosas e nacionais. As linhas que hoje definem o território da Síria foram estabelecidas pela primeira vez em 1920 pelo Mandato Francês e alteradas pela última vez devido à invasão israelita no ano de 1967 (Costa, 2016).

Antes de ser delimitada por fronteiras físicas, este país já existia como uma entidade simbólica e menos definida, desde a primeira metade do século XIX, no momento em que se reavivou a língua árabe com a conquista do Levante. Na segunda metade desse mesmo século, novas cidades começaram a concentrar-se na atividade económica, como Beirute, assim como cidades antigas - Damasco - que incrementaram e possibilitaram a construção de armazéns, bancos, jardins públicos e novos bairros. Para além disso, foi criado o sistema de ensino e comunicação, além da introdução do ensino da língua árabe nas escolas, o que criou uma cultura escrita árabe. Em paralelo com estas escolas do governo, existiam também escolas missionárias católicas para protestantes que ofereciam educação para cristãos e, mais tarde, para muçulmanos.

Entre 1860 e 1870, conquistou-se a liberdade de expressão no Levante (que hoje constitui a Síria, Israel, Jordânia, Palestina, Líbano e Chipre), o que permitiu, à época, muitas pessoas de origens comunitárias e religiosas partilharem e exporem as suas ideias políticas e científicas. Este período ficou registado como uma grande dedicação por parte destes grupos ao adaptar

conteúdos escritos em francês ou inglês para o árabe e também por produzir e difundir uma cultura escrita na sua língua (Costa, 2016).

Até então, a separação entre a Síria e o Líbano não estava bem definida, a atividade económica e o aumento da presença europeia em Beirute provocou ressentimentos, já que o descontentamento com as políticas otomanas se incitou e, em 1860, uma guerra civil contra os cristãos ocorreu em Damasco. Esta situação gerou a necessidade de intervenção europeia e a criação de um regime especial para o Líbano. Desde então, a designação “Síria” começou a ser usada por muitos nacionalistas que definiam o seu território como um local que abrangia tudo o que se encontrava “desde as montanhas Taurus até ao deserto do Sinai, e uma comunidade que incluía cristão e muçulmanos, drusos e judeus, cooperando tão plenamente que já não importava qual era a maioria e qual era a minoria” (Costa, 2016).

Consequentemente, em 1875, alguns jovens colocaram cartazes em Beirute, pedindo a autonomia da Síria em união com o Líbano, o reconhecimento do árabe como língua oficial e o fim de restrições à expressão e ao conhecimento, o que motivou uma separação entre a Síria e o Líbano e criou ideias de “unidade árabe” que seriam postas em prática após 1946. Na verdade, este movimento teve um grande impacto no século XX, no sentido em que houve melhorias nos governos locais, na expansão da educação, no reforço de segurança pública e na realização de obras (como a estrada de ferro de Hedjaz, de Damasco a Medina).

A partir de 1906, havia liberdade de expressão política: os jornais podiam ser impressos livremente e os árabes muçulmanos que habitavam nas grandes cidades da Síria puderam usufruir da educação otomana para se tornarem oficiais e funcionários (podiam, inclusivamente, aprender árabe e línguas estrangeiras). Formados por este sistema de educação, providos de consciência política, começaram a criar grupos de discussão e ação política para alcançar a independência do Império otomano e dos turcos, já que eram vistos como os responsáveis pela estagnação das povoações árabes. A sua proposta era a junção de todos os árabes muçulmanos para que unidos se desaliassem do império otomano e vivessem sob um governo árabe e islâmico, persuadindo cristão e judeus a fazer o mesmo (Costa, 2016).

Porém, nem todos concordaram com a sugestão. Alguns, tinham esperança numa Síria secular, numa nação carregada com natureza e história que até então não tivera unificação social e política por nunca ter tido um governo nacional que trabalhasse em prol dos interesses do povo. Por outro lado, os nacionalistas cristãos defendiam que o estado deveria ser semelhante aos estados modernos europeus, ao mesmo tempo que muitos árabes defendiam a revolta do sharif de Meca contra o Império Otomano, pois acreditavam que a família do sharif deveria ser a família real do povo árabe.

A Grã-Bretanha sustentou o plano do Faysal, filho do Sharif de Meca, com recursos morais e materiais durante a Primeira Guerra Mundial. Todavia, com o fim da guerra, a Grã-Bretanha já não conseguia cumprir as suas promessas diplomáticas e Faysal governou a Síria entre 1919 e 1920, até que os franceses puseram um fim ao seu mandato e implementaram o Mandato francês sobre a Síria e o Líbano, que constituía um sistema de administração colonial para os territórios libertados pelo Império Otomano, decidido no Tratado de Versalhes (Costa, 2016).

Este mandato determinava o reconhecimento provisório da independência ao Império Otomano e, em simultâneo, subordinava-os a dar assistência por um estado encarregado. A Síria, enquanto estava sob o mandato francês, foi incentivada a prevenir e suprimir a ascensão do nacionalismo árabe.

De facto, a História da Síria está intimamente relacionada com os processos de expansão de sociedades antigas e das grandes potências atuais. A sua posição geográfica, no mediterrâneo oriental, nem sempre foi a mesma. É provida de rios, com terras propícias à agricultura, localização fulcral para interligar as potências ocidentais com a Ásia, facultando o comércio (Zahreddine, 2013).

Porém, a Síria não foi o único país a apropriar-se dos seus próprios rios para usufruto próprio. O Império Romano utilizou o Oásis de Palmira (cidade próxima de Tadmor, no centro da Síria) como ponte para facilitar as suas negociações com a Ásia Central (Zahreddine, 2013).

Com o passar do tempo, a localização geográfica deste país passou a ser considerada relevante para a atividade económica, o que originou várias disputas por este local.

O primeiro conflito, comandado por Husseyn, sharif de Meca e designado Revolta Árabe, ocorreu em 1961, sob o desígnio de dominar Damasco, desmontou o Império Turco Otomano no Oriente Médio, mas o seu grande objetivo era a formação de um novo Estado Árabe.

1.2. Componente Geográfica da Síria

A primeira vez que se falou na “grande Síria”, foi em 1920, no pós Primeira Guerra Mundial, sob o governo francês na Síria e no Líbano. Esta região, que compreendia a atual Síria, o Líbano e uma região turca, de seu nome Hatay, ocupava o território desde a fronteira entre o Iraque e o Irão até à margem do Mediterrâneo Oriental, o que desde logo destaca uma região com o solo fértil (Zahreddine, 2013).

A Síria é e sempre foi um país vincado por minorias étnicas e religiosas, tal como já aduzido anteriormente, dois elementos cruciais e, muitas vezes, responsáveis por muitos dos conflitos vividos ao longo do tempo com os seus países vizinhos, em particular o Líbano (Zahreddine, 2013).

A Síria, sob o Mandato francês, foi obrigada a dividir o seu território em vários estados. Em 1920, foram criados os Estados de Damasco, Alepo, Alauita e o Grande Líbano. Este último, foi o primeiro a tornar-se independente e a converter-se no atual Líbano.

Um ano mais tarde, em 1921, criaram-se os estados de Monte Druso e de Alexandretta (atual Hatay). A ideia dos franceses era que os principais defensores e propagandistas do nacionalismo árabe pertenciam às grandes elites urbanas. Por conseguinte, esta divisão em estados fomentava a lealdade sectária e evitava a ligação das elites com as populações rurais. Todos estes estados foram reincorporados na Síria depois da sua independência em 1946 (Costa, 2016).



Imagem 1 - Divisão da Síria em 1920

Até 1910, Damasco tinha escolas primárias e secundárias, públicas, particulares, para serviço civil e militar, assim como escolas para mulheres. Depois da introdução do Mandato francês, foram muitos os estudantes das elites urbanas que recomeçaram os seus estudos em escolas missionárias estrangeiras, que, ao aprenderem uma língua europeia, lhes davam a possibilidade de prosseguir os estudos em França ou Inglaterra. Por conseguinte, o número de escolas públicas aumentou durante a época do Mandato e a assiduidade das escolas primárias aumentou bastante, especialmente, entre filhos de comerciantes e lojistas. Não obstante este aumento de escolas públicas, o ensino estava longe de ser universalizado e havia menos de 40 mil alunos matriculados em escolas públicas e privadas na Síria, o que constituía 2% da população (Costa, 2016).

Os estudantes que habitavam em cidades mais rurais raramente assistiam às escolas civis, já que eram direcionados para a escola militar otomana, em Damasco, que lhes proporcionava uma oportunidade de carreira no exército otomano. Tudo isto beneficiava o mandato francês, uma vez que assim a rivalidade já existente entre elites urbanas e zonas rurais era despertada e, conseqüentemente, os movimentos nacionalistas eram retidos. Importa referir

que os franceses beneficiaram do recrutamento militar de destacamentos especiais para drusos, alauitas, curdos e outras minorias (especialmente de origens mais rurais) para criar as Troupes Spéciales du Levant. Este grupo foi fulcral para controlar as revoltas que sucederam entre 1920 e 1930 em todo o território chefiado pelo Mandato (Costa, 2016).

Efetivamente, os desentendimentos nestes novos estados não tardaram a emergir. Em 1925, uma revolta árabe instaurou-se no Estado de Monte Druso, com o intuito de expulsar os franceses da região e de criar um grande estado árabe. Este conflito, superado pelos franceses dois anos mais tarde, dificultou o procedimento da divisão da Síria, mas abriu portas a um núcleo mais coeso da esperada República da Síria (Zahreddine, 2013).

Inicialmente, ao território original da Síria e do Líbano, foram anexados os estados de Damasco e de Alepo. Porém, em 1936, os de Monte Druso e Alauita também foram incluídos, o que minimizou o caráter autónomo desta localidade. O estado de Alexandretta tornou-se independente e em 1939 foi incorporado pelos turcos; o Grande Líbano também declarou a sua independência e foi posteriormente considerado pelas Nações Unidas como a República do Líbano em 1946 (Zahreddine, 2013).

1.3. Contexto Étnico-Religioso

Neste mesmo ano, 1946, também a Síria proclamou a sua independência. Nesta região, 70% dos residentes eram muçulmanos sunitas e a restante população era constituída por cristãos, alauitas, entre outros.

No que toca à religião, a população síria é maioritariamente muçulmana (87%) que se segmenta numa maioria Sunita (cerca de 74%) e em minorias Alauítas, Shias e Ismailitas (13%, sendo que os Alauitas são o grupo que está no poder), cristãos de diferentes denominações (10%) e drusos (3%) (Silva & Albanez, 2018).

O poder é disputado por duas frentes de oposição, o Conselho Nacional Sírio e o Exército Livre da Síria. Tudo isto, culminado com a violência vivida

neste país e com a revolta do povo relativamente à ditadura do presidente Bashar al Assad agrava ainda mais a insurreição síria.

Atualmente, este país apresenta uma população de cerca de 18 milhões de habitantes, e, apesar de constituir um estado árabe, a sua população é ainda considerada vulnerável não só por questões étnicas, como também por ser uma comunidade pouco tolerante.

Na verdade, de entre estas comunidades árabes, apenas o Líbano e o Iraque apresentam um sistema organizado e uma composição forte que os distingue (Leverett, 2005).

A respeito da questão étnica, 90% do povo sírio é de etnia Árabe e 9% são um conjunto de curdos, arménios, circassianos ou turcomenos. Esta fragmentação de identidades foi, durante anos, a causa de muitos dos atritos vividos neste país.

1.4. Componente Política da Síria

A partir do momento que a República da Síria se tornou independente até 1971, as estratégias e os golpes induzidos pela disputa do poder não cessaram.

A Síria teve dez presidentes, entre 1946 e 1958, sendo que o primeiro foi Gamal Abdel Nasser, presidente da República Árabe Unida, fruto da união entre o Egito e a Síria (Zahreddine, 2013).

O fim desta república deu-se em 1961, data em que o partido Baath Sírio interveio na modificação do regime deste país. De facto, dois anos mais tarde, este mesmo partido assumiu o poder nesta região e alterou o seu nome para República Popular da Síria, gizando a posição socialista do estado.

Entre 1961 e 1970, este povo sofreu golpes militares e sete presidentes ocuparam o mais alto cargo do executivo Sírio (Zahreddine, 2013).

Finalmente, em fevereiro de 1971, Hafez al Assad assumiu o cargo como presidente deste país, e, contrariamente aos seus antecessores, permaneceu até 2000, ano em que faleceu. Nesse momento, a alteração política foi feita por intermédio do seu filho, Bashar al Assad que se mantém como presidente sírio até aos dias de hoje.

Hafez al Assad nasceu no seio de uma família humilde que pertencia aos Alauitas, uma minoria religiosa na Síria. Esta conduta modesta esteve sempre incutida no seu mandato, já que este presidente procurava orientar o seu país, de forma a que os alauitas e outras minorias religiosas (cristãos, drusos e outros) também pudessem ascender na sociedade.

Este governador decidiu debruçar-se sobre as forças armadas do país e grande parte deste grupo era então constituído pelas minorias étnicas e religiosas. De modo que, como Hafez al Assad, incluiu-o na comunidade, fazendo com que fosse devoto e leal a si e à sua família.

Em junho de 2000, ano em que este presidente faleceu, foi feito um referendo popular para que o seu filho pudesse substituí-lo na presidência do país.

Os habitantes sírios estavam repletos de esperança no novo presidente, uma vez que, aparentemente, apresentava os mesmos valores e princípios do seu pai (Zisser, 2010).

Quando subiu ao poder, discursou e comprometeu-se a liberalizar a economia, a desenvolver reformas políticas e a reprovar a implementação do estilo democrático ocidental na Síria. Mais afirmou que iria rejeitar qualquer medida que pusesse em causa a autoridade do Partido Baath. No entanto, atenuou algumas restrições relativamente à liberdade de expressão e imprensa e libertou alguns presos políticos (Santos, 2014).

Deste modo, gerou-se uma época de mudança, a chamada “Primavera de Damasco” onde foram criados fóruns de discussão política, fomentando reformas políticas sem censura (Zisser, 2005).

Contudo, uns meses depois, o presidente sírio alterou o percurso inicialmente delineado no seu mandato e implementou medidas que asseguraram o término deste ativismo político em prol das reformas. Cinco anos depois do seu mandato, tornou-se claro que, apesar do seu pai ser dotado de um sentimento autoritário, o seu filho carecia de carisma, capacidade de liderança e experiência. Independentemente de todas as promessas iniciais, o encorajamento económico e as liberdades políticas nunca se efetivaram.

A título de exemplo, todas as medidas aplicadas com o intuito de adotar reformas falharam. Tal como a cooperação da Síria com os Estados Unidos para colmatar o terrorismo fracassou, também a colaboração com a guerra no Iraque fraquejou. E, por conseguinte, a Síria continuava um país isolado e com pouca identidade, com uma economia instável e uma política débil, o que desanimou o povo em relação ao seu líder.

De facto, foram tomadas várias medidas por parte do governo sírio, como novas eleições parlamentares, uma nova constituição e reformas do gabinete governamental. Todavia, estas alterações tornam-se difíceis num ambiente onde o factor étnico-religioso está muito presente (Andrade, 2011). A maioria da população era constituída por sunitas, grupo que não fazia parte da comunidade do presidente Bashar Al Assad (que era alauita) o que fez com que o seu mandato incluísse alguns ideais que não foram bem aceites pelo povo.

Este presidente insistia em implementar um sistema ditatorial com liberdade contida onde ameaçava qualquer pessoa que demonstrasse atitudes violentas que pudessem pôr em causa a segurança nacional e a execução das suas políticas e dominava totalmente os comportamentos da população. Estas medidas foram suficientes para incitar a revolta e a agitação no povo (Furtado, Roder, & Aguilar, 2014).

Este conflito foi vivido de diferentes formas consoante as convicções de cada um e alastrou-se de tal maneira que a certa altura foi difícil precisar todos os incluídos, apesar da origem estar entre o Ocidente e o Oriente.

1.5. Componente Económica da Síria

A imposição de poderosas identidades (quer muçulmanas ou árabes), ou até outras mais fracas, dificultou a consolidação deste país (quer em termos de estrutura, quer em termos de identidade) de uma forma autónoma e fez com que a Síria se tornasse numa nação frágil e politicamente instável, tornando-a facilmente manipulável por agentes externos.

O maior problema deste país sempre se centrou numa economia precária. A verdade é que, depois de 50 anos de esforço a fim de colmatar esta situação,

este país ainda se encontra muito atrasado relativamente a muitos outros. Senão vejamos. Cerca de um quarto da população trabalha na agricultura (maioritariamente no cultivo de frutas, legumes, algodão e cereais) e perto de 30% dos trabalhadores encarregam-se da indústria. Já que este último sector faz parte do estado, as exportações e relações com o exterior são reduzidas.

Os maiores recursos naturais desta nação são os depósitos de gás e óleo. Como consequência, cerca de 50% das receitas da Síria devem-se às exportações destes últimos.

1.5.1. Componente Económica da Síria - A seca

Nos últimos 25 anos, a água tem sido escassa, uma vez que a Síria é dos países mais secos do mundo. Dado que os principais rios deste país (Eufrates, Orontes, Jarmuque e Tigre) são partilhados por países vizinhos, desde o início de 1990 que se verificam confrontos entre a Síria e a Jordânia em virtude da construção de barragens no rio Jarmuque (Gleick, 2014). Ainda que a Turquia e a Síria tenham vindo a batalhar sobre a gestão do rio Eufrates, é notória que se trata de uma batalha que persiste no tempo mas que se verifica debalde, uma vez que a diminuição de fluxo deste rio, simultaneamente com o decréscimo de precipitação nesta região, não tem favorecido a Síria.

Entre os anos de 1970 e 1980, a Síria apresentou a maior taxa de crescimento populacional a nível mundial. Esta questão, teve grande impacto climático e na instabilidade hidrológica. No início do ano de 2003, eram estimados cerca de 20 milhões de habitantes, comparativamente com os 6 milhões existentes em 1970.

O povo sírio multiplicou-se desde 1950 (que eram cerca de 3 milhões) para 22 milhões em 2012. Nos passados cem anos, foram registadas seis secas na Síria, verificando-se um decréscimo de um terço do normal, no Inverno. Em virtude disto, muitas foram as quebras de produtividade da agricultura, as irregularidades económicas, o deslocamento da população e o aumento da taxa de desemprego.

Mais tarde, em 1990, o crescimento económico estagnou, a pobreza nas ruas era imensa e o desemprego e o analfabetismo aumentaram substancialmente. Para além disto, os serviços governamentais direcionados para os cidadãos regrediram e as instalações, como estavam sobrelotadas, não eram suficientemente capazes de corresponder às necessidades dos residentes, o que resultou em paragens de eletricidade e água.

A falta de água e o fracasso na agricultura foram algumas das causas que conduziram ao desgaste das estruturas sírias e da violência.

Ainda assim, envolto nesta situação frágil, o presidente sírio decidiu incutir políticas para acionar o crescimento económico e aumentar a prosperidade (tendo como principal objetivo aumentar a produção na agricultura, redistribuir projetos, irrigar solos, introduzir um sistema de quotas e financiar os recursos naturais necessários para fortalecer as terras). Estas medidas enfrentaram não só um grande processo burocrático como também desencadearam um confronto com partidos ativistas, que controlavam a economia na Síria, uma vez que puseram em risco a situação da carência de água, esgotando os poucos recursos que ainda existiam, sem a mínima preocupação com a questão da sustentabilidade (Kelley, Mohtadi, Cane, Seager, & Kushnir, 2015).

Uma das grandes críticas a tais providências foi o decréscimo de lençóis de água. Dois terços das terras estavam completamente dependentes da chuva para o processo de produção, só o restante dependia daqueles lençóis freáticos. Perante esta situação, as quintas que não tinham acesso a canais de irrigação responsáveis por ligá-las aos rios perderam completamente a sua utilidade. Pela primeira vez em muito tempo, a Síria foi obrigada a importar grandes quantidades de trigo e, como consequência, o preço dos produtos alimentares e do gado duplicou.

A situação económica das famílias tornou-se insustentável e as doenças relacionadas com a má nutrição (maioritariamente por parte das crianças) aumentaram exponencialmente e o atendimento escolar infantil diminuiu. Além de tudo isto, o presidente sírio, que outrora tinha inserido subsídios de

alimentação e de combustível, optou por cortá-los, o que prejudicou muitas famílias e as incentivou a emigrar para zonas mais urbanas.

Este crescimento populacional em zonas urbanas e periféricas da Síria intensificou-se brutalmente, apesar destas deslocações serem maioritariamente ilegais e com vista a locais com infraestruturas fracas e com condições precárias. Esta mobilidade trouxe instabilidade e insegurança a muitas pessoas vulneráveis que tentavam escapar de uma região com políticas ineficazes, condições atmosféricas atroz e solos inférteis.

Perante a adversidade social, económica e política em que se deparava o país, o governo sírio foi obrigado a pedir auxílio às Nações Unidas para que se disponibilizassem a doar fundos e cooperar, a fim de colmatar os danos. A organização, em conjunto com a Food and Agriculture Organization (FAO), o World Food Programme (WFP), a World Health Organization (WHO), a UNICEF e a IOM assistiram o país.

Estas organizações deram início a um plano de intervenção, iniciando a sua atividade de cooperação com a verificação do estado da população, da vegetação, produção, pecuária e infraestruturas (Affairs, 2008). Depois de analisar tudo isto, constataram que a situação do país era pior do que se esperava. A falta de água potável, as secas e as fracas estruturas tinham danificado a produção e a confecção de alimentos, o que resultou num decréscimo na qualidade de vida dos agricultores e trabalhadores dessa mesma área.

Samir Aita, um economista sírio proferiu:

“ (...) a seca não foi a causadora da guerra civil na Síria, mas a incapacidade que o governo mostrou ao lidar com o problema alimentou a desordem” (Friedman, 2013).

Do seu ponto de vista, as medidas implementadas pelo presidente (investir no sector da agricultura, comprar terrenos, furá-los e preenchê-los com as quantidades excessivas de água que pretendia) e a má gestão da porção da água disponível fizeram com que a quantidade de água diminuísse e os agricultores das pequenas quintas emigrassem.

Na verdade, o desenvolvimento e a regulação deste recurso é fundamental para haver um equilíbrio entre a sua oferta e a sua procura. No entanto, esta gestão depende de factores como as infraestruturas, práticas de sustentabilidade e os utensílios utilizados que não podem ser ignorados.

Tudo isto se tornou mais difícil de conciliar à medida que a procura da água aumentava, resultado do aumento populacional, e à medida que a sua escassez era uma inevitabilidade. Perante um contexto tão desfavorável, é imperioso que o armazenamento de água e a sua redistribuição sejam minuciosamente controlados para sustentar a procura (Westing, Institute, & Programme, 1986).

1.5.2. Uma “Crise” Migratória desde sempre

De facto, as migrações já fazem parte da história do homem há anos, porém, nos dias de hoje esse fluxo migratório tem vindo a acentuar-se.

Desde o ano de 300 que os bárbaros se deslocaram e começaram, pacificamente, a ocupar o Império Romano. Pouco tempo depois, a situação tornou-se violenta e estas invasões ao Império levaram à sua queda, provocando um fluxo de refugiados em busca de asilo e assistência.

Entre os séculos XVI e XVIII foram milhares os europeus perseguidos por razões religiosas e outras questões étnicas que os obrigaram a abrigar-se em outros lugares, expandindo a cultura europeia para os países onde escolheram refugiar-se. Tal como os europeus, também as colónias americanas provocaram êxodo populacional.

Inclusivamente, durante a primeira guerra mundial, houve um período de genocídio, perseguição e massacre arménio, provocado pela opressão do governo otomano e os seus súbditos arménios, que se encontravam em minoria no seu próprio país (Turquia). Aquando deste conflito mundial, foram várias as populações que se viram forçadas a deslocar-se para procurar segurança e escapar dos ataques que destruíam a Europa.

Em 1921, passada a revolução russa e este grande conflito mundial, começou a notar-se dedicação, esforço e sensibilidade internacional para dar assistência aos refugiados russos na Europa com o apoio do comité Internacional da Cruz Vermelha e da Liga das Nações cuja consequência foi a criação do Alto Comissariado no domínio da Liga das Nações, com o intuito de tentar resolver o problema dos refugiados russos no continente Europeu.

No fim da Segunda Guerra Mundial, rigorosamente, entre 1945 e 1947, cerca de 11 milhões de alemães foram obrigados a deixar o seu país ou foram expulsos, principalmente, na região da Prússia oriental, Silésia e Pomerânia (geograficamente, os territórios da República Checa, norte polaco e Alemanha).

No período do pós Segunda Guerra, o número de pessoas que desocuparam os seus países subiu para 46 milhões de pessoas, fruto da maior tragédia humanitária de sempre. Portugal foi um dos destinos mais procurados por entre 60 a 80 mil refugiados judeus que procuravam tranquilidade.

Ainda neste período, a revolução húngara provocou, mais uma vez, a deslocação de cerca de 200 mil pessoas para a Áustria, que procuravam estabilidade e serenidade.

Mais tarde, em 1960, Portugal foi mais uma vez um dos países escolhidos pelas pessoas em sofrimento. Nessa altura, posteriormente à descolonização africana, foram muitos os “retornados” que chegaram ao nosso país, numa época em que os fluxos migratórios aumentaram substancialmente.

Nas décadas seguintes, o mesmo ocorreu na América Latina e na Ásia. No séc. XX, os regimes totalitaristas que estavam em vigor causaram perseguições e vários conflitos militares em países que sofreram da desintegração da URSS, bem como com a guerra na ex-Jugoslávia.

Consequentemente, a Organização das Nações Unidas criou a United Nations Relief and Rehabilitation Agency (UNRRA), que fora mais tarde substituída pela International Refugee Organization (vulgarmente conhecida por IRO). Finalmente, em 1951 ergueu-se a UNHCR que constitui o mais respeitável organismo no âmbito da proteção e defesa de refugiados. Trata-se de um organismo que tem na sua base a temática dos direitos humanos e todo o seu trabalho rege-se pela salvaguarda e respeito dos mesmos. Esta organização

funciona como um vínculo entre os direitos humanos, o asilo e a proteção procurados pelas vítimas dos conflitos (Menezes & Reis, 2013).

Como já aduzido anteriormente, o século XX, ficou marcado por uma crise de refugiados imensa em países de terceiro mundo, motivada pela descolonização, criação de novos estados, confrontos étnicos e rivalidades entre governos. Todas estas ocorrências tiveram bastante impacto em várias Organizações Internacionais. Exemplo disso é a Organization of African Unity (OAU) que expandiu o domínio no seu conceito de refugiado e começou a abranger também as vítimas de guerras e violência (Ferreira, 2018).

Atualmente, desde o início do século XXI, e no seguimento de muitos conflitos em África, Ásia, Médio Oriente e também no continente americano, as divergências e incompatibilidades que se verificaram entre povos de diferentes regiões têm causado uma onda migratória e uma catástrofe humanitária que ainda hoje está longe de ser resolvida. Dos países cujo fluxo migratório tem sido maior, destacam-se a Síria, Líbano, Egito, Jordânia, Afeganistão, Sudão, Somália, Burundi, Iêmen, Iraque, Nigéria, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Ruanda e a Eriteia.

1.6. Descrever a Guerra

1.6.1. A Guerra EUA-Iraque

O início da guerra deu-se em 20 de março de 2003, data em que os Estados Unidos enviaram cerca de 200 mil soldados ao Iraque (ainda que, sem a permissão da UN para o efeito e num momento frágil em que o resto do mundo estava em protesto). Esta intervenção funcionaria como uma campanha rápida para derrubar Saddam Hussein, que chefiava o país desde 1979 (News, 2018).

Este ataque surgiu na sequência dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América. Desde então, o Afeganistão tornou-se um alvo a abater. Esta situação decorreu do facto de o governo estadunidense se ter convencido de que para além do povo afegão possuir armas destrutivas em massa, estava também a dar abrigo a Osama Bin Laden e à sua rede terrorista Al-Quaeda (Silva, Finelli, & Rangel, 2014).

Este motivo foi bastante contestado, especialmente aquando das investigações tomadas pelos observadores designados pela UN, que não encontraram vestígios significativos de posse de armas perigosas em massa (Gremaud & Fernandes, 2003).

Ainda assim, a guerra perdurou durante anos e tornou o Iraque num país politicamente instável, segmentado e deteriorado por confrontos que beneficiavam os grupos terroristas (como o Estado Islâmico) e o êxodo regional. Em janeiro de 2002, um ano antes desta invasão, já existiam protestos para defender intervenções internacionais no Iraque.

O presidente George W. Bush discursou no Estado da União e declarou que o Iraque fazia parte do “eixo do mal” de países globais. Esta conotação também albergava o Irão e a Coreia do Norte, apesar do Iraque ser o alvo principal “O Iraque continua a exibir sua hostilidade frente à América e a apoiar o terrorismo. O regime iraquiano planeja há mais de uma década desenvolver antrax, gás nervoso e armas nucleares.” (News, 2018).

A decisão de invadir o Iraque, em março de 2003, foi alvo de várias críticas ao governo do presidente George W. Bush. Estes julgamentos tiveram origem tanto no seio da sociedade norte-americana como na comunidade de estrangeiros. Estas opiniões ganharam grande destaque aquando das eleições presidenciais de 2004. Nesta altura, foram discutidos os custos da guerra que os Estados Unidos tiveram de suportar sozinhos, bem como a reconstituição do Iraque, já que não foram capazes de convencer a França e a Alemanha a aliarem-se aos seus objetivos e propostas (Souza & Moraes, 2015).

Contrariamente ao que ocorreu na Guerra do Golfo em 1991, esta invasão ao Iraque enfrentou a oposição tanto americana como internacional. Para além da França (como já referido), também a Itália se recusou a cooperar nesta coligação, algo que não acontecera na ação militar anterior. A este propósito, o presidente francês Jacques Chirac assegurou em janeiro de 2003: “Para nós, a guerra é sempre a prova do fracasso e a pior das soluções, então tudo deve ser feito para evitá-la.” (News, 2018).

Nesta guerra, as perdas financeiras e humanitárias foram elevadas. De acordo com a organização Iraq Body Count Project (IBC) (que estimou o número

de vítimas no conflito desde 2003), foram contabilizadas mais de 288 mil mortes entre soldados e combatentes. Foi também calculado que até 500 mil iraquianos faleceram entre os anos 2003 e 2013. Relativamente aos custos monetários, o Congresso americano estima que foram gastos mais de 300 mil milhões de dólares durante o confronto (News, 2018).

Se a finalidade desta guerra era uma campanha rápida e efetiva contra o mandato de Saddam Hussein, as proporções tomadas pelo conflito não o permitiram. Fruto de toda a violência e agressão sectária entre os xiitas (grupo maioritário) e os sunitas, as tropas americanas só saíram do terreno em 2011.

Todos estes anos depois da Guerra no Iraque, o terrorismo que se vive lá continua a ser um assunto de extrema importância para a segurança internacional. Desde junho de 2014, o grupo terrorista Islamic State of Iraq and Syria (ISIS) começou a controlar zonas estratégicas no Iraque, Síria, Líbia e Egito.

Na verdade, estes países têm sofrido, desde 2011, vários conflitos civis resultantes da Primavera Árabe, gerando uma onda de desentendimentos, agressões e mudanças políticas em países do Norte de África e Médio Oriente com início na Tunísia em 2010 (Leite, Faria, Pacífico, & Pacheco, 2017).

1.6.2. A Primavera Árabe

O movimento da Primavera Árabe começou em dezembro de 2010 na Tunísia. O fator preponderante deste motim foi determinado pela autoimolação (como forma de desagrado e protesto relativamente à corrupção e aos maus tratos tomados pela polícia) de um vendedor ambulante, chamado Mohamed Bouazizi, na cidade de Sidi Bouzidi. Consequentemente, milhares de manifestantes tunisianos reagiram a este ataque, saindo às ruas para protestar contra o governo do presidente Zine el-Abdine Ben Ali, que foi incapaz de tolerar a pressão popular a que estava sujeito e, como tal, partiu para a Arábia Saudita (Lopes, 2013).

O exemplo do que ocorreu na Tunísia encorajou muitos outros países do Médio Oriente (entre as quais o povo sírio) a reagir e a adotar a mesma estratégia. Estas populações começaram a manifestar-se relativamente à

corrupção e desemprego, uma vez que ambicionavam melhores condições de vida, direitos políticos, além de um sistema democrático. Tinham sobretudo o objetivo de afastar o presidente Assad do governo, criar partidos políticos, implementar a igualdade de direitos para a população curda e ampliar a liberdade política (com especial enfoque na de imprensa, expressão e reunião).

A onda revolucionária instaurou-se no mundo árabe e isso teve repercussões em todo o planeta. A título de exemplo, a Líbia, o Egito, a Jordânia e o Iémen assistiram a protestos incitados pelos seus habitantes exigindo reformas políticas. Não tardou muito para que o governo desses países fosse destituído e a força da revolta fosse sentida nos países vizinhos, ainda que com menos intensidade.

Todas estas manifestações foram rápidas e detalhadamente exibidas e compartilhadas em redes sociais e meios de comunicação locais e internacionais. Iniciou-se assim um movimento contra regimes ditatoriais e monarquias constitucionais que dominavam o Médio Oriente e alguns países africanos há décadas, como é o caso da Líbia e Marrocos.

Com a frequência destes protestos a aumentar, o governo sírio chefiado por Assad decidiu interceder. Este presidente utilizou as forças Armadas para capturar e torturar um grupo de estudantes que se queixavam e manifestavam publicamente. Para além de todos os requisitos anteriores, os sírios pediram também a demissão do ditador.

Até este momento, todos os protestos tinham sido levados de uma forma branda. Porém, nesta ocasião, o presidente reagiu de uma forma violenta, decretando que as autoridades disparassem armas de fogo contra o povo. Além disso, suspendeu o abastecimento de água e eletricidade e fez com que as forças armadas fossem obrigadas a apoderar-se de alimentos de outras zonas, para assim penalizar os dissidentes.

A população sentiu-se ofendida e os conflitos e protestos foram levados de uma maneira cruel e violenta, o que disputou uma Guerra Civil sem prognóstico de término (Souza, Peixoto, Correa, Ciscotto, & Santos, 2018). Calcula-se que em Outubro de 2011, cerca de 2.900 pessoas estariam mortas e aproximadamente 10.000 aprisionadas.

A oposição impôs-se, agrupou-se em grupos políticos e criou estruturas militares, como por exemplo o Exército de Libertação Sírio, para assim derrubar o regime de Assad. Este Exército coordenou muitas afrontas em Damasco e Aleppo, e, como resposta, os grupos armados obtiveram armamento pesado e bases militares.

Posteriormente, as forças governamentais reconquistaram Aleppo (um local fulcral para o controlo das rotas de abastecimento que ainda hoje está dividido). As zonas de domínio rebelde são o Norte e Leste de Aleppo e à volta de Idlib. Fruto da violência vivida neste local e relatada pelos *media* e pelas Organizações Não Governamentais ponderou-se a possibilidade de intervenção externa. Houve, também, uma carta redigida pelas Nações Unidas e apoiada pelos Estados Unidos da América com a finalidade de demoler o presidente, porém desautorizada pela Rússia e a China.

No dia 27 de setembro de 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas confirmou a resolução 2018, onde expõe um esquema para um processo de paz contando com a cooperação de todas as partes. Neste mesmo documento, o Conselho de Segurança requisitou uma equipa para verificar, monitorizar e demoler todas as armas químicas da República da Síria. O país comprometeu-se a fechar todas as instalações onde estas armas eram produzidas até ao primeiro dia de novembro desse mesmo ano. Assim, a primeira etapa do processo foi concluída. Coincidentemente, os confrontos entre as forças governamentais e os rebeldes acentuavam-se, da mesma forma que os conflitos entre os rebeldes e as políticas opostas também se intensificaram.

A Organização das Nações Unidas descreve-a como “a maior tragédia do século XXI”, António Guterres julga ser “a maior crise humanitária desde o Ruanda” (Lima, 2015), onde se destacam os seguintes números: oito milhões de pessoas deslocadas; quatro milhões de refugiados; 220 mil mortos, muitos dos quais civis e crianças.

Houve cidades bloqueadas por militares do regime durante anos e grupos terroristas que impossibilitavam a chegada de alimentos a milhares de pessoas que diariamente caíam indefesas no chão.

Decorrente desta calamidade, muitas epidemias, como a tuberculose e a poliomielite, alastraram-se e contaminaram milhares de crianças que ainda hoje sofrem. Esta guerra, para além de separar milhares de famílias e aniquilar o futuro a duas gerações, traçou um caminho de regresso ao passado.

1.7. A Globalização e a Síria

Estes últimos contratempos multiplicaram-se à mesma velocidade que a globalização se expandiu, levando a que o povo sírio a culpasse das suas desgraças e afrontas. O presidente comunicou que a Síria devia acompanhar este crescimento modernizando-se e desenvolvendo-se, a fim de acompanhar o progresso que se vivia.

Num contexto de globalização, a Síria tem-se mostrado ineficaz na sua capacidade de adaptação à nova realidade internacional. Tomemos como exemplo a atitude controladora que o presidente teve relativamente à introdução da tecnologia e redes sociais edificando uma barreira entre a Síria e o mundo. Em 1992, eram 2.500 os computadores existentes na Síria, cinco anos mais tarde, o número subiu para 15.000 e no fim do ano de 2002, havia cerca de 330.000.

Inversamente proporcional a este crescimento de recursos era o acesso que este país tinha à internet, já que só em 2000 foi permitido aos cidadãos acederem à internet através de apenas dois servidores. O número de subscritores aumentou drasticamente de ano para ano (em 2000 rondava os 8.000 signatários e cinco anos depois eram 250.000).

Apesar de mais dispendioso e, como consequência destas restrições, muitos foram os sírios que se registaram em servidores libaneses e jordanianos, uma vez que, contrariamente ao que acontecia no seu país, não havia controlo no que era pesquisado e nenhuma página era censurada.

Os telemóveis entraram no mercado sírio no fim de 1990 e eram considerados pelas autoridades como insignificantes, sem importância e suspeitos. Mais tarde, os investidores perceberam o potencial que estes objetos tinham para o crescimento económico, a sua utilidade no âmbito do networking e começaram a receber propostas concebidas pelo Ministério da Comunicação.

Embora, inicialmente, os preços elevados constituíssem um obstáculo para as classes mais baixas, no fim do ano de 2004, os utilizadores destes utensílios rondavam os 2 milhões, o que correspondia a cerca de 10% da população.

Em parte, devido a problemas económicos anteriores, esta exteriorização do país para a tecnologia moderna foi limitada e nem todas as casas tinham possibilidades de ter acesso à internet.

1.8. Síntese Conclusiva

Desde sempre a Síria mostrou-se um país vincado pela autoridade e conservadorismo. A sua história, adornada de revoltas populares, disputas com outros impérios e fragmentação do seu país mostra que sempre foi um país instável. A autoridade que existia e existe neste país, por se manter sempre no seio da mesma família, num regime oligárquico, também não agradava totalmente os seus habitantes, que sempre se mostraram rebeldes em relação à ditadura que existia e à falta de liberdade de expressão.

Mais tarde, numa época chefiada sob o comando do Mandato Francês, aquando da implementação do ensino primário e secundário em que se dava oportunidade aos alunos de estudarem no estrangeiro, aprendendo novas línguas, fortificou-se a rivalidade entre zonas urbanas e rurais (que outrora já existia) e os desacatos não tardaram a começar.

Nesta altura, deu-se a Revolta Árabe, em 1925, que se instaurou com o objetivo de expulsar os franceses da chefia da Síria. À época, foram muitos os estados que se tornaram independentes, tendo surgido o grande Líbano.

Todos estes atritos foram intensificados devido à grande variedade étnica e religiosa que habitava na Síria.

No momento em que a República da Síria se tornou independente, em 1971, as disputas pelo poder não demoraram. Foi neste contexto que a família Assad se apropriou do poder, até hoje. Quando o poder chegou às mãos de Bashar, a sua falta de carisma e de experiência incitou vários conflitos e desacatos pelo país.

Aliado à insatisfação dos habitantes e fruto da má governança dos seus chefes, a Síria passou por um período de seca extrema que teve repercussões graves na economia. Foram muitas as epidemias que resultaram da má nutrição das populações e, subseqüentemente, muitos habitantes deslocaram-se para zonas mais periféricas, o que trouxe instabilidade a muitas pessoas vulneráveis.

Outra ocorrência que também agravou a situação vivida na Síria foi a guerra entre os EUA e o Iraque. Contudo, foi na Primavera Árabe que tudo começou. Surgiu a partir de um movimento criado por um tunisiano que rapidamente originou uma onda revolucionária no país. A partir daí, e até então, a Síria tem estado em guerra e conflito sem data nem previsão de cessar.

CAPÍTULO 2 - Quais os destinos eleitos pelos Refugiados Sírios?

2.1. Êxodo Populacional

Esta catástrofe natural, aliada ao rápido crescimento populacional e ao governo desonesto, incitou muitas famílias, que outrora tinham abandonado o país, a instalarem-se em cidades pequenas nas imediações com esperança de obter melhores cuidados de saúde e melhor qualidade de vida.

Muito tempo não passou até que essas mesmas pequenas cidades ficassem saturadas de residentes e o que estes mais ambicionavam acabou por não acontecer novamente. O governo local não conseguia sustentar o ensino e tanto os serviços como a oferta de emprego para a faixa etária jovem começaram a ficar lotados. Mais tarde, entre 2006 e 2011, conseqüente da seca, 60% das terras sírias ficaram devastadas e metade da população deixou o seu país de origem.

Uma vez que o presidente Bashar al Assad pouco fez para contornar tamanhos acontecimentos, a sociedade síria interveio. Membros da mesma família direcionaram-se para diferentes classes sociais e, esta mesma linha que as diferenciava, tornou-se cada vez mais ténue (conseqüente da mobilidade, os cidadãos tinham de ocupar cargos em diferentes áreas profissionais).

O tecido social e laboral ganhou novos contornos, constatando-se que muitos agricultores se introduziram na política e trabalhadores na área da indústria e funcionários públicos que se concentraram simultaneamente na agricultura, tornando-se empreendedores e chefes insignificantes (usufruindo de rendas provenientes do aluguer de propriedades) (Perthes, 1997).

Fruto de tudo isto, a população síria acabou por deixar o seu país e países vizinhos para se aventurar em rotas perigosas e inseguras com rumo à Europa. Deste modo, os pedidos de asilo por parte destas vítimas direcionaram-se aos Estados Membros da EU, que, desde o início da crise têm sentido o seu impacto nos seus territórios. No ano de 2011, 8 180 sírios pediram refúgio na EU, número que aumentou significativamente para 22 739 no ano seguinte. Estes números

continuaram a aumentar, sendo que, no ano de 2013, o número de pedidos perpez um total de 50 096 e, em 2014, 79 169 (Magalhães, 2016).

Este crescimento de requerentes de asilo pode justificar-se pelos progressos do Daesh na Síria, bem como pela falta de condições que os países vizinhos apresentam. Estas razões levaram a população síria a exilar-se na Europa com esperança de encontrar uma vida melhor do que a que levavam (Magalhães, 2016).

2.2. Rotas dos Refugiados – Para onde e como vão?

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados calculou que mais de metade da população síria foi obrigada a deixar o seu lar, o que perpez um número estimado de 7,6 milhões de deslocados internos no país. Número que correspondia a mais de 10% dos deslocados de todo o mundo (Felicio, 2018). É do conhecimento mundial que as vítimas relacionadas com a Guerra Civil na Síria procuraram refúgio em casas de centenas de milhares de europeus.

Estes homens, mulheres e crianças deixaram para trás tudo o que tinham e arriscaram as suas vidas em caminhos perigosos e inseguros pelo Mediterrâneo. Durante este percurso, foram muitas as pessoas que não foram capazes de aguentar a violência que a travessia exigia e morreram afogadas.

Itália, em virtude da sua posição geográfica, tornou-se numa das principais portas de entrada para o continente europeu. Este país enfrentou múltiplas adversidades com os restantes Estados-Membros no momento da realocação destes deslocados.

Mais uma vez, e de acordo com dados provenientes do UNHCR, entre 1 de janeiro e 3 de julho de 2017, estima-se que 98 185 vítimas chegaram à Europa por meio de uma de três principais rotas no Mediterrâneo (Ansa, 2017).

A primeira delas, e também a menos adotada (comparativamente com as restantes), chama-se rota do Mediterrâneo Ocidental ou Espanhola. Esta travessia inicia-se em Marrocos e termina na costa espanhola. Foram cerca de 6,4 milhões de refugiados que utilizaram esta trajetória e entraram no continente europeu através do solo ibérico. A Organização Mundial da Imigração

relata que desde 2016 (ano anterior) o número de imigrantes triplicou. Contudo, apesar deste aumento, o número de vítimas foi muito superior nas demais rotas.

A segunda rota mais divulgada é a rota do Mediterrâneo Oriental ou a dos Balcãs, balizada entre a Turquia e as ilhas gregas, onde se destaca a ilha de Lesbos como ponto de desembarque.

No momento da chegada à Europa, os refugiados dirigem-se aos países Balcãs, Sérvia e Macedónia, mas também à Hungria, dependendo dos destinos que pretendem, sendo que os preferidos são a Holanda e a Alemanha.

Importa referir que, no intervalo de tempo de um ano, notou-se um decréscimo no número de pessoas que entraram na Grécia. Número, que, apesar de ainda ser alarmante, diminuiu de 158 mil para cerca de 9 482 refugiados.

Esta redução do fluxo migratório deveu-se a um acordo assinado entre a Turquia e a União Europeia em março de 2016. Este pacto entre Merkel e Erdogan comprometeu toda a Europa e determinou que a Turquia deveria reter os refugiados mediante milhares de milhões de euros pagos anualmente pelo continente europeu. Desde esse ano, o controlo nas fronteiras da Europa e externas aumentou e, com a intenção de organizar melhor esse controlo, a União Europeia criou a Agência da Guarda de Fronteiras e Costeira (Abtan, 2017).

Por último, a terceira rota descoberta é a do Mediterrâneo Central, que faz a ligação entre a Líbia e a costa italiana, com destino a ilhas como a de Lampedusa.

Trata-se de uma rota considerada letal cujos dados apontam para um número exorbitante de mortes nesta região que vem pôr a descoberto a ineficácia das medidas europeias no apoio a este cenário crítico. Por esta razão, Itália tenta mais do que tudo dedicar-se à questão da crise migratória e realocar os refugiados em locais seguros e com condições.



Imagem 2 – Rotas dos Refugiados

As previsões da UNHCR, IOM e de outras entidades especialistas em migrações ditam que o número de chegadas a Itália tende a aumentar, resultado da falta de segurança e instabilidade vividas na Líbia. Este país, encontra-se mergulhado numa anarquia política desde a queda do regime de Muammar Kadhafi em outubro de 2011.

Como consequência de muitos conflitos e desentendimentos causados por diferentes tribos, a Líbia tem-se mostrado um solo fértil para redes de tráfico ilegal de migrantes, bem como situações de tortura e violações. Citando caso

análogo, na quinta-feira, dia 27 de julho de 2019, decorreu um naufrágio onde estavam no mínimo 350 pessoas a bordo. Dessas, morreram pelo menos 62 e cerca de 110 ficaram feridas. O secretário-geral das Nações Unidas interveio e alegou serem fundamentais “rotas seguras e legais para migrantes e refugiados”. Disse ainda que “todos os migrantes que procuram uma vida melhor merecem segurança e dignidade” (Lusa, 2019).

A IOM tinha relatado uma semana antes que desde o início do ano de 2019, pelo menos 426 pessoas tinham perdido a vida no decorrer da travessia do Mediterrâneo Central.

2.3. Rotas dos Refugiados – Redes Clandestinas e Devoluções

Os fluxos migratórios destacam a relação entre os países desenvolvidos e aqueles considerados em desenvolvimento, evidenciando as desigualdades sociais.

A migração surge como uma possibilidade de almejar melhores condições de vida, pessoal, e familiar, ainda que possa implicar, numa fase inicial, condições de vida precárias, inseguras e, por vezes, ignóbeis.

A aceitação das vítimas por parte dos países desenvolvidos tem vindo a enfrentar algumas barreiras. Deste modo, e já que é a única possibilidade que têm, os refugiados têm optado pelo pedido de asilo. Consequentemente, neste ambiente internacional instável, a proliferação de episódios de tráfico humano tem vindo a aumentar. Estes traficantes operam na expectativa de receber grandes quantidades de dinheiro em troca das longas viagens que obrigam os refugiados a suportar (Araújo, 2003).

Estas práticas, para além de ilegais e perigosas, prejudicam duplamente os refugiados. Primeiro, porque estes, vulneráveis, arriscam mais do que deviam da sua condição de apátrida. Em segundo lugar, porque muitas das vezes são abandonados em locais diferentes dos que lhes foram prometidos inicialmente (Araújo, 2003).

Aquando das suas rotas, os refugiados sírios também enfrentam complicações burocráticas e físicas, como por exemplo, as autoridades das

fronteiras, a polícia ou os próprios cidadãos dos locais onde pretendem entrar. Como foi dito anteriormente, no decorrer da fuga são enganados. Além destes refugiados não chegarem ao destino pretendido, são-lhes vendidos documentos de identidade europeus e são encaminhados para meios de transporte arriscados e perigosos que põem a sua vida em risco a troco de grandes quantias (Fernández-López & Hidalgo-Cuesta, 2017).

O desespero e a luta pela sobrevivência leva-os a seguir rotas clandestinas pelo Norte de África até Itália ou Grécia. Estas medidas extremas e inseguras põem em risco as suas vidas, já que a maioria dos refugiados ilegais não estão cientes dos seus direitos de liberdade e segurança. Como tal, são muitas vezes devolvidos à Síria de forma ilícita que desrespeita também os seus direitos de refugiados (Rabasa, 2014).

De facto, foram muitos os imigrantes sírios que sofreram com estas devoluções ilegítimas. A título de exemplo, duas vítimas desta tragédia provaram que todas estas suspeitas eram verdadeiras numa das investigações da AI. Estes dois refugiados sírios encontravam-se num grupo de 150 pessoas e contaram que as autoridades gregas os reenviaram ilegalmente para a Turquia.

“ (...)Puseram todos os homens deitados num barco; pisaram-nos e bateram-nos com as suas armas durante três horas. Mais tarde, pelas 10 da manhã, param o motor, devolveram-nos ao nosso barco de plástico e arrastaram-nos para as águas turcas, onde nos deixaram no meio do mar” (Amnistia Internacional, 2013).

Contudo, estes não foram os únicos a ser encaminhados para outros países. Decorrente de alguns conflitos violentos no campo de Za’atri, cerca de 200 refugiados foram expulsos da Jordânia em agosto de 2012. Nasser Judeh, ministro dos negócios estrangeiros declarou:

“ (...) acerca dos refugiados sírios que causaram perturbações e eram cerca de 200 ou até mais, foram devolvidos à zona fronteira. Não só participaram nessas perturbações, como também incentivaram outros a atirar pedras às autoridades de segurança, enviados para ali para protegê-los e satisfazer as suas necessidades” (Amnistia Internacional, 2013).

Na verdade, alguns refugiados foram detidos aleatoriamente assim que as autoridades chegaram aos campos para coordenar os protestos e a agitação. Efetivamente, muitas pessoas foram aprisionadas sem ser antes verificado se as mesmas tinham participado nos protestos ou não. Foi dada aos detidos a opção de voltar à Síria ou manterem-se sob a guarda da Jordânia.

Com o incremento desta mobilidade humana, o fenómeno migratório ganha contornos complexos cujo impacto na vida das nações exige uma tomada de atitude que promova ações no sentido de concertar estratégias e medidas de apoio de vária ordem, designadamente, social, educacional, familiar, ou outras, bem como reforçar os compromissos nacionais e internacionais que conduzam a uma integração digna e responsável.

É responsabilidade do governo de cada país proteger todos os seus cidadãos, bem como garantir que os direitos humanos não sejam violados. Deste modo, os regimes políticos (com especial enfoque nos governos locais) estão a esforçar-se para dar o auxílio possível não só aos refugiados que se encontram dentro dos campos como também aos que não estão. A IOM encarrega-se de dar a assistência necessária aos refugiados e aos governos, mediante o controlo nas fronteiras, assegurando a reintegração das vítimas e o apoio necessário aquando do retorno voluntário dos refugiados que pretendam regressar aos seus países de origem (Martínez, 2016).

2.4. Acordo UE-Turquia

A Turquia tem sido porta de entrada para refugiados que pretendam entrar na EU optando pela rota do Médio Oriente. O fluxo migratório sírio tem optado por esta rota, entrando pela Turquia, seguindo para a Grécia, Macedónia e Sérvia, alcançando a Hungria e a Áustria, sempre com a finalidade de chegar à Alemanha, na busca de uma nova vida, longe da guerra, de conflitos e perseguições.

Contudo, a impossibilidade da Europa receber um volume tão grande de refugiados, levou a que os campos de transição se convertessem em campos permanentes, (onde as pessoas se acomodavam por longos períodos de tempo),

o que levou ao esgotamento da sua capacidade. Não raras vezes, os refugiados sobrevivem em condições de grande insegurança e precariedade. Os campos criados para o seu acolhimento são fechados e inseguros, sobrelotados e sem condições sanitárias adequadas, muitas vezes, em periferias urbanas de extrema pobreza, não dispendo de uma perspectiva de solução duradoura para o seu refúgio. Esta situação de crise precária e vulnerável exigiu uma solução imediata que passou pela assinatura de um acordo.

Na génese deste acordo, está uma divisão de opiniões. De um lado estão os interesses comunitários defendidos pela Comissão Europeia e pelos presidentes Jean-Claude Juncker e Donald Tusk. Por outro lado, está a pressão de alguns Estados-Membros que se opõem à entrada de refugiados, tais como a Hungria, Áustria, Polónia e Eslovénia. A Turquia, representada pelo primeiro ministro, tem-se mostrado periclitante no cumprimento do acordo, procurando antes defender os seus próprios interesses. (Marques, 2017).

Assim, no dia 18 de março de 2016, os representantes dos Estados Membros da EU e da Turquia formalizaram um acordo para a Readmissão de Pessoas que Residem sem Autorização a fim de diminuir o fluxo migratório irregular da Turquia para a Europa. O principal objetivo era trocar a entrada desordenada e perigosa dos refugiados por caminhos organizados, seguros e legais às pessoas que tinham direito à proteção internacional. Este tratado também serviu para unir a relação entre a Turquia e a EU e acabar com a prática de contrabando que estava presente aquando das travessias inseguras. Este pacto previa o reingresso de todos os requerentes de asilo que, depois de passar pela Turquia, chegassem à EU de forma irregular. Nessas situações, era enviado para a Turquia um pedido de readmissão da pessoa em questão que seria analisado pelas autoridades turcas para, caso se adequasse aos critérios definidos, fosse de novo aceite no país. Esta lei também era aplicada a todos os cidadãos que, aquando do momento do pedido de readmissão, apresentassem um visto válido ou uma autorização de residência emitida na Turquia (Pereira, 2017).

Desta forma, a EU comprometeu-se a auxiliar a Turquia na assistência a refugiados sírios, doando 6 mil milhões de euros, para que o processo de

liberação de vistos para cidadãos turcos entrarem na cidade se acelerasse. A Turquia, por sua vez, tomou todas as medidas necessárias para sustentar a abertura de novas rotas de migração do seu território para a EU. Os intervenientes do acordo responsabilizaram-se por cooperar juntos a fim de proporcionar as melhores condições humanitárias na Síria, principalmente nas zonas próximas à fronteira com a Turquia. Os cidadãos considerados irregulares são, segundo o Acordo, todos aqueles que no momento em que chegam às fronteiras turcas, não possuam documentos de viagem, vistos ou autorizações de residência. Outro critério para este estatuto é não apresentar o requerimento de asilo no momento em que entre num novo território onde se pretenda estabelecer.

Deste modo, a EU compromete-se entregar o formulário de pedido de asilo a todos aqueles que cheguem à Grécia, no qual as circunstâncias e situações de cada vítima serão analisadas individualmente. Nos casos em que a entrada do refugiado for considerada irregular, ou seja, for negada, haverá um recurso. Assim, elimina-se a possibilidade de expulsão coletiva de refugiados do continente europeu e garante-se uma reanálise de acordo com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (Pereira, 2017).

Porém, nem todas as entidades concordam com este tratado. O encerramento das fronteiras àqueles que não transportam documentos de identificação é qualificado como preocupante por especialistas e NGO's. Estes justificam-se dizendo que a maioria dos sírios que abandonam o seu país, deixam os seus documentos de identificação para trás, por medo de serem reconhecidos por quem os persegue. Assim sendo, e tendo em conta a quantidade de sírios que chegam sem identificação à EU, questiona-se se as readmissões são de facto feitas a partir de uma análise individual ou em massa. Para além de melhorar o bem estar dos sírios, o Acordo encarregou autoridades para que impedissem mais refugiados de cruzar o Mar Egeu com rumo à Grécia.

No dia 6 de setembro de 2017, celebrou-se o sétimo relatório da Comissão Europeia, onde foram relatados os resultados do acordo. O escrito mostra evidências de uma redução de 97% no número de entradas irregulares na Europa e um decréscimo no número de mortes ocorridas no mar Egeu.

Os europeus, por um lado, qualificam estes avanços como uma vitória, já que se salvaram muitas vidas ao impedir a perigosa travessia. Contudo, o número de readmissões de refugiados na Turquia continua bastante reduzido comparativamente à quantidade de pessoas que chegam à Grécia, onde não são recebidas como deveriam. Este país, não tem a capacidade de receber imigrantes dada a sua estrutura fraca, principalmente no que concerne a análise dos pedidos de asilo. No entanto, o panorama é otimista e congratula a diminuição de refugiados que chegam à Europa. A UNHCR mostra que durante o ano de 2016, foram 173 450 os refugiados que chegaram à Grécia e, um ano mais tarde, o número desceu para 26 449 (Pereira, 2017).

A Turquia, por outro lado, mostrou-se inquietante. O governo turco acusou a EU de adiar o processo da liberação dos vistos para a entrada de turcos no seu território e ameaçou revogar unilateralmente o Acordo caso os europeus não se manifestassem relativamente à implementação desta obrigação. A EU, respondeu dizendo que o processo de liberação tinha sido suspenso devido ao incumprimento, por parte dos turcos, de condições pré-estabelecidas com a EU, entre as quais, medidas para prevenir a corrupção e a revisão da legislação turca sobre o território.

Por estas e outras razões, este tratado tem sido criticado tanto por profissionais da área como por organizações como a AI, Human Rights Watch, UNICEF e JRS Europe (Jesuit Refugee Service) e acusado de não cumprir normas de direito internacional e europeu. Os países envolvidos são também incriminados de utilizar o Acordo para defender interesses políticos e económicos, desconsiderando as incumbências impostas pelo direito humanitário internacional para refugiados. Todavia, ambas as partes do acordo argumentam tê-lo assinado de acordo com o princípio *non-refoulement*, baseados nas noções de primeiro país de asilo e de terceiro país seguro, assim como alegam estar a atuar em prol dos refugiados ao desencorajar a travessia pelo mar Egeu, evitando mais mortes (Pereira, 2017).

2.5. Síntese Conclusiva

A Guerra previamente descrita incitou um grande fluxo populacional, principalmente, para as imediações da Síria, que rapidamente ficaram lotadas, provocando uma situação irremediavelmente precária, insegura e incomportável. Os governos locais não dispunham de condições para assegurar a educação e o ensino das crianças e jovens que iam chegando, o desemprego aumentou significativamente. Desta forma, a população síria decidiu aventurar-se a sair do seu país e deslocou-se através de perigosas travessias para a Europa, aumentando o número de pedidos de asilo aos Estados Membros da União Europeia, principalmente no ano de 2013.

Estas rotas tinham vários destinos, sendo que os principais eram a Alemanha e os países nórdicos. Foram três as principais travessias por onde a população síria se sugeriu, mas sempre com vias de alcançar a Europa.

No seguimento destas rotas, verificaram-se várias redes clandestinas que puseram as populações em perigo. Os barcos, que eram a única forma de chegar ao continente, eram controlados por redes de tráfico humano que só albergavam quem tivesse mais posses. Muitas vezes, estas vítimas eram enganadas por essas mesmas redes e não chegavam aos locais que lhes tinham sido prometidos. Aquando da chegada, para além de estarem assustados e com medo, as populações enfrentavam vistorias das autoridades locais e controlos nas fronteiras que, muitas vezes, não permitiam a sua passagem.

Na impossibilidade de chegarem ao destino desejado, grupos de migrantes aventuraram-se a deixar tudo para trás e arriscar a própria vida na perspectiva de alcançar uma nova vida e melhor, ainda que esse desígnio os colocasse numa situação vulnerável, insegura e calamitosa decorrente das perigosas travessias que tinham de enfrentar.

No decorrer de tudo isto, estabeleceu-se um Tratado entre a União Europeia e a Turquia cuja finalidade era readmitir pessoas que residissem sem autorização para diminuir o fluxo populacional da Turquia para a Europa. Este Tratado suscitou múltiplas opiniões, uma vez que existiam vários assuntos

pendentes que não tinham sido totalmente clarificados. Porém, o acordo, de facto, diminuiu substancialmente a entrada de refugiados na Europa, apesar de ainda se contestar quem é que realmente beneficia do mesmo.

CAPÍTULO 3 - Qual a postura adotada pelos países da União Europeia?

3.1. Quais os países acolhedores de refugiados? – Fora da Europa

O acolhimento de um fluxo migratório tão intenso como tem sido o dos refugiados sírios, num tão curto espaço de tempo, provoca, naturalmente, alguma perturbação na organização social dos países que recebem. Além de não existir uma preparação político-organizacional dos Estados, nem sempre é fácil criar condições materiais e humanas para dar resposta a um desafio tão complexo e a uma tão grande número de pessoas que chegam em condições muito frágeis e precárias.

Em 2015, o número de pedidos de asilo chegou a atingir 1,3 milhões. A partir desse ano, os números, apesar de ainda numerosos, decresceram substancialmente. No ano seguinte, o total de pedidos chegou aos 1,2 milhões, enquanto em 2017 o número rondava os 704 mil. No primeiro trimestre de 2018, a estatística aponta para 131 mil pedidos, o que retrata uma descida de 25% (Dias, 2018).



Fonte: SEF a 19/06/2019

Gráfico 1 - Pedidos de asilo entre 2008 e 2018

Importa referir que, apesar de terem sido muitos os pedidos de asilo requeridos e muitos os países que albergaram estas vítimas, nem todos os países criaram condições de interligação e inclusão no sentido de colmatar as necessidades de uma mobilidade migratória como a dos refugiados, pois, cada Estado, de acordo com a sua organização e idiosincrasias, procurou de alguma forma assegurar o seu equilíbrio, estabilidade e segurança. No caso do velho continente, verifica-se que não foi este destino geográfico que mais acolheu o fluxo migratório sírio. Desse ponto de vista, importa realçar que não foram os países mais desenvolvidos que abriram as portas aos migrantes e criaram as condições para os receber.

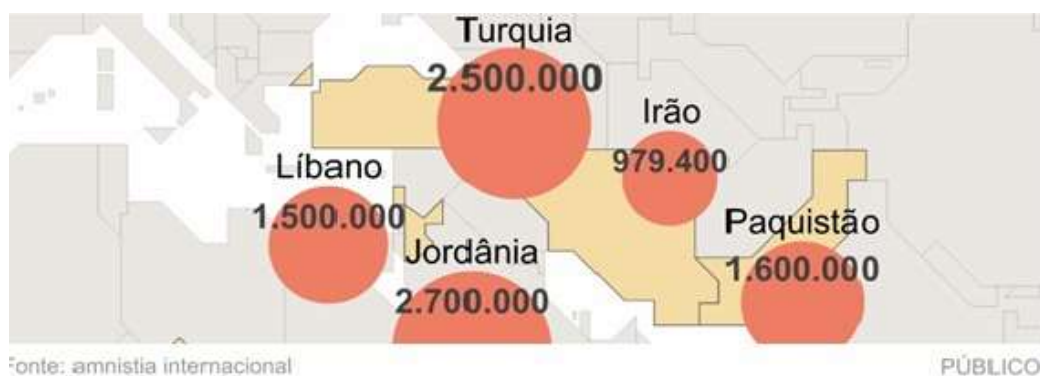


Imagem 3 – Países que mais acolhem refugiados da Síria fora da EU

Esta atitude levou a Amnistia Internacional (AI) a acusar os países mais desenvolvidos de avançar com políticas de “interesse próprio e de egoísmo”, propícios a agravar a crise de acolhimento das vítimas. Esta organização prevê que haja cerca de 21,3 milhões de imigrantes e que 86% destes sejam recebidos por países com médio ou baixo rendimento (Henriques, 2016).

A respeito disto, o secretário geral da AI, Salil Shetty relatou:

“ (...) Apenas 10 das 193 nações no mundo acolhem atualmente mais de metade da população global de refugiados. Está a ser deixado nas mãos de um pequeno número de países fazer demasiado, apenas porque são vizinhos da crise. Esta situação é inerentemente insustentável, expondo os milhões de pessoas que fogem da guerra e da perseguição em países como a Síria, o Sudão do Sul, o Afeganistão e o Iraque imersos em miséria e sofrimento” (Henriques, 2016).

Salil Shetty acrescentou ainda:

“ (...) É chegada a hora de os líderes mundiais entrarem num debate sério e construtivo sobre como é que as nossas sociedades vão ajudar as pessoas que se viram obrigadas a abandonar as suas casas devido à guerra e à perseguição de que são alvo. (...) Têm de explicar porque é que o mundo consegue resgatar bancos, desenvolver novas tecnologias e combater guerras, mas não é capaz de encontrar casas seguras para 21 milhões de refugiados – que são só 0,3% da população mundial (Henriques, 2016).”

A Turquia acolheu o maior número de refugiados (3 milhões aproximadamente), sendo que a esmagadora maioria são sírios (2,8 milhões). Ainda aloja vítimas oriundas do Iraque (125 000), país com o qual faz fronteira, e 120 000 pessoas provenientes do Afeganistão (Expresso, 2016).

Segue-se a Jordânia que, no fim do ano 2015, albergava cerca de 2,7 milhões de refugiados. Este número corresponde a cerca de um terço da população do país e destes mais de 2,1 milhões são palestinianos. Uma vez que a Jordânia faz fronteira com a Síria, Iraque, Arábia Saudita, Israel e ainda com um território palestiniano da Cisjordânia, recebeu sensivelmente 656 sírios. Uma grande parte destes refugiados (79 597) reside no enorme campo de Za’atri e cerca de 54 024 no de Azraq (Expresso, 2016).

O terceiro país que mais acolhe vítimas desta catástrofe é o Paquistão. São aproximadamente 1,6 milhões de refugiados que encontram proteção segura neste Estado (Expresso, 2016).

Dada a localização geográfica vizinha, muitos refugiados do Afeganistão são acolhidos por aquele país, tendo assim conseguido resistir a vários conflitos, nomeadamente, ocupação soviética (1979-1989) e a guerra pós 11 de setembro (2001-2014).

Por mérito de um programa de regresso ao país natal, o número de refugiados afegãos decresceu bastante. Porém, nos anos de 2014 e 2015, fruto do ativismo dos talibãs e de outros grupos armados que amedrontaram as populações, o número voltou a subir.

O Líbano é outro país que sofre com a pressão da corrente de refugiados, uma vez que estes já perfazem um terço da sua população. Deste modo, este país ocupa o quarto lugar da lista. Do milhão e meio de vítimas que o Líbano ampara, apenas 400 mil não são sírias (Expresso, 2016).

Conforme relata a AI:

“ (...) Segundo a UN, mais de 55% dos refugiados sírios no Líbano vivem em condições abaixo do padrão em acampamentos improvisados, edifícios sobrelotados e bairros pobres e densamente povoados” (Expresso, 2016).

Visto que neste país habitam cerca de 450 mil refugiados provenientes da Palestina, dois dos doze campos de refugiados palestinianos estão no Líbano, nas redondezas de Beirute, capital libanesa e são chefiados pela UN: Sabra e Chatila (Expresso, 2016).

Este país (com 4,5 milhões de cidadãos), recebeu mais de 1,1 milhões de vítimas sírias, comparativamente à Nova Zelândia (que apesar de contar com o mesmo número de habitantes, mas 42 000 dólares de PIB per capita), acolheu apenas 250 refugiados (Henriques, 2016).

O país que se segue é o Irão, que totaliza praticamente um milhão de refugiados. O Irão é o segundo país que mais recebe afegãos, depois do Paquistão. Tal como neste país, também no Irão os refugiados já se encontram na segunda e terceira gerações, fruto de décadas de violência e guerra no seu país. Citando caso análogo, o grande fluxo de afegãos com rumo ao Irão sucedeu aquando da ocupação soviética do Afeganistão, datada entre 1979 e 1989. Mais uma vez a AI esclarece que apesar do Irão ter apoiado e assinado a Convenção referente ao Estatuto dos Refugiados (em 1951)

“ (...) os direitos dos seus quase um milhão de refugiados afegãos registados são precários. O Governo estima que mais 1,5 a 2 milhões de afegãos indocumentados vivam no Irão. Em 2016, surgiram indícios de que os Guardas Revolucionários do Irão recrutaram milhares de afegãos não registados para combater ao lado de milícias alinhadas com o Governo sírio, nuns casos oferecendo compensação financeira e

o estatuto de residência, noutros recorrendo ao recrutamento forçado” (Expresso, 2016).

Logo após o Médio Oriente, o leste e sudeste africano são as zonas mais invadidas pelo fluxo de refugiados. Em África, a Etiópia é um dos países que mais recebe e assegura a proteção de refugiados (sensivelmente 736 100). Grande parte dos imigrantes que chegam à Etiópia, são oriundos de países muito próximos, afetados por conflitos ou situações de miséria como a Somália, a Eritreia, o Sudão, o Iémen e o Sudão do Sul. Este último, sofreu, em 2016, um grande conflito que forçou a sua população a fugir, não só para a Etiópia, mas também para o Quênia e o Uganda. A Etiópia, apesar de acolher os refugiados, não autoriza que estes tenham o estatuto de residência permanente. Todas as vítimas estão confinadas aos campos de refugiados das Nações Unidas permanentemente ou até serem capazes de transitar de país (Expresso, 2016).

Segue-se o Quênia, que alberga sensivelmente 553 900 imigrantes. É neste país que se encontram os dois maiores campos de refugiados do mundo. Do número total de refugiados que vivem no Quênia, mais de 300 mil habitam em Dadaab. Para além destes, sensivelmente 150 mil (naturais do Burundi, Sudão, Etiópia, Sudão do Sul e República Democrática do Congo) residem em Kakuma, o segundo maior campo (Expresso, 2016).

O Uganda é também um dos países que mais sofre com os conflitos africanos. Decorrente da sua localização, entre 54 estados africanos, é o terceiro mais afetado pela questão dos refugiados, já que acolhe quase meio milhão. A esmagadora maioria destes são provenientes do Sudão do Sul, contudo, uma boa parte é oriunda do Burundi (Expresso, 2016).

A República Democrática do Congo recebe quase tantos refugiados quantos gera. As 383 100 vítimas que ali procuram proteção são predominantemente oriundas dos países vizinhos, tais como o Ruanda, a República Centro-Africana e o Burundi. A violência e o genocídio que se viveu no Ruanda em 1994, além de assassinar quase um milhão de pessoas, criou uma vaga de refugiados que afetou dois milhões de ruandeses. Da mesma forma, na República Centro-Africana eterniza-se uma instabilidade política que tende a

aumentar, aliada a muitos confrontos entre grupos da população civil. Estas disputas fizeram com que 456 866 refugiados procurassem refúgio na República Democrática do Congo, Camarões e Chade (Expresso, 2016).

Por último, é destacado o Chade. Este, seriamente afetado pelos confrontos na Nigéria e, sendo o quinto maior estado africano, acolheu sensivelmente 369 500 imigrantes. Grande parte destes, eram oriundos da Nigéria e da república Centro-Africana. Neste estado, os requerentes de asilo são imediatamente acolhidos e recebem o estatuto de refugiado. Não obstante, têm a necessidade de uma autorização específica para se poderem deslocar livremente dentro do país (Expresso, 2016).

O secretário-geral da AI finalizou:

“Se os países trabalharem juntos e partilharem a responsabilidade, podemos assegurar que pessoas que tiveram de fugir das suas casas e dos seus países, sem terem culpa disso, conseguem reconstruir as suas vidas em segurança noutra local. Se não agirmos as pessoas vão morrer: afogadas, de doenças perfeitamente evitáveis em campos e centros de detenção miseráveis ou por serem forçadas a regressar às zonas de conflito de onde fugiram.” (Amnistia Internacional, 2016).

3.2. Quais os países europeus acolhedores de refugiados?

De acordo com dados fornecidos pela UN, os refugiados sírios completam 4,9 milhões em 120 países diferentes, maioritariamente em países vizinhos da Síria e europeus. Relativamente ao acolhimento, muitos refugiados elogiaram a Alemanha como país motivador da rota. De facto, este é o país predileto dos refugiados. Seguidamente a este, elegem a Suécia e a Holanda (já que os países a norte da Europa conferem segurança, estabilidade e oportunidades de trabalho a estas vítimas). As razões da escolha dos destinos são muitas vezes o reencontro de familiares, educação, economia, respeito e a assistência (Volpini Silva & Gonçalvez Albanez, 2018).

A respeito da hospitalidade alemã, é de notar que este país acolheu mais de um milhão de refugiados em 2015 e previa acolher no mínimo mais de meio

milhão em 2016. Atendendo a esta abertura de fronteiras manifestada pela chanceler alemã, Angela Merkel, é de salientar a sua oposição ao plano do grupo Visegrado, que se tem mostrado pouco flexível no acolhimento deste fluxo migratório, revelando uma postura mais conservadora, menos aberta às ondas migratórias e ao *melting pot* que decorre deste contexto, considerando que se trata de uma atitude perigosa e de pouca solidariedade e responsabilidade. Depois da reunião desse mesmo grupo, a chanceler insurgiu-se:

“(…) Vou lutar com todas as minhas forças na cimeira pelo acordo entre a União Europeia e a Turquia como a única forma de resolver estes problemas (...) Devemos abandonar a abordagem turco-europeia com a qual estamos a tentar combater as causas da fuga [de pessoas para a UE] e melhorar a proteção das fronteiras exteriores? Ou vamos fechar as fronteiras gregas, macedónias, e búlgaras, com todas as consequências que isso terá para a Grécia, a UE no seu todo e o espaço Schengen? (Barata, 2016)”

A Finlândia cumpriu o pedido feito pela Comissão Europeia (EC) e concordou receber 2400 refugiados, não obstante, ter rejeitado a proposta de Bruxelas que consistia em criar um sistema de repartição de refugiados com quotas obrigatórias. O ministro finlandês clarificou que iria albergar refugiados provenientes do sul da europa, mas esta era uma “decisão voluntária” (Expresso, 2015).

A Irlanda (que conta com 4,6 milhões de residentes e um território sete vezes superior ao do Líbano) albergou apenas 758 refugiados sírios (Traiano, 2016) .

Portugal, por sua vez, teve um aumento no índice de pedidos de asilo a partir de 2011, que subiram 70% em relação ao ano anterior. Em 2016, foi considerado o segundo país que mais recebeu refugiados na EU, já que até 2017 o país se comprometeu a receber mais de 4 mil pessoas, enquanto, até 2016, tinha estabelecido cerca de 700 vagas para estas vítimas. O governo português criou iniciativas de educação, oferecendo 2 mil bolsas de estudo

para quem procurasse refúgio no país, bem como alojamento e aulas de português (Soares, 2016).

António Costa Proferiu:

“(…) Não temos o direito sequer de discutir se temos ou não temos capacidade quando vemos outros países, muito mais pobres que o conjunto da União Europeia, mais pequenos que o conjunto da União Europeia, estarem a assumir uma responsabilidade muito superior àquela que estamos a assumir. É uma indignidade a Europa querer discutir a sua capacidade para acolher refugiados – convém não esquecer que só a Jordânia acolhe tantos refugiados como o conjunto dos 28 Estados membros da União Europeia” (Lusa, 2018).

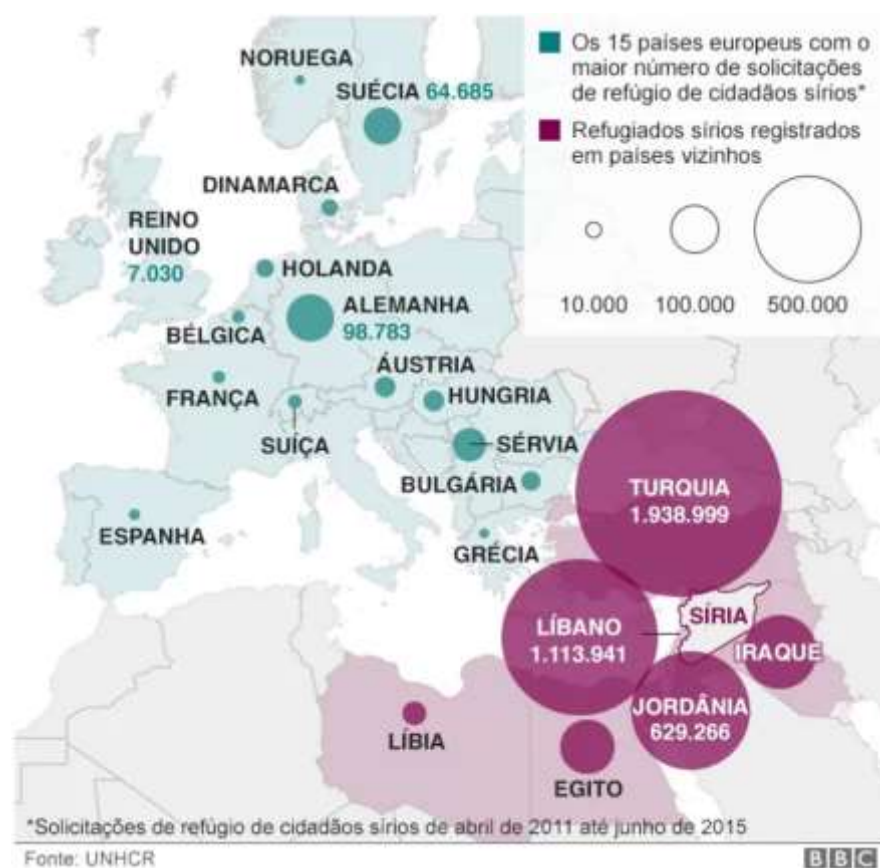


Imagem 4 - Pedidos de Asilo por parte de refugiados sírios

No ano de 2015, os países com mais respostas positivas relativamente a pedidos de asilo, por cada 100 pedidos, foram a Dinamarca (48,7), o Reino Unido (46,5), a Grécia (44,5), Holanda (37,9), Itália (35,2), França (34,3) e a Alemanha (31,1) (Oliveira, Peixoto, & Gois, 2017).

3.3. Quais os países europeus em oposição?

Em 2014, chegaram através da Rota do Mediterrâneo sensivelmente 280 000 pessoas. Um ano mais tarde, o número subiu para 1 milhão, que entraram pelo Mar Mediterrâneo e Egeu. Como consequência destes números, os pedidos de asilo por parte de refugiados sírios (bem como iraquianos, iranianos e afegãos) também se intensificaram. Atualmente, há cerca de 5 milhões de refugiados sírios, porém, a esmagadora maioria localiza-se em países como a Turquia (cerca de 3 milhões) e a Jordânia (650 000).

Em contrapartida, a EU, com uma população de sensivelmente 500 milhões de habitantes recebeu aproximadamente 1 milhão de refugiados sírios, enquanto, proporcionalmente, países como o Líbano que têm 4,5 milhões de habitantes, acolhem 1,2 milhões de vítimas. A resposta da EU a esta situação não foi unânime, e, se por um lado, alguns países receberam estas vítimas, outros fecharam fronteiras e impuseram controlos neste fluxo migratório, nomeadamente, a Hungria, que incentivou outros países europeus (Sousa, 2017), construindo uma barreira física com muros e arame farpado ao longo da sua fronteira com a Sérvia, como forma de interromper o fluxo de refugiados que pretendiam atravessar este país para alcançar a Alemanha e outros países europeus.

A Hungria faz parte do grupo Visegrado, grupo de países que interligavam o antigo bloco soviético, que se mostrou pouco solidário no acolhimento ao fluxo migratório, distanciando-se dos demais países da Europa Ocidental. Com esta atitude, levantaram-se questões relacionadas com discriminação, exclusão e xenofobia aos refugiados.

Os países do grupo Visegrado, ou seja, a Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia, para além de se recusarem a albergar refugiados, rejeitaram

também as quotas de migrantes propostas pela União Europeia, como relatou o político checo (antigo ministro dos negócios estrangeiros) Lubomir Zaoralek, considerando, no entanto, que os países dispostos a receber estas vítimas “devem ter o controlo sobre o número de refugiados que estão dispostos a aceitar e em seguida oferecer-lhes apoio” (Notícias, 2015).

Estes países pretendem criar uma fronteira ao longo da Bulgária e da Macedónia que funcione como uma “linha de defesa” com arame farpado, para impedir que os refugiados consigam passar além da Grécia (Barata, 2016).

O grupo Visegrado tem em vista conter e até impedir o fluxo de refugiados que continua a entrar na Europa, através da Turquia e que avança para norte, pela travessia dos Balcãs.

Depois de aderirem à União Europeia, em 2004, sob o consentimento decretado em Berlim, provocam agora a chanceler alemã Angela Merkel, que defende uma política vinculativa de quotas de refugiados, salvaguardando os valores europeus “Se concordamos na descrição da situação (...), devíamos estar unidos sobre o facto de que um tal desafio não pode ser gerido por um único país. Precisamos de solidariedade europeia” (Expresso, 2015).

A Macedónia (que já construiu duas linhas de vedação de metal com arame farpado no cimo da fronteira, bloqueando uma das entradas mais usuais dos refugiados) tem sido fortemente encorajada pela Áustria, país que, inicialmente, acolheu muitos imigrantes, no entanto está agora a pôr entraves e a fomentar as barreiras, assim como a Eslovénia. O ministro dos Negócios Estrangeiros austríaco, Sebastian Kurz, notificou as autoridades macedónias para impedirem por completo o fluxo de refugiados, já que Viena, brevemente, procederá da mesma forma. A Áustria, que se encontrava entre os países que mais recebiam imigrantes, estava agora a querer concretizar o que a ministra do Interior Johanna Mikl-Leitner apelidou de “efeito dominó”, tal como referiu a um jornal austríaco “É importante que cada país restrinja progressivamente o fluxo [de pessoas] na sua fronteira, e que o façamos em concordância uns com os outros” (Barata, 2016).

Seguindo o mesmo modelo, outros países europeus mostraram-se reticentes quanto à entrada de refugiados. A Bulgária e a Grécia, por exemplo, também tentaram impedir este fluxo ao construírem uma barreira ao longo da sua fronteira com a Turquia. A Áustria e a Dinamarca também cessaram os processos que permitiam a entrada destes imigrantes e reduziram os benefícios até então concedidos aos refugiados. De facto, a Dinamarca recusou fazer parte do sistema de repartição de refugiados nos países membros da União

Europeia, proposto por Bruxelas. De acordo com Inger Stojberg, ministra da integração dinamarquesa “Não estaremos incluídos na repartição dos 160 mil refugiados”. Este país recebeu cerca de 15 mil pedidos de asilo em 2014, o que, comparativamente à sua população, foi o quinto país europeu que recebeu mais pedidos, conforme a Eurostat (Jornal Expresso, 2015).

O primeiro-ministro português, António Costa, manifestou-se quanto à oposição dos países da EU acerca do acolhimento de refugiados:

“(…) Quando nós - que vivemos no continente e na região do continente mais rica e que mais oportunidades tem dado aos seres humanos para se desenvolverem, que é a União Europeia - ouvimos vozes reclamando e protestando contra a ideia de que a Europa tem o dever de acolher estes seres humanos, não podemos deixar de nos sentir chocados e revoltados. Quando 28 Estados, com o nível de desenvolvimento que a União Europeia tem, se permitem discutir se têm ou não têm capacidade de acolher refugiados, isso significa que o valor da dignidade da pessoa humana está efetivamente em causa”
(Revista Sol, 2018)

Estas medidas não foram suficientes para travar o fluxo migratório de milhares de refugiados que atravessaram as fronteiras em direção ao continente europeu (Kasprzak & Monteiro, 2018).

3.4. Quais os motivos que suportam a decisão?

De acordo com a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, assistimos a um aumento galopante dos índices de migração para a Europa, que desde 2014, onde quase 80 000 fugiram dos seus países em conflito, designadamente da Síria, de forma ilegal, procurando paz e segurança, o número tem crescido (Silva, et al., 2016).

A polícia italiana, confrontada com o elevado número de barcos amontoados repletos de pessoas em condições miseráveis, criou uma operação de salvamento, considerando um imperativo a ajuda humanitária dada a quantidade de refugiados que iam aportando na costa italiana, contrariando a

decisão da EU que havia interrompido o seu apoio sob o pretexto de se estar a incentivar a emigração clandestina.

Fosse pela necessidade de ajuda humanitária, dada a calamidade da situação, fosse pelo aumento da imigração clandestina que assumia proporções elevadas, a EU criou um sistema de quotas repartidas pelos países membros para mitigar esta situação.

Refira-se que o elevado fluxo migratório de refugiados e migrantes que aportam nas costas europeias são fruto da época de globalização em que vivemos que favorece uma nova mobilidade de pessoas, ainda que, nestes casos particulares, as travessias sejam feitas de forma precária, insegura e ignóbil, violando os direitos humanos, e que urge uma intervenção cuidadosa e necessária.

Estima-se que, no final de 2015, já estavam cerca de 750 000 vítimas sírias na Europa (Silva, et al., 2016).

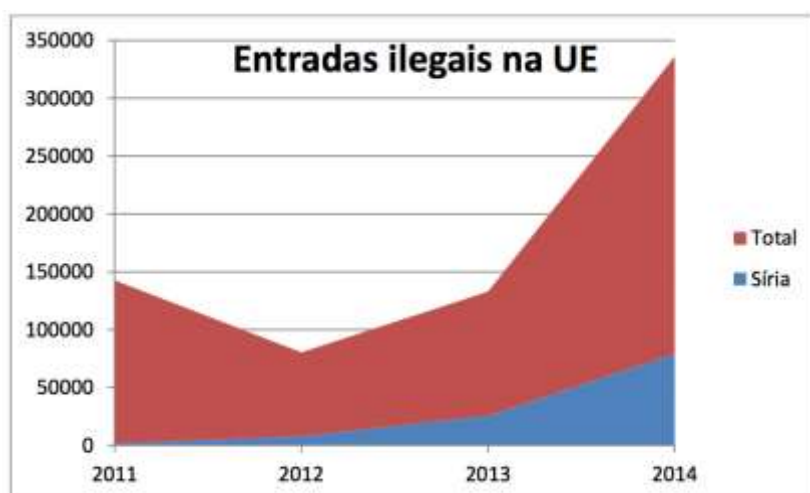


Gráfico 2 - Entradas de Refugiados Sírios na UE

Confrontados com a vulnerabilidade humana, o morticínio crescente e ainda as questões de segurança interna, muitos países europeus recusaram-se a receber estas vítimas, numa aparente displicência perante esta problemática e, ainda que esta crise migratória tenha originado uma onda de empatia mediática pelo sofrimento das vítimas, não evitou também uma vaga de xenofobia e medo,

razões que conduziram ao aparecimento de vozes discordantes, de comportamentos discriminatórios e intolerantes resultantes de um choque cultural entre os grupos de refugiados e as comunidades de acolhimento.

Neste contexto, foram levantadas várias questões económico-financeiras bem como sociais, políticas, religiosas e culturais que equacionaram a continuidade da ajuda humanitária. Desde logo a estabilidade económica bem como o aumento de desemprego que o acolhimento de refugiados pode gerar nos países de acolhimento.

As consequências económicas que resultam da receção de um grande número de refugiados, as diferenças culturais, a dificuldade com a língua do país de acolhimento, a procura de emprego, a discriminação a que estão sujeitos e o racismo, que é muitas vezes praticado pelas populações residentes nos países de acolhimento, têm-se mostrado como fatores de desestabilização.

Muitos países ainda defendem que estes sofredores germinam custos adicionais sobre os já reduzidos orçamentos políticos (uma vez que necessitam

de apoio governamental para terem uma vida minimamente respeitável, usufruindo de uma casa, educação, serviços de saúde e segurança). Defendem também que os refugiados são responsáveis pela diminuição dos salários, atrasam o crescimento económico, perturbam os mercados, causam degradação do ambiente e amplificam a pressão política nos países já inseguros e perturbados pelas suas guerras (Macena & Obregon, 2018).

Fruto de todos estes fatores, os refugiados são muitas vezes vistos como possíveis perigos ou ameaças à população receptora, que muitas vezes os acusa de serem os responsáveis pela falta de identidade nacional. Nesse sentido, gera-se uma vaga de prevenção e contenção dessas pessoas, muitas vezes qualificadas como invasores, já que são acusados de poder criar situações de violência, conflitos internos e violação de direitos humanos (Rocha & Moreira, 2010).

Questões religiosas, provenientes de grupos católicos, também se fizeram sentir. A entrada de grupos de migrantes, para alguns, tornou-se uma ameaça que pode fragilizar a identidade nacional e a sua homogeneidade, sendo olhada como um meio facilitador da entrada de estruturas terroristas, fundamentalistas e de criminalidade organizada. A preocupação de muitas vozes católicas por associarem os migrantes muçulmanos a comportamentos agressivos e violentos, incutidos pelo fundamentalismo islâmico fez (Silva; Geraldês; Ramos; Faria; Fonseca; Romão; Pires; Maneta; Espinho; Pedro; Dias; Rodrigues; Vieira; Branco; Vitorino; Conceição, 2016), fez emergir uma onda de receio dentro dos Estados de acolhimento.

Uma razão que, pese embora não impeça o acolhimento de refugiados, atrasa o seu processo de inclusão social, no sentido em que este processo exige tomada de decisões favoráveis à sua integração, assegurando os seus direitos, por um lado, mas, concomitantemente, não pondo em causa a segurança e a estabilidade nacionais. Desse ponto de vista, questões como o número de migrantes que cada estado da EU irá receber, a intervenção individual, familiar e social de ajuda bem como as questões legais, burocráticas e logísticas têm protelado o início das operações. Assiste-se a uma vaga de fluxo migratório sem precedentes, com constantes chegadas, via mar ou terra, que exige uma resposta o mais rápida possível com o mínimo de perturbação possível. Enquanto a

situação é adiada, muitas famílias dormem na rua, não conseguem sair dos seus países e vivem em condições desumanas (Silva, et al., 2016).

A superlotação de pedidos de refugiados a que os países têm de dar resposta e a falta dela em tempo útil levanta problemas sociais já aqui aduzidos, instalando-se algum desconforto das populações que se tornam, por vezes, intolerantes, em virtude do medo de perderem as suas casas, empregos e qualidade de vida, situação que resulta em movimentos agressivos contra os refugiados (Beber, 2019).

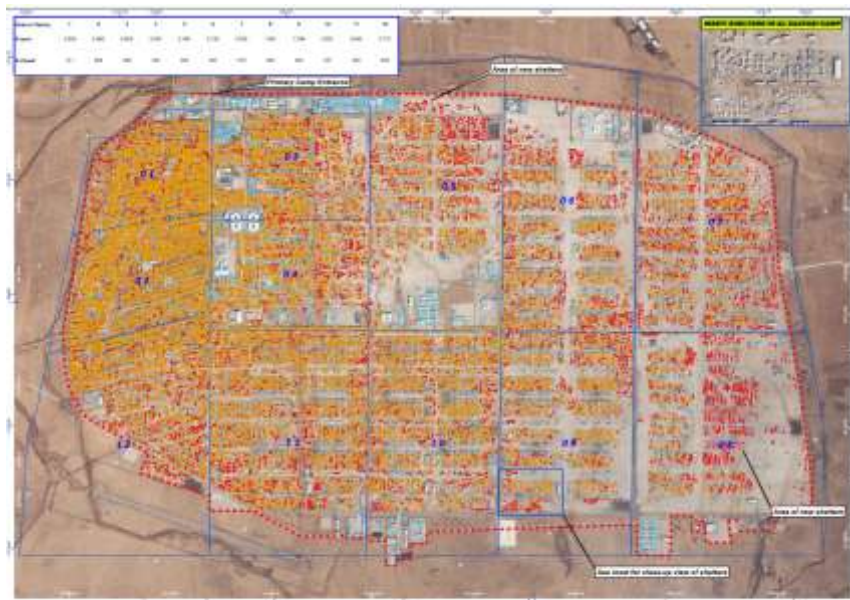
3.5. Campos de Refugiados

Os campos de refugiados são o último reduto para aqueles que fogem de guerras e conflitos, sendo certo que não o melhor sítio para viver, são, no entanto, locais mais seguros e distanciados de bombas e violência. Ali, muitas vítimas encontraram segurança, e foram recebidas com alimentos, água, serviços básicos de saúde e um refúgio, onde se sentiram a salvo (UNHCR).

Estes campos, representam a esperança para aqueles mártires que procuravam estabilidade e paz. Za'atri é um exemplo de ajuda humanitária ao fluxo migratório sírio. Situado na Jordânia, a poucos quilómetros da fronteira com a Síria, em 2013, tornou-se num lar para 120 000 pessoas, sendo que a esmagadora maioria eram mulheres e crianças, depois de, em 2012, um refugiado sírio de 53 anos, acompanhado por outros 450 refugiados, passou a fronteira da Síria com a Jordânia e se tornaram nos primeiros habitantes do campo. Inicialmente, tratava-se de um conjunto de poucas tendas, num território extenso sem ruas nem eletricidade. Atualmente, estende-se pelo horizonte, repleto de pessoas e parece não ter fim, já que continua a aumentar a cada dia (Beals, 2013).

Za'atri funciona como um grande parque de caravanas com mais de 17 000 veículos que acolhem refugiados sírios, onde todas as manhãs são distribuídos milhares de litros de água e pão que chegam diariamente em camionetas até aos locais necessários. Está equipado para que as pessoas possam satisfazer as suas necessidades básicas de higiene; prosseguir os seus estudos,

onde existem professores jordanos que trabalham em escolas primárias, secundárias e profissionais; estão instaladas também creches e um espaço para vacinar os recém-nascidos contra doenças infecciosas.



Fonte: RefWorld (2014).

Imagem 5 - Campo de Refugiados Za'atri

A sua conceção, configuração e construção foi um desafio, no sentido em que foi necessário erguer o equivalente a uma cidade num exíguo período de tempo. Em apenas um ano, não obstante a falta de meios financeiros e profissionais, foi possível erigir Za'atri.

Andrew Harper, o representante da UNHCR na Jordânia, declarou “Foi um ano repleto de sentimentos contraditórios, conseguimos muitas coisas, mas as necessidades são enormes” (Beals, 2013).

Como o conflito na Síria não tem data de término, os refugiados que habitam neste campo trabalham em conformidade com a UNHCR e começaram a criar os seus próprios negócios ou a participar na vida do campo, ao recolher o lixo, ajudando na limpeza, na plantação de jardins ou em instalações de saúde.

Outro campo de refugiados bastante conhecido é o Azraq, cuja inauguração data de 2014 e pretendeu dar abrigo a 130 000 pessoas. Este campo foi criado numa altura em que o número de sírios que passava a fronteira duplicou, o que correspondia a 600 pessoas por dia, enquanto o número de

refugiados que voluntariamente regressava ao seu país diminuía a cada dia. Tudo isto criou uma grande tensão no já existente campo de Za'atari (que já albergava 100 000 pessoas) e criou-se a necessidade de se formarem outros campos.

No campo de Azraq, já é dada proteção necessária, bem como assistência humanitária para que este se torne funcional e capaz de acolher as vítimas. Foram construídos 2 500 refúgios, 103 quilómetros de ruas e áreas de serviço. Também foram erguidas cerca de 2 000 instalações de saneamento, bem como um sistema de distribuição de água. Criaram-se escolas, parques infantis, espaços lúdicos para crianças e adolescentes, um centro de saúde e um hospital com 130 camas (Edwards, 2014).

O campo de Domiz situa-se no Iraque e, em 2012, já tinha acolhido sensivelmente 34 400 refugiados sírios. Nesta altura, chegavam ao campo cerca de 500 pessoas por dia, desesperadas e esfomeadas (Seregni, 2012). Rojin, uma refugiada síria que escapou com a sua filha de Aleppo, confessou:

“(…) Havia cortes de eletricidade a toda a hora no nosso edifício e os preços aumentaram consideravelmente. Era impossível comprar pão ou azeite porque as lojas estavam sempre fechadas e a Magi (sua filha) chorava porque tinha fome” (Seregni, 2012).

Muitas das crianças que chegam aos campos têm traumas e lutam para tirar da sua memória as trágicas imagens que têm do seu país. Neste campo, as crianças são convidadas a participar em atividades sociais para que se adaptem a um novo ambiente. Para além disso, é também dado apoio às crianças que sofram de sintomas pós-traumáticos, memórias dolorosas, ataques de ansiedade e pesadelos. Estas crianças, são encaminhadas para a unidade de saúde mental do campo e são acompanhadas por psicólogos. Este campo continua a receber refugiados sírios e tenta facilitar a sua integração e a sua liberdade de movimento, oferecendo-lhes títulos de residência e acesso a serviços públicos (Seregni, 2012).

Foi construído outro campo de refugiados na Jordânia: Halabat. Tem uma estrutura capaz de suportar, inicialmente, 5 mil pessoas, mas a longo prazo

espera-se que acolha 30 000. O motivo principal que levou à construção deste campo foi a incapacidade que o campo Za'atri tinha de sustentar as necessidades dos refugiados que lá habitavam. Foram transportadas para este novo campo camionetas com milhares de tendas e artigos de necessidade básica para serem posteriormente distribuídos pelos residentes. A UNHCR também se tem esforçado para contratar profissionais que possam trabalhar e facilitar o número de chegadas que cada dia aumenta (Fleming, 2013).

Os refugiados pretendem, acima de tudo, levar uma vida o mais próximo possível do normal, dadas as circunstâncias. Aventuram-se assim, a seguir com uma rotina, escola, trabalho, comércio, transformando os campos de refugiados em pequenas cidades. Ao mesmo tempo, os profissionais que lá trabalham e são responsáveis pela coordenação do campo adaptam-se às necessidades dos refugiados, promovendo uma relação de cooperação e nunca hierárquica.

A integração dos migrantes nos campos de refugiados exige que se proporcionem as condições de adaptação das famílias ou dos indivíduos ao

próprio local. A título de exemplo, o campo Za'atri, que estava destinado a ser um campo temporário, converteu-se numa cidade e acolhe agora milhares de pessoas que vivem e trabalham lá, como acima referido. Os abrigos, que inicialmente não passavam de tendas improvisadas, foram substituídos por contentores e as instalações sanitárias deixaram de ser comuns para serem privativas. Em consequência, a mobilidade de mercadorias e o consumo também aumentou, facilitada pela oferta de bens que existem neste campo. Aos poucos, os refugiados tentam converter a sua vida de refúgio numa similar à que tinham antes de partirem, esperando a hora em que possam regressar ao seu país, ou pelo menos conseguir documentos que os permitam mudar-se e integrar-se em comunidades urbanas (Vieira, 2014).

3.6. Síntese Conclusiva

Fruto deste grande êxodo, foram muitos os países que se disponibilizaram para acolher refugiados, apesar de nem sempre concêntricos nas decisões e

estratégias geopolíticas. Curiosamente, foram os países com menos recursos que albergaram maior número de refugiados sírios, principalmente, os países vizinhos da Síria. Já os países europeus, em especial os nórdicos, mostraram-se reticentes. Perante esta falta de abertura e sensibilidade, houve vários líderes mundiais que se insurgiram e mostraram o seu desapontamento quanto à falta de políticas de acolhimento e de solidariedade para com um povo vítima, vulnerável e sofredor.

Destaca-se a posição de quatro países - o grupo Visegrado - que construiu, inclusivamente, um muro para impedir que os refugiados circulassem e entrassem para os seus países, atitude criticada veementemente por diversos líderes europeus.

Elencaram-se vários motivos que levaram os países a não receber os refugiados como o económico-financeiro, o desemprego, as diferenças religiosas e culturais, a insegurança das populações e o racismo.

O pico de pedidos de asilo deu-se no ano de 2015, com cerca de 1,3 milhões de refugiados. A partir desse ano, ainda que, lentamente, os números decresceram.

Apesar dos países vizinhos da Síria se terem mostrado mais ativos na receção de refugiados, importa salientar que também muitos europeus estiveram a favor do acolhimento.

A alocação de um fluxo migratório tão elevado exigiu a criação de locais onde os refugiados se sentissem seguros e pudessem ter uma vida minimamente estável, tendo em conta a vulnerabilidade da sua situação. Deste modo, foram criados campos de refugiados em lugares seguros e protegidos de bombas e violência.

Estes campos tornaram-se autênticos lares para estas vítimas e, com o passar do tempo, foram-se desenvolvendo e converteram-se em pequenas cidades. Os próprios refugiados encontraram formas de subsistência, envolvendo-se na construção de infraestruturas e no comércio.

Este acolhimento envolveu a participação e ajuda no que concerne a géneros alimentares e medicamentos para que pudessem enfrentar a fragilidade em que se encontravam os migrantes.

O principal objetivo era que estas populações pudessem levar uma vida que as aproximasse de alguma “normalidade” com uma rotinas de trabalho, familiar e social.

Porém, a dificuldade de ajuda a estas pessoas ganha uma dimensão e complexidade muito grandes na medida em que a quantidade de necessitados que vão entrando é vista como um entrave à qualidade de vida, à paz e aos direitos dos cidadãos dos países que acolhem. Torna-se, por isso, premente avaliar e comprovar o risco a que estas pessoas estão votadas e promover mediações de paz, evitando tensões internas, aliviando o sofrimento dos refugiados, por um lado, e garantindo a estabilidade e a sustentabilidade interna do país.

CAPÍTULO 4 - Quais as medidas adotadas pela UN e IOM?

4.1. Que outras organizações contribuíram ativamente nesta crise?

As organizações internacionais criaram-se no século XIX com a finalidade de criar formas institucionalizadas para auxiliar a cooperação entre as potências europeias da época. Durante o século XX, em especial destaque depois das grandes Guerras Mundiais e Guerra Fria, confirmou-se o aparecimento de várias organizações, criadas através de acordos ou regimes de diferentes áreas, desde a segurança, economia ou área social (Sá, 2015).

Neste âmbito, verificam-se as Organizações Intergovernamentais (OIG'S), constituídas por estados soberanos e as NGO's. Estas últimas constituem um dos principais vetores de cooperação internacional, mecanismos de recolha de dados, ajuda humanitária e assistência ao desenvolvimento.

As organizações internacionais são constituídas pelos recursos de vários países (profissionais, redes de indivíduos, especialistas, agências governamentais), que, com o devido posicionamento, gerem os seus recursos financeiros. A sua existência é fundamental para lutar pelos direitos humanos, bem como melhorar as condições de vida das pessoas em todos os países, principalmente, nos países em desenvolvimento. Os Estados, por seu lado, têm a obrigação de colaborar com os esforços feitos por estas entidades a fim de proteger e dar assistência a todos aqueles que se encontrem em posições mais vulneráveis (Sá, 2015).

Por conseguinte, foram muitas as organizações que ajudaram e contribuíram nesta situação tão crítica. A UN, em conjunto com a UNDP lançaram, em 2018 um Plano Regional para os Refugiados e a Resiliência, provido de 5,5 milhões de dólares para apoiar os esforços dos países vizinhos da Síria e para auxiliar na gestão do impacto desta crise. Mostraram-se excepcionalmente prestáveis desde o início deste ataque quando acolheram milhares de refugiados no seu território. Ofereceram-lhes proteção, refúgio, acesso aos serviços públicos e permitiram que cada vez mais vítimas pudessem

ter um papel mais ativo na economia local, apesar do custo que todo o procedimento envolveu (UNHCR, 2018).

Administrar um número tão elevado de pessoas necessitadas é árduo e leva custos e, hoje em dia, há 5,6 milhões de refugiados sírios registados e cerca de um milhão de recém-nascidos em situação de deslocamento forçado. O diretor da UNHCR do Médio Oriente e Norte de África e coordenador regional de refugiados da Síria e Iraque, Amin Awad, declarou:

“Este um milhão de crianças nasceram, na sua maioria, envoltos num clima onde a pobreza e o desemprego são comuns, onde existe casamento com menores e onde o trabalho infantil e a educação não é garantida. É crítico que a comunidade internacional continue a reconhecer a tragédia que sucede aos refugiados sírios e peça aos governos de acolhimento e aos sócios do Plano de ajuda de emergência que se encarregue desta responsabilidade, esperando que haja retorno voluntário em condições de segurança e dignidade” (UNHCR, 2018).

Como muitas comunidades de acolhimento receberam os refugiados sírios em situações frágeis com desafios socioeconómicos cada vez mais complexos, o Plano de ajuda pretende assistir diretamente 3,9 milhões de pessoas que estejam nessas comunidades, através de oportunidades económicas e de auto-suficiência, acesso a serviços básicos e apoio de instituições locais e municipais. O projeto delineado previa que, em 2019, os sócios do Plano dessem uma resposta humanitária que alcançasse 9 milhões de pessoas nos cinco países onde este projeto se comprometeu a incidir. Como mencionado anteriormente, esta assistência encerra a proteção de refugiados, o aumento das inscrições das crianças na escola e um melhoramento de serviços básicos e oportunidades económicas (em especial para as mulheres).

Desde o início da sua atuação, em 2015, o Plano Regional para os Refugiados e Resiliência tem estado em primeiro lugar a dar resposta ao impacto da crise da Síria nos seus países vizinhos. Com a ajuda dos 270 sócios do setor humanitário deste Plano, canalizaram-se 12 milhões de dólares para resolver os

problemas inerentes a esta crise, que passam pelos próprios refugiados e pelos países de acolhimento (UNHCR, 2018).

Outro exemplo é a NGO turca Support to Life que permitiu a muitos sírios que fugissem da guerra no seu país, assistindo-os no âmbito da saúde mental. Esta organização opera principalmente nos países vizinhos e relata que não existe um único sírio que não tenha sido afetado pela crise. Todo este sofrimento a que foram sujeitos, provoca problemas psicológicos a estas vítimas. Na história da saúde mental, há relatos de pessoas que, por terem sobrevivido a guerras, desenvolvem sintomas psicológicos como distúrbios no sono, problemas de adaptação nos países de origem, memórias involuntárias de cenários de guerra, luto, sensação de não pertencimento, prostração, reações psicossomáticas, perturbações em casos outrora estavam estáveis, aumento de conflitos familiares e violência. O estudo destas reações levou ao desenvolvimento do conceito de “trauma”, ou seja, um distúrbio provocado por um evento a que um ser humano foi sujeito, que se mostra através dos sintomas acima referidos, apesar de cada pessoa lidar com o trauma de forma singular (Marini, 2016).

Na Turquia, os centros comunitários para o atendimento de refugiados, foram introduzidos pelas NGO's como forma de auxiliar as vítimas decorrentes da crise na Síria. Nestes centros, disponibilizam-se espaços de encontro para (re) estabelecer laços com a comunidade local e síria. Os centros são financiados pelas NGO's locais e internacionais e proporcionam cursos profissionalizantes, cursos de línguas, atividades psicossociais para crianças e adultos e organizam programas para a comunidade. Recentemente, incutiu-se a vertente da saúde mental, onde se dá atenção psicossocial, sessões de terapia, acompanhamento hospitalar e psiquiátrico a quem necessita (Marini, 2016).

A UNHCR, organização que se especializa especificamente nos refugiados, também desenvolve iniciativas de ajuda comunitária a mulheres e crianças que sofrem diariamente de violência e abuso sexual, sendo que muitos destes casos não são reportados por medo ou vergonha.

A presença desta organização na Síria teve um papel fulcral para a sobrevivência dos deslocados no próprio país, bem como para os refugiados em busca de asilo. A fim de maximizar os recursos necessários e assistir as pessoas

com a maior brevidade possível, a UNHCR colaborou com outras instituições das Nações Unidas, tais como WFP, UNICEF, WHO, UNDP (United Nations Development Programme), OCHA (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs), OHCHR (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights), IOM e ICRC (International Committee of the Red Cross). Juntamente a estas, somaram-se cerca de 640 organizações não governamentais (Martínez, 2016).

4.2. Resoluções do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é um dos órgãos da UN responsável pela paz e segurança internacionais. Este, é o único órgão apto a tomar decisões obrigatórias para todos os 193 Estados-Membros da UN, pelo que estes devem cumprir e aceitar as decisões do Conselho. De facto, pode inclusive, permitir intervenção militar para assegurar que as suas resoluções (decisões tomadas pelo Conselho de Segurança) sejam devidamente cumpridas.

Os objetivos deste órgão são investigar todas as situações que possam eventualmente criar conflitos internacionais, sugerir formas de diálogo entre diferentes países, compor planos de regulamentação de armamentos, determinar se há ou não ameaças à paz, determinar a criação, duração e fim das Missões de Paz (de acordo com os capítulos VI, VII e VIII da Carta), propor o ingresso de novos membros na UN, recomendar à Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário-Geral e incitar que os países apliquem sanções económicas e outras providências para impedir agressões (UN).

É constituído por 15 membros, dos quais 5 são permanentes e têm o direito a veto (Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia). Os dez restantes são eleitos pela Assembleia Geral e têm mandatos de dois anos. Estas, propõem-se a encontrar soluções para qualquer problema relacionado com as temáticas acima referidas e só são aprovadas caso tenham uma maioria de 9 dos quinze membros, incluindo os permanentes.

Foram várias as Resoluções do Conselho de Segurança relativamente à questão dos refugiados da Síria. Uma vez que os Estados-Membros se

manifestaram contra esta situação, as questões geopolíticas e económicas foram examinadas na análise de cada Estado aquando da tomada de decisão (Corrêa, 2013).

O Conselho de Segurança expressou continuamente a sua preocupação pelo sofrimento do povo sírio que não parece cessar tão cedo. A gravidade da situação que se vive no país, a incessante violência, as consequências do terrorismo, o agravamento da situação humanitária, a ideologia violenta que perturba não só a Síria, como os países que a rodeiam, a destruição física do país e a fragmentação da população foram tidas em consideração ao longo das resoluções.

Na Resolução 2209, em março de 2015, foi documentado pela primeira vez o uso de armas químicas tóxicas como arma num território onde se defende que estas constituem uma violação grave ao direito internacional e que as pessoas que as possuem devem responder segundo as suas ações. Assim, foi condenado todo e qualquer uso de substâncias químicas (incluindo o cloro) como arma na Síria, foi manifestada a preocupação pelo uso dessas mesmas substâncias, já que violam a Convenção sobre Armas Químicas e a Resolução 2118. O Conselho de Segurança lembrou que nenhuma região da Síria não devia usar, desenvolver, produzir, adquirir, conservar ou armazenar armas químicas. Do mesmo modo, está também proibida a transferência das mesmas a outros Estados ou agentes não estatais. Foi também expresso o apoio à OPAQ, em particular para que fosse estudado o uso de armas na Síria, e decretado que as pessoas que possuíssem qualquer produto químico ou tóxico deveriam assumir a sua responsabilidade. Por último, no caso de não ser cumprido o que está disposto na Resolução 2118, foi relatado que seriam impostas medidas sob a Carta da UN (Resolução do Conselho de Segurança, 2015).

Em agosto de 2015, cinco meses mais tarde, foi elaborada a Resolução 2235. Nesta, foi decretado que seria condenado todo e qualquer uso de substâncias químicas em todas as regiões da Síria e lembrado que nesse país não era permitida a posse, produção, desenvolvimento, armazenamento nem a transferência das mesmas para outros Estados ou agentes não estatais. Foi expresso que os responsáveis por todos os atos anteriores iriam ser identificados

e que essas pessoas, entidades, grupos ou governos iriam responsabilizar-se por tal. Além disso, foi pedido mais uma vez ao Secretário-Geral que, juntamente com o diretor geral da OPAQ, disponibilizasse recomendações que incluíssem elementos de um mandato relativo ao funcionamento da OPAQ, para identificar o maior número de pessoas envolvidas. Depois disso, o Conselho de Segurança pede que a OPAQ tome as medidas necessárias para que o Mecanismo Conjunto de Investigação se crie rápida e funcionalmente e para que sejam contratados profissionais numa área geográfica o mais ampla possível. Recorda que na Resolução de 2118, todas as regiões da Síria se comprometeram a cooperar com a OPAQ e a UN, cooperação essa que envolve acesso a todos os locais, pessoas e material que se encontre na Síria e que seja considerado relevante para a investigação. Pede também a todos os outros Estados que colaborem com esta investigação e que relevem toda a informação que considerem pertinente sobre pessoas, entidades, grupos ou governos que tenham possuído substâncias químicas. Pede também a outras missões e organizações que facilitem o acesso à informação e a provas obtidas como análises médicas, gravações ou documentos (Resolução do Conselho de Segurança, 2015).

Na Resolução 2254, a 18 de dezembro de 2015, foi relatado que a Convenção de Genebra se aplicaria plenamente na Síria e que só o povo sírio seria capaz de decidir o futuro do seu país. Nessa mesma resolução, foi pedido com urgência ao Secretário-Geral que, aquando da sua visita à Síria, por intermédio do seu enviado especial, fossem convocados membros do governo e da oposição do país, para que se fizessem negociações oficiais sobre o processo de transição política para encontrar uma solução duradoura para a crise, foi também reconhecida a importância do Grupo Internacional de Apoio à Síria, que facilitou muitos esforços feitos pela UN. Além disto, foi manifestado o apoio da UN para estabelecer um governo credível na Síria num prazo de seis meses com eleições justas e livres e a elaboração de uma nova constituição. Foi solicitado que o Secretário-Geral dirigisse os esforços e continuasse a apoiar todas as medidas, para que os procedimentos fossem acelerados tanto quanto possível. Foi posta em relevo a necessidade de criar uma forma de supervisionar, verificar e apresentar os documentos e foi pedido aos Estados-Membros que prestassem

assistência e contribuíssem para esse fim. Foi reiterado que os Estados-Membros prevenissem e reprimissem os atos terroristas cometidos pelo Estado Islâmico e por todos os outros grupos terroristas (UN, 2015).

Além disso, o Conselho de Segurança elogiou os esforços feitos pelo governo da Jordânia, aquando desta fatalidade, apelou a que todas as regiões da Síria adotassem medidas de confiança para que se criasse um regime político fiável e duradouro e para que se estabelecesse a paz no país. Pediu às autoridades que se facilitasse o acesso rápido e seguro à Síria por caminhos diretos para que a assistência humanitária fosse rápida e chegasse a todas as pessoas que necessitassem, pediu que fossem libertadas todas as pessoas detidas arbitrariamente, com especial enfoque nas mulheres e crianças e exigiu que as resoluções anteriores fossem também aplicadas. Impôs que se pusesse um fim imediato aos ataques contra os civis, incluindo ataques contra profissionais de saúde, instalações sanitárias, uso de quaisquer armas, bombardeamentos aéreos e ataques de artilharia e salientou a urgência de se criarem condições para fomentar o regresso voluntário e seguro dos refugiados e deslocados internos às suas zonas de residência. Por último, deu ordem para que se desse a reconstrução de todas as zonas danificadas pelo conflito (UN, 2015).

Mais tarde, na Resolução 2258, no dia 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Segurança impôs que todas as entidades, em particular as autoridades sírias, cumprissem de imediato com as suas obrigações em virtude do direito internacional e do que se refere aos direitos humanos e que aplicassem prontamente todas as resoluções anteriores, já que muitos dos acontecimentos ocorrentes na Síria constituíam crimes de guerra e contra a humanidade. Para além disto, foi definido que algumas decisões se iriam prolongar por um período extra de doze meses e incitado que as autoridades sírias respondessem rapidamente a todas as situações onde fosse necessária a entrega de mantimentos nas fronteiras. Ademais, o Conselho de Segurança defendeu que a situação piorasse enquanto não se criasse uma solução política do conflito na Síria, assim, criou a necessidade de um Comunicado para apoiar este país. Solicitou também que o Secretário-Geral apresentasse um documento ao Conselho sobre a aplicação da Resolução e o seu cumprimento por parte de

todas as regiões da Síria. Confirmou que as medidas elaboradas na carta das Nações Unidas continuariam a ser adotadas e que esta questão continuaria a ter a maior importância (UN, 2015).

Em fevereiro de 2016, o Conselho de Segurança relatou a declaração dos Estados Unidos e da Rússia para que terminassem de imediato as hostilidades na Síria. Em segundo lugar, foi exigido que se aplicasse instantaneamente a Resolução 2254 para facilitar a mudança política na Síria, para que o conflito nesse país terminasse de vez. Foi ordenado que todas as regiões às quais fosse aplicado o fim dos conflitos que cumprissem todos os compromissos estabelecidos no anexo e incitou os Estados-Membros a influenciar os seus povos nesse sentido. O Conselho reconheceu os esforços dos Estados Unidos e da Rússia para que findassem as hostilidades e legitimou quem obedeceu as demandas instituídas. Além disso, pediu a todas as regiões que, mais uma vez, facilitassem o acesso rápido, seguro e sem obstáculos das entidades humanitárias em todo o território do país, pelos caminhos mais diretos, para que a assistência fosse dada o quanto antes aos mais necessitados, principalmente aos habitantes de zonas cercadas ou de difícil acesso (Resolução do Conselho de Segurança, 2016).

Esta Resolução deu o seu suporte à iniciativa do Grupo Internacional de Apoio à Síria, coordenada pela sua equipa especializada, para acelerar o processo de ajuda humanitária e sem obstáculos em qualquer parte do país. Para além disso, também apoiou um processo político orientado pelo povo sírio e facilitado pela UN e pediu ao Secretário-Geral que, mediante um enviado especial, renovasse as negociações oficiais entre os representantes do governo sírio e a oposição. O fim das hostilidades foi acolhido com agrado pelo Conselho de Segurança e foi pedido aos Estados que exercessem a sua autoridade perante o governo sírio e a sua oposição para acelerar o processo de paz, confiança e a libertação de qualquer pessoa detida arbitrariamente, em especial mulheres e crianças (Resolução do Conselho de Segurança, 2016).

Em outubro do mesmo ano, foi decidido que a investigação mencionada na Resolução 2235 expressou a sua intenção de ser prorrogada antes de se finalizar. Ainda referente à Resolução 2235, foi mais uma vez destacada a

importância desta investigação na sua plenitude (Resolução do Conselho de Segurança, 2016).

Em novembro de 2016, na Resolução 2319, foi decidido que a investigação mencionada da Resolução anterior seria renovada por um período adicional de um ano, com a possibilidade de ser de novo prorrogada se necessário. Foi lembrada a decisão de não serem utilizadas sob qualquer circunstância quaisquer substâncias químicas ou tóxicas. Foram encorajados os membros da investigação para que consultassem os órgãos da UN em questões contra o terrorismo e para que se facultasse a troca de informações.

Esta Resolução convidou as entidades responsáveis pela investigação a incentivar os Estados regionais a cumprir com os seus mandatos e, quando possível, identificar membros que estivessem associados a redes terroristas. Por fim, recordou parágrafos da resolução anterior acerca da análise de provas e uso de armas e solicitou ao Secretário-Geral que elaborasse um documento onde estivessem discriminados todos os progressos realizados até então (Resolução do Conselho de Segurança, 2016).

No dia 19 de dezembro de 2016, a Resolução 2328 discriminou que se deveriam evacuar os civis e soldados afetados pelo conflito que estavam nos distritos da cidade de Aleppo. Estas operações de evacuação deveriam realizar-se em conformidade com os princípios do direito internacional humanitário. Aliás, é explicado que este despejo deve ser voluntário e que deve ser assegurada a proteção a todos os civis que desejem sair ou permanecer nas suas casas. Foi requerido à UN e a outras instituições que, à medida que esta evacuação se processasse, fossem tomadas medidas de vigilância adequadas, incluindo observação direta dos procedimentos, tanto em Aleppo como em outros distritos da cidade, que os profissionais envolvidos fossem experientes em ações deste calibre e que todo o processo fosse seguro (Resolução do Conselho de Segurança, 2016).

Foi também salientada a importância de garantir que todos os que escolheram deslocar-se, o fizessem voluntariamente, e que a UN se encarregava de supervisionar estas deslocações. Além de tudo, dever-se-ia dar prioridade às pessoas mais necessitadas, gravemente feridas ou em situações mais

vulneráveis. Nestas situações, o acesso devia ser total e imediato, com todas as condições de segurança e sem entraves ao trabalho da UN e instituições parceiras. Desta forma, as necessidades básicas seriam satisfeitas, o acesso a cuidados médicos possíveis e os habitantes sírios protegidos. Pediu-se que fossem respeitadas todas as entidades envolvidas nestes procedimentos, bem como as instalações médicas e meios de transporte. Por fim, solicitou-se ao Secretário-Geral que adotasse medidas urgentes (em conformidade com a UN e outras instituições) para estabelecer a segurança e o respeito pelos direitos humanos na cidade de Aleppo (Resolução do Conselho de Segurança, 2016).

4.3. UNHCR

Desde a sua origem e baseada no seu estatuto adquirido na Convenção de 1951, a UNHCR tem trabalhado de modo a garantir proteção e segurança internacional, bem como soluções fiáveis e duradouras para os refugiados. Para além disso, participou também na Convenção de 1954, a propósito do estatuto de apátrida, e na Convenção de 1961, que tinha como finalidade reduzir o número de apátridas.

Em 1974, a Assembleia Geral das Nações Unidas qualificou a UNHCR como a organização a que devem recorrer as pessoas que julgam valer-se da Convenção de 1961. Desta forma, a organização pode examinar o caso em questão e dar o auxílio e assistência ajudada pelas autoridades nacionais (Persaud & Manly, 2009).

Desde o início dos conflitos na Síria que a UNHCR se incumbiu de ajudar e dar assistência a todos os habitantes, tanto os deslocados na Síria, como também os refugiados em países de acolhimento. O propósito desta organização na Síria é de assegurar os direitos e o bem-estar destas vítimas para que a curto ou longo prazo estes sejam capazes de refazer as suas vidas dignamente. Assim sendo, este apoio foi alargado também para os principais países de acolhimento, Líbano, Turquia, Jordânia, Iraque e Egito. Deste modo, a UNHCR responsabilizou-se por coordenar os governos locais destes países para unir esforços e assim prestar a melhor assistência aos refugiados e deslocados. (Martínez, 2016).

O papel desta organização passa por controlar e chefiar a distribuição de alimentos e água e ainda assistir as populações, ajudando em questões como a proteção, asilo, saúde, a responsabilidade sanitária e a educação.

“(…) Muitas das crianças sírias estão desejosas de ir para a escola e muitos pais dão valor à educação delas. As Agências da UN e os parceiros da Jordânia e Líbano estão a cooperar com os respetivos Ministros da Educação a fim de melhorar o envolvimento e a qualidade da educação – isto engloba ensinar professores a trabalhar com crianças refugiadas, aumentar a capacidade das escolas de receber mais estudantes, cobrir os custos associados à deslocação para as mesmas e fornecer material escolar, uniformes, livros, e mochilas. As organizações locais e internacionais também apresentam soluções criativas para transportar crianças às escolas com segurança e levam atividades educacionais diretamente às comunidades de refugiados. Dado o grande número de barreiras à educação na Jordânia e no Líbano, os programas informais oferecidos pelas agências da UN e os seus parceiros são essenciais.” (UNHCR, 2013)

Do mesmo modo, não só comanda e gere a construção e o aumento dos campos de refugiados existentes nos países de acolhimento, como também cede bens de primeira necessidade aos refugiados que precisam e lá habitam. Citando caso análogo, no campo de Domiz, há pelo menos 158 refugiados sírios com necessidades especiais. Desta forma, a UNHCR, aliada às autoridades curdas locais, ofereceu a todos muros de latão a fim de fortalecer as tendas e o espaço complementar para que os refugiados pudessem ter as suas próprias casas de banho e cozinhas. A longo prazo, o objetivo é proporcionar a todos as mesmas comodidades. Até ao ano de 2012, cerca de 1500 famílias já beneficiavam destes avanços (Asaker, 2012).

Não obstante, a cada dia que passa o desafio desta organização sente mais dificuldades, já que à medida que os conflitos na Síria continuam, o número de pessoas a necessitar de ajuda também aumenta. Como foi citado num dos artigos da UNHCR:

“(…) As operações da UNHCR na Síria continuam apesar do aumento da atividade militar na capital, que está a restringir as ações da organização e a capacidade dos refugiados para se socorrerem. Contudo, as nossas linhas telefónicas continuam operacionais para auxiliar refugiados que precisem de informações sobre a sua situação, distribuição de alimentos, ajuda económica, questões relacionadas com a residência, registos e realojamento. Também estão a ser distribuídos produtos de higiene pessoal e colchões aos deslocados” (Edwards, 2012)

Acresce referir que as contribuições voluntárias da UNHCR, dos governos, das organizações intergovernamentais e de entidades públicas e privadas revelaram-se de capital importância para que fosse possível cobrir certas necessidades dos refugiados e deslocados sírios. A título de exemplo, a reconstrução de casas e infraestruturas comunitárias, como escolas, estradas, clínicas, pontes e poços.

“(…) Em todo o país, a necessidade de alojamento continua a ser uma das nossas maiores preocupações, já que muitos dos refugiados continuam a viver em escolas que se deveriam abrir em pouco tempo para iniciar o novo ano escolar... Continuamos a procurar uma alternativa de alojamento para os refugiados que permanecem em escolas e temos uma linha telefónica aberta para todos os que estão a sofrer pressão para abandonar os locais onde estão alojados... Estamos a seguir de perto estes casos e pedimos a compreensão das autoridades escolares locais para evitar que desalojem os sírios das escolas” (Edwards, 2012)

Desta forma, a organização comanda a integração social e o restabelecimento nos países de acolhimento, para além de garantir o retorno seguro de quem tencione regressar aos seus países de origem (isto quando o regresso não põe em risco a vida e a segurança das vítimas) (Martínez, 2016).

A sua ajuda às vítimas que necessitem de apoio médico é outra das suas valências, tendo-se verificado que, no primeiro trimestre do ano de 2013, no Iraque, Jordânia e Líbano, foram muitos os refugiados que precisaram de

assistência médica para tratar doenças gerais e relacionadas com o conflito, designadamente, feridas, perturbações psicológicas e doenças contagiosas (problemas respiratórios, diarreias e infeções na pele e nos olhos) que são comuns em outros ajuntamentos de refugiados pelo mundo. Acresce referir a proliferação de outras doenças que requerem custos mais elevados, uma vez que os tratamentos são mais longos (como as disfunções crónicas que envolvem diabetes, hipertensão, problemas cardiovasculares) e os cuidados médicos exigem tratamento em países com maior poder económico. A título de exemplo, cirurgias ortopédicas, tratamentos para o cancro ou diálise. Os estudos mostram que existem mais de um milhão de refugiados sírios nestes três países (Irão, Jordânia e Líbano), destacando-se as fragilidades no âmbito de financiamento e a falta de qualidade na assistência sanitária, resultado do número crescente de refugiados infetados que estão a sobrelotar os serviços de saúde existentes nos países afetados, especialmente, para refugiados sírios que habitam fora dos campos (Edwards, 2013).

Aquando do realojamento de refugiados, a UNHCR também trabalha no sentido de dar oportunidades de reinserção social, como ofertas de emprego. De facto, a instituição recebeu de bom grado algumas medidas adotadas pelo governo Jordano que possibilitaram o acesso a empregos legais por parte dos refugiados sírios (esta iniciativa é muito positiva para a autoestima e o sentimento de realização das vítimas).

Estas medidas permitem que 78 mil sírios possam trabalhar de forma legal na Jordânia a curto prazo e, com o passar do tempo, este número poderá aumentar. Esta experiência traduz-se num período de 90 dias que dá aos trabalhadores a possibilidade de obter licenças de trabalho para regularizar os seus empregos. Desta forma, os refugiados sírios usufruem do mesmo tratamento legal que os trabalhadores imigrantes, podendo incluir-se em áreas como a construção, a agricultura, o sector de serviços, a indústria alimentar e de bebidas, empresas e algumas fábricas (Rummery, 2016).

Muitos habitantes sírios estavam imersos na pobreza dada a guerra civil que se vive no seu país e muitos deles acabaram por trabalhar de forma ilegal. Assim, esta época de esperança trouxe-lhes a possibilidade de se legalizarem no

trabalho, bem como de evitar elevadas multas que previamente lhes eram impostas.

No início do ano de 2013, enquanto o conflito na Síria se agravava e o volume de refugiados se ampliava, os sistemas de registo e arquivo que existiam ficaram saturados. Como muitas destas vítimas tinham perdido a sua documentação, as autoridades da fronteira com a Jordânia admitiam qualquer documento que lhes fosse entregue pelos refugiados, como passaportes, cartas de condução ou cartões de residência. Por conseguinte, o armazenamento destes variados documentos tornou-se cada vez mais difícil e encontrar a documentação quando requisitada pelos refugiados (no caso de quem abandonar os campos) tornou-se uma dificuldade. Sendo assim, a UNHCR e o governo decidiram cooperar para devolver os documentos a todos os refugiados. O objetivo era classificar todas as caixas e introduzir cada documento individualmente numa base de dados, tendo sido criado um projeto para se organizar e arquivar toda a documentação armazenada numa sala destinada a esse fim. A tarefa, apesar de árdua, teve os seus frutos. Em outubro, quase 180 mil documentos tinham sido classificados e introduzidos numa base de dados segura. Os documentos originais foram guardados com um código específico e a UNHCR devolveu-os a todos os sírios que habitavam em campos de refugiados ou em zonas urbanas (Alsalem, 2013).

De cerca de 5,4 milhões de refugiados, 70% correspondem a mulheres e crianças. Mais de 40% dos 1,7 milhões de crianças refugiadas continuam sem ir à escola. A propósito, Malala Yousafzai, vencedora de um Prémio Nobel da Paz, visitou o campo de refugiados de Azraq, onde vivem mais de 20 mil sírios e afirmou numa conferência de imprensa:

“(…) A educação é um direito básico a todas as crianças. O facto de serem refugiados não deveria ser uma desculpa para dizer que não é possível financiar a educação a estas crianças. Há países ricos no mundo que podem permitir-se gastar dinheiro em armas, que podem dar-se ao luxo de gastar dinheiro na guerra na Síria, mas relativamente à educação a maioria deles têm sido bastante poupados” (Dunmore, 2015)

Como consequência, as agências da UN, juntamente com as suas organizações não governamentais sócias, pediram 4,53 mil milhões de dólares em 2015, a fim de dar assistência humanitária a mais de 4 milhões de refugiados sírios e aos países vizinhos que os acolhem. Menos de um quarto desta quantia foi recebida no fim do mês de maio e, do total do montante solicitado, apenas 129 milhões foram conseguidos. Esta falta de financiamento faz com que seja impossível instruir as 752 mil crianças refugiadas que atualmente não estão escolarizadas (Dunmore, 2015).

A UNHCR, preocupada com o rendimento escolar das crianças sírias, criou um turno extra de explicações, depois do horário escolar habitual, na cidade de Arsal, onde metade da população é constituída por refugiados sírios. Desta forma, as necessidades escolares dos sírios puderam ser satisfeitas, já que metade destes ainda não é escolarizada (Purvis, 2014).

A propósito, no campo de refugiados Adiyaman na Turquia, habitam cerca de 7200 refugiados sírios. Neste campo, não é só a UNHCR que dá assistência e apoio às autoridades locais para que auxiliem estas vítimas. O governo local fundou um programa de educação em que permitiu aos refugiados sírios frequentar universidades turcas, estando isentos de pagar as propinas. O responsável pela educação neste campo, Ramazan Kurkud, somou um total de 70 sírios que pretendiam tirar uma licenciatura e 10 que se candidataram a mestrado. Este declarou “Os estudantes podem aprender em sete universidades de todo o país” (Asaker, 2012).

Uma das agências coligadas com a UNHCR é a Save the Children International. Fruto desta parceria, no dia 23 de Dezembro de 2013, as crianças que estavam nos jardins-de-infância do campo de refugiados de Za’atri receberam quase meia tonelada de brinquedos doados ou criados pelos meninos de Oxford e Berkshire. Estes brinquedos viajaram mais de 3701.491 quilómetros, desde Inglaterra até à Jordânia. Tudo isto foi possível através da UNHCR e da Aviação sem Fronteiras inglesa, que colaboraram juntas e apoiaram economicamente esta causa (Needham & Mahecic, 2013).

Esta iniciativa, mais tarde batizada de “Toys for Smiles”, demorou alguns meses a ser preparada em Inglaterra durante o verão. Finalmente, no mês de

outubro, as crianças que frequentavam escolas em Oxford juntaram-se em ateliês de brinquedos organizados pelo Museu Pitt Rivers e doaram ou manufaturaram-nos. No dia em que foram entregues, estes brinquedos simbolizaram muito para as crianças refugiadas que tinham perdido as suas casas e a sua família. Doa'a, de cinco anos, testemunhou:

“(…) Hoje tivemos uma surpresa. Disseram-nos que os meninos de Inglaterra nos enviaram brinquedos. Estou surpreso. Obrigado, hoje fizeram-nos muito felizes” (Needham & Mahecic, 2013)

Outra das contribuições da UNHCR, em conjunto com as Organizações Não Governamentais parceiras e as forças armadas libanesas, ocorreu em dezembro de 2013, quando foram entregues caixotes munidos de materiais para alojamento (que englobam madeira, ferramentas e lâminas de plástico) a milhares de refugiados que residem em cabanas em Bekaa, no Líbano. Nessa altura, atravessava-se uma tempestade rigorosa, a Alexa, com temperaturas negativas, ventos agrestes e fortes quedas de neve. As equipas responsáveis trabalharam arduamente, apesar das condições climáticas adversas e dos caminhos bloqueados, para arquetarem refúgios para as pessoas cujas tendas tinham sido afetadas pela tempestade. Sensivelmente, 125 mil refugiados que habitam na região de Bekaa receberam caixotes com utensílios de emergência e é expectável que mais 55 mil também os recebam nos dias seguintes (Divers, 2013).

As organizações humanitárias que trabalharam nesta zona distribuíram 255 000 edredões, aquecedores elétricos, capas de plástico impermeáveis para proteger as suas cabanas, mantas, roupa, mais de 6 mil cozinhas e 45 000 cartões (com um montante correspondente a 150 dólares) para que as famílias mais vulneráveis pudessem comprar combustível e alimentos através de caixas de multibanco. Esta tempestade devastou o Líbano e também afetou a Síria e zonas da Turquia.

Para socorrer estas pessoas, foram muitas as organizações humanitárias que trabalharam nesta causa, como a WFP, IOM, Save the Children, World Vision,

Caritas, DRC (Danish Refugee Council), Oxfam, Medair, Humedica, UNICEF, Acted, Concern, Handicap International e Mercy Corps. O WFP e as organizações parceiras dedicaram-se às necessidades alimentares das populações sírias que iam chegando ao Líbano. Estas, encarregaram-se de prover uma quantidade de alimentos capaz de saciar 150 000 refugiados. Noutras regiões do país, a agência alimentar da UN assistiu com vales eletrónicos alimentares a mais de 600 000 sírios registados pela UHNCR.

Esta última, importa-se principalmente com os milhares de refugiados que residem no Líbano em condições precárias e insuficientes. Mais uma vez, Amin Awad manifestou a sua preocupação:

“(…) Para os milhares de refugiados no Líbano, para os que se encontram em países vizinhos, para além das pessoas deslocadas na Síria, esta tempestade criou enormes dificuldades e sofrimento complementar. Com a ajuda do Líbano, estamos a fazer os possíveis para dar rapidamente assistência adicional às pessoas que mais necessitam. Isto, como suplemento aos preparativos para o inverno realizados nos últimos meses” (Divers, 2013)

Contudo, não foi só uma tempestade devastadora que derrotou o Líbano. Os refugiados que habitavam neste país também foram vítimas de um violento incêndio que começou no dia 7 de dezembro de 2017 em Ghazze. Apesar de não ter sido posto intencionalmente, começou numa loja desabitada e, incentivado por fortes ventos, alcançou a zona residencial em poucos minutos antes que os habitantes pudessem reagir. Este fogo, apesar de trágico, não foi o primeiro. Anteriormente, tinha sucedido um em Akkar que matou três pessoas, outro em Bekaa que matou uma criança e um em Jiyed, que causou a morte de duas pessoas.

A UNHCR e a Medair trabalharam em conjunto com o município e as autoridades locais a fim de reconstruir o que tinha sido destruído mediante a aprovação municipal e dos proprietários das terras. O objetivo era construir lojas mais longe umas das outras para reduzir o risco de um incêndio semelhante se repetir. Para além disso, esta organização internacional também está a cooperar

com as autoridades de defesa civil libanesas numa campanha de sensibilização para prevenir os incêndios e ensinar os refugiados, residentes locais e bombeiros a agir convenientemente nestas situações (Craig, 2017).

4.3.1. UNHCR – Doações

No campo de refugiados Za’atari na Jordânia residem 80 000 refugiados sírios. Aqui, foi construído o maior painel solar jamais existente num campo de refugiados financiado pelo governo Alemão através do banco de Desenvolvimento. Este painel tem como finalidade diminuir as emissões de dióxido de carbono oriundos do campo em 13 000 toneladas por ano. Deste modo, esta resolução faz com que a UNHCR poupe sensivelmente 5,5 milhões de dólares, o que pode ser reinvestido em assistência humanitária.

A eletricidade é um bem fundamental para os refugiados deste campo porque não só ilumina os seus abrigos como também preserva os alimentos e mantém a higiene das pessoas. Antes desta iniciativa, o uso diário de eletricidade era restrito (entre seis a oito horas diárias depois do pôr do sol). Atualmente, as famílias sírias poderão usufruir de entre 12 a 14 horas de eletricidade diárias (Hashem, 2017).

Esta mudança trouxe esperança e melhorou a qualidade de vida dos habitantes de Za’atari, pois, deste modo, podem finalizar as suas tarefas diárias mais cedo e impedem que as crianças brinquem no exterior de noite. Ilham, mãe de três filhos que habitam neste campo testemunha:

“(…) Agora vou poder lavar a roupa de manhã e não de noite, porque antes não secava bem e adoecíamos por usar roupa molhada. Também é mais seguro para os meus filhos, porque agora podem ficar em casa a fazer as suas tarefas ou a ver televisão em vez de brincar no exterior de noite” (Hashem, 2017).

O painel foi construído ao redor do campo e ocupa o espaço de quase 33 campos de futebol. Este projeto empregou trabalhadores Jordanos, bem como 75 refugiados sírios que habitam no campo. Estes, ao se incorporarem na

construção, para além de arranjam empregos, desenvolveram novas habilidades e técnicas (Hashem, 2017).

Toda a energia gerada pelo painel será utilizada para assistir os refugiados que vivem nos abrigos, assegurando que estes são os principais beneficiários. A propósito, o representante da UNHCR na Jordânia, Stefano Severe, informou que o painel seria capaz de ajudar cerca de 650 000 refugiados sírios que lá residiam:

“(…) O painel vai trazer uma grande poupança para a UNHCR em contas elétricas. Esse montante vai converter-se em outro tipo de assistência, que é muito necessária. Fruto da crise dos refugiados sírios no seu sétimo ano, o cansaço dos doadores é evidente, o que faz com que esta poupança seja essencial para que a UNHCR continue a prestar assistência aos refugiados no campo de Za’atari e não só” (Hashem, 2017)

Outra contribuição bastante generosa aconteceu em abril de 2013, em Genebra, onde foram doados à UNHCR 110 milhões de dólares pelo Kuwait, destinados a auxiliar todos os refugiados sírios. Num momento em que o financiamento era escasso, António Guterres agradeceu profundamente o donativo e incentivou outros países a seguir o mesmo exemplo do Kuwait, que tinha representado uma “lufada de ar fresco” para a UNHCR e outras Organizações da UN.

O embaixador do Kuwait, Dharar Abdul-Razzaq Razzooqi doou um total de 275 milhões de dólares à UNHCR e a outras organizações parceiras, entre muitas o WFP (que recebeu 40 milhões de dólares), a WHO (35 milhões), a UNICEF (53 milhões) e a OCHA (10 milhões) (Dobbs, 2013).

O embaixador concebeu que a Síria e os seus países vizinhos “necessitam de muita ajuda e muitos cuidados. Creio que a UNHCR tem uma grande responsabilidade”.

O Secretário-Geral da UN revelou que até então, antes da contribuição do Kuwait, a operação da UNHCR na Síria estava financiada em 30%. Agora, esta percentagem subiu para os 50% “Trata-se de uma contribuição muito

importante porque dá uma margem de tempo necessário até que sejam recebidas outras contribuições”. O vice-diretor geral da WHO, Bruce Aylward, afirmou que esta contribuição iria permitir à sua organização alcançar 3,7 milhões de refugiados, em comparação com os 2 milhões que ajudava naquele momento.

Apesar de muito agradecido, António Guterres está ciente de que as necessidades dos refugiados sírios não param de aumentar. Senão vejamos. Em 2013, os refugiados estavam a fugir do seu país numa média de 8000 por dia, para além disso, quando estava estimado que o número de imigrantes fosse 1,1 milhões, o número subiu para 1,367 milhões, declarou Guterres:

“(…) Isto mostra que nos espera um encargo muito maior do que estava previsto no início. No entanto, infelizmente, nenhum dos nossos programas contava com financiamento suficiente... A contribuição do Kuwait alterou consideravelmente a situação e deu-nos a capacidade de continuar a reunir esforços” (Dobbs, 2013)

Uns meses mais tarde, em dezembro de 2013, a União Europeia (EU) fez a maior doação que tinha feito até então à UNHCR, cedendo 63 milhões de euros para ajudar os sírios deslocados e afetados pela guerra no seu país. O Secretário-Geral da UN agradeceu também o donativo de um dos parceiros mais importantes da UNHCR, já que este apoia a organização e outras parceiras e assiste os deslocados na Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. Guterres acrescentou:

“(…) Devemos fazer tudo o que pudermos para ajudar aqueles que não perderam tudo neste conflito. Uma das prioridades da UNHCR é reforçar o apoio durante o inverno aos países vizinhos, onde vivem a maioria dos refugiados sírios e onde as necessidades são mais que nunca. A nossa colaboração com as principais organizações da UN é fundamental para a assistência humanitária que está a ser proporcionada pela Europa durante esta crise terrível. Se trabalharmos juntos podemos chegar a muitos dos milhões de homens, mulheres e crianças que estão a sofrer com este trágico conflito” (Divers, 2013).

No campo de refugiados de Arbat, no Iraque, as temperaturas são extremas e oscilam entre os 45 graus no verão e os graus negativos no inverno. Aqui, cerca de 3 mil refugiados sírios vivem em dificuldades, lutando contra a instabilidade térmica.

Em julho de 2014, a Fundação IKEA, (uma das organizações privadas mais importantes da UNHCR), apercebendo-se desta dificuldade, doou 2,5 milhões de dólares em utensílios de cama a este campo. Esta fundação, já antes tinha doado vários produtos aos refugiados sírios que estavam na Jordânia e no Líbano, porém, foi a primeira vez que foi feito um donativo ao Iraque. Jonathan Spampinato, o responsável pela planificação estratégica e comunicativa da Fundação declarou “Quando os conflitos mudam totalmente as vidas das pessoas, temos que apoiar as crianças e as famílias que perderam tudo, doando os produtos IKEA que lhes darão a sensação de segurança e acolhimento”. Assim, os refugiados do campo de Arbat, receberam 150 mil colchões, colchas, fronhas e roupa de cama (para o inverno e verão) durante o ano de 2014 (Robinson, 2014).

A marca de roupa infantil japonesa UNIQLO, também foi uma das empresas que contribuiu e ajudou a UNHCR a assistir os mais necessitados. A empresa doou em 2013 um milhão de dólares à organização internacional, que seriam destinados a ajudar mais de 4 milhões de refugiados sírios. Para além desta quantia, a UNIQLO também ofereceu mais de 220 000 peças de roupa às vítimas sírias. Esta empresa tem colaborado com a UNHCR desde 2006, enviando milhares de peças de roupa a refugiados em 25 países. Já em 2011, a marca de roupa infantil tinha feito um contributo de 2 milhões de dólares para apoiar os deslocados que estavam a passar grandes dificuldades em África, além de dirigir um programa que envia pessoas para ajudar nos procedimentos com refugiados (UNHCR, 2013).

Daniel Endres, diretor das relações externas da UNHCR, comunicou:

“ (...) A contribuição da UNIQLO demonstra que é imprescindível responder à grave situação humanitária dentro e fora da Síria, não só por parte dos governos e organizações humanitárias, como também por parte do mundo empresarial... A sua ajuda pode marcar uma diferença vital para as famílias deslocadas e para outras pessoas com grandes necessidades” (UNHCR, 2013)

O Plano Regional de Refugiados e Resiliência de 2018 também se comprometeu a doar 2,62 milhões de dólares para satisfazer as necessidades básicas mais urgentes dos refugiados (água, alimentação, saúde, educação e saneamento). Para além desta quantia, 1,78 milhões seriam destinados ao auxílio de cerca de 3,9 milhões de pessoas frágeis e vulneráveis que pertencem aos cinco principais países de acolhimento (Líbano, Jordânia, Iraque, Egito e Turquia), já que estes países também sofreram com a grande taxa de desemprego (especialmente na faixa etária jovem), o decréscimo económico e a escassez de recursos (que já antes eram limitados). Amin Awad, o diretor da UNHCR no Médio Oriente e Norte de África, declarou:

“(...) Os refugiados não vivem em luxo, vivem em condições horríveis. Todos os dias acordam e vêem um panorama muito escuro. A realidade é que cada dia é uma luta para os refugiados sírios, e os países de acolhimento estão a proporcionar um bem global. A comunidade internacional não deve perder de vista a necessidade de lhes oferecer apoio” (UNHCR, 2017)

No dia 11 de julho de 2018, foi assinado em Genebra um acordo entre o presidente da instituição não-governamental Qatar Charity, Sheikh Hamad bin Nasser Al Thani e Filippo Grandi, secretário da UNHCR, que celebrou-se, posteriormente, um generoso donativo de mais de 10 milhões de dólares destinados a apoiar a iniciativa Zakat. Esta, compromete-se a assistir economicamente mais de 150 000 famílias de sírios necessitados que vivem na Jordânia e no Líbano.

Esta iniciativa da UNHCR tem como finalidade atribuir a todos os refugiados que tenham direito o seu zakat (pagamento anual obrigatório aos muçulmanos), para que estes possam ser ajudados mediante um programa de subsídios mensais, para assim, satisfazerem as suas necessidades mais básicas, como alimentação, educação e higiene. Mediante esta dádiva, a organização louvou o gesto da Qatar Charity e como resposta, Sheikh Hamad bin Nasser Al Thani afirmou:

“(…) Os refugiados sírios enfrentam dificuldades inimagináveis para satisfazer as suas necessidades básicas, para além de lutarem pela sua sobrevivência, em muitos casos, depois de sete anos de deslocação. É por esta razão que temos que fazer todos os possíveis para apoiar aqueles que são vítimas de circunstâncias alheias à sua vontade. A iniciativa Zakat da UNHCR dá-nos a todos alternativas para ajudar economicamente e, assim, ajudar diretamente os refugiados” (UNHCR, 2018)

A Fundação da Família Tamer, uma fundação que promove o bem-estar e a vida saudável, que tem como finalidade dar apoio às pessoas mais necessitadas do mundo através de programas e iniciativas de emancipação que ajudam jovens e mulheres, colaborou pela primeira vez com a UNHCR em 2013 para dar apoio à população síria. Desde então, faz uma doação anual de um milhão de dólares, destinada a auxiliar os refugiados sírios mais vulneráveis.

Até agora, já contribuiu com 475 000 dólares e comprometeu-se a doar um milhão de dólares a cada quatro anos para apoiar a educação infantil. O presidente da fundação, Ayman Tamer, apelou à solidariedade das pessoas:

“(…) Juntem-se para emancipar os jovens refugiados, permitindo-lhes uma educação de qualidade. Estou comprometido a ajudar a consciencializar e a aumentar os fundos para garantir que mais pessoas refugiadas continuem a sua educação secundária e não a abandonem, para que possam ter um futuro com êxito” (UNHCR, 2013)

Jim Estill, CEO de uma empresa de eletrodomésticos, ajudou 58 famílias sírias (aproximadamente 200 pessoas) a instalarem-se na cidade Guelph, no Canadá. O custo total desta missão rondou os 1,5 milhões de dólares que reverteram totalmente a favor das necessidades dos refugiados. O empresário, depois de proporcionar a deslocação segura destas famílias, apercebeu-se, à chegada do Canadá, que estas tinham dificuldades com a língua inglesa (Cecco & Sakkab, 2017).

Estas famílias que tanto desejavam uma oportunidade de mudar de vida e um emprego, não estavam preparadas para ingressar no mercado de trabalho decorrente da falta de domínio da língua inglesa. Assim, Jim Estill criou um programa num dos seus armazéns, onde dava constantemente aos refugiados uma lista de nomes para aprenderem inglês ao mesmo tempo que trabalhavam. O empresário garantiu a estas famílias sírias o mais próximo que pôde da sua área profissional, empregando alguns no seu armazém a embalar produtos e outros nos serviços informáticos ou na contabilidade, a aprendizagem da língua inglesa e estabeleceu acordos com outras empresas para empregar refugiados sírios (para cada tradutor, contrataram-se quatro empregados). Quando estes chegaram a Guelph, foram muitas as doações da comunidade local, que contribuíram com colchões, cadeiras, utensílios para a cozinha e muita roupa.

Os refugiados aprenderam a movimentar-se dentro do armazém, a ter cuidado com os utensílios e a usar corretamente as máquinas. Estill explicou:

“(...) Não estamos a criar dependência. Estamos a tentar tornar estas pessoas independentes. Ser independente é ser capaz de traçar o seu próprio caminho, pagar o seu próprio aluguer, comprar os próprios alimentos... isso é ter êxito” (Cecco & Sakkab, 2017)

4.4. IOM

A IOM é uma organização intergovernamental que aconselha os governos e provê serviços relacionados com a imigração, incluindo deslocados internos, refugiados e trabalhadores imigrantes. Esta organização foi criada em 1951 com o nome de Comité Intergovernamental para os Movimentos dos Imigrantes. Mais tarde, em 1989 alterou-se para o nome atual.

Apesar de nunca antes ter existido uma organização internacional sólida que se encarregasse das políticas da migração, as deslocções populacionais estiveram sempre presentes na história das IGO's (Intergovernmental Organization) (Pécoud, 2017).

Esta organização foi criada numa altura em que se atravessava um momento frágil: depois da Segunda Guerra Mundial e no início da Guerra fria, havia milhões de pessoas deslocadas pela Europa. Este súbito aumento populacional trouxe muitas dificuldades e até uma ameaça à política europeia, que procurava recuperar a sua economia.

A IOM foi requisitada sobretudo para facilitar a deslocação destes imigrantes para outras regiões do mundo (principalmente para a América Latina, já que tinha pouca população). Contudo, os estados que fundaram esta organização estavam reticentes sobre a sua função e concordaram que a IOM iria encarregar-se do trabalho logístico e terminaria assim que a questão do aumento populacional europeu estivesse resolvido.

No entanto, esta tarefa implicava muitos outros processos: identificar e recrutar os imigrantes, dar-lhes informações e aulas de línguas, verificar as suas condições de saúde, dar-lhes alojamento, facilitar a sua integração e criar acordos entre os países de fuga e de acolhimento (Pécoud, 2017).

Depois de ser notória a importância do seu trabalho, a IOM começou a juntar governos de muitos países (mas só os que apoiavam o movimento livre dos seus habitantes) e tornou-se cada vez maior e mais eficiente. A título de exemplo, em 1990/1991, aquando da Guerra do Golfo, a IOM encarregou-se dos trabalhadores imigrantes que fugiam do Kuwait, após a invasão iraquiana. Além disto, em 1956, durante a crise de refugiados na Hungria, esta organização

permitiu o alojamento e instalação de muitos refugiados que fugiam da repressão.

Nas últimas décadas, esta organização evoluiu bastante. O seu orçamento aumentou, bem como os seus funcionários, Estados-Membros e escritórios. Atualmente, tem um orçamento de 1,3 mil milhões de dólares, 8400 trabalhadores em 150 países do mundo, 166 Estados-Membros e múltiplas missões que a obrigam a comandar migrações. Isto engloba dar assistência (interna e internacional) às pessoas deslocadas em tempos de crise (conflitos ou catástrofes naturais), aconselhar os governos para aplicar políticas migratórias, tornar mais fácil a discussão entre estados sobre este tópico, facultar informações sobre a migração e treinar agências (trabalhadores estatais, Organizações Não governamentais e comunicação social) a agir em casos de crise (Pécoud, 2017).

No que concerne a crise de refugiados na Síria, a IOM também esteve bastante envolvida. O Programa de Ajuda Humanitária para Refugiados Sírios é uma iniciativa do governo francês, UNHCR e IOM. Este, permitiu que fossem alojados em França 500 refugiados sírios provenientes da Jordânia, Líbano e Egito.

O papel da IOM é fundamental, na medida em que se incumbe de tratar da documentação de viagem, preparativos da mesma, consultas médicas e médicos disponíveis para os acompanhar (caso seja necessário). Antes da partida, a organização prepara sessões de orientação cultural (em conjunto com o governo francês) para informar os refugiados sobre o alojamento, a educação e o acesso ao mercado laboral. A diretora da IOM em França, Sara Abbas, confessou: “A presença mundial da IOM e a sua experiência de gestão em programas de reintegração permite-nos dar um apoio eficiente aos refugiados realojados e aos governos”. Este programa oferece alojamento privado à chegada dos países de acolhimento e um ano após, financiado pelos serviços sociais. Aliás, desde 2008 que a IOM ajuda refugiados a reintegrar-se em França, perfazendo um total de 2000 vítimas (IOM, 2014).

Quando os milhares de sírios abandonaram o seu país com destino à Jordânia, a IOM facilitou o processo e transportou-os desde as infraestruturas

sobrelotadas para campos de refugiados criados pelo governo jordano e UNHCR em Zatari, a 10 quilómetros da fronteira com a Síria. No momento em que as vítimas chegaram, o campo estava pronto para acolher 5 mil pessoas. Todavia, as autoridades locais rapidamente elucidaram que caso o conflito se agravasse, e para evitar um fluxo migratório em massa, o campo poderia ser aumentado de forma a albergar no total 150 000.

No dia 29 de julho de 2012, um conjunto de oficiais da IOM, que conduziam seis autocarros, transportavam 447 passageiros, e viajaram desde as instalações em Beshabsha até ao campo jordano. No dia seguinte, o procedimento foi repetido, mas desta vez ajudaram 472 refugiados a deslocar-se desde a King Abdullah Park, na Arábia Saudita (IOM, 2012).

No campo de refugiados de Domiz (no norte do Iraque), a IOM, aliada à UNHCR, distribuíram artigos a 90 famílias de refugiados sírios. Esta, foi a terceira distribuição de emergência realizada por ambas as organizações e contou com doações por parte da IOM de mantas, filtros de água, almofadas, cilindros de gás, fornos, tapetes, luzes recarregáveis e ventoinhas.

Uma vez que este campo acolhe mais de 3000 pessoas, as organizações responsáveis esforçam-se para que as infraestruturas básicas estejam em condições de ser utilizadas. Por exemplo, foram destruídas antigas lojas e criadas latrinas, bem como um depósito para abastecer água potável (com capacidade de 21 000 litros) (IOM, 2012).

Em 2013, a IOM fez exames médicos e organizou aulas de alemão e de orientação cultural a um grupo de 100 refugiados sírios que se iriam alojar temporariamente na Alemanha. Estes, partiram do Líbano e viajaram até Hanover, financiados pela organização. As vítimas foram admitidas no novo país sob o Programa de admissão humanitária da Organização de Migração e Refugiados. Este, foi criado com o intuito de facilitar a entrada dos refugiados mais frágeis, para que a sua proteção fosse garantida e para que pudessem regressar ao seu país seguramente ou encontrar alternativas fiáveis.

Assim que chegaram ao seu destino, os sírios passaram seis semanas num centro de acolhimento em Friedland, onde integraram um programa de orientação cultural, antes de serem reencaminhados para diferentes zonas do

país. Enquanto lá residiram, receberam apoio financeiro que lhes permitiu pagar o aluguer, aceder a serviços médicos e sociais e garantir a sua integração na sociedade alemã (IOM, 2013).

Para além disto, IOM ajudou cerca de 26 000 refugiados sírios que viviam no Líbano, bem como as comunidades de acolhimento locais. Esta organização entregou em junho de 2013, cabazes que incluíam alimentos e utensílios para a casa. Desta forma, conseguiu assistir milhares de pessoas que habitavam em três campos distintos.

São milhares os refugiados sírios que procuram asilo no Líbano, o que torna os poucos campos existentes incapazes de receber um número tão grande de pessoas. Os alugueres sobem, o acesso a serviços médicos torna-se cada vez mais difícil, a água é escassa e as condições de saneamento também se deterioram. Desta forma, a IOM envolveu-se com os municípios locais a fim de averiguar que instituições públicas não utilizadas se poderiam renovar e converter em abrigos para as famílias desalojadas (IOM, 2013).

Além do mais, a organização pretendia dar apoio psicológico às famílias fugitivas da guerra na Síria, contando com a ajuda de uma equipa especializada que trabalhasse num centro de saúde mental. O objetivo era que fossem criadas dinâmicas psicossociais em grupo, fundamentadas pela comunidade, para aqueles que mais necessitassem.

Relativamente ao acordo elaborado pela EU sobre o acolhimento de refugiados, a Bélgica decidiu receber 75 refugiados sírios em 2014 e 225 em 2015. A IOM belga recebeu as primeiras 22 vítimas sírias que habitavam temporariamente em Istambul depois de fugir do seu país de origem.

A IOM que opera na Turquia (em conjunto com as autoridades belgas) organizou avaliações médicas antes da viagem e ofereceu aos sírios orientação cultural, bem como todos os procedimentos da viagem (IOM, 2014).

Em outubro de 2017, um grupo de 66 refugiados sírios (38 adultos e 28 crianças) deixou Beirut, no Líbano, e partiu em direção a Santiago, capital do Chile. À chegada ao aeroporto, a presidente do Chile deu-lhes as boas vindas e, graças aos acordos entre o Ministério do Interior e algumas comunidades chilenas, os refugiados foram direcionados para Macul e Villa Alemana.

Este acolhimento foi possível graças aos esforços da IOM, UNHCR, do Ministério do Interior e da Cáritas chilena que trataram de todas as logísticas com as autoridades de ambos os países (Chile e Líbano). Antes de partirem, os refugiados foram sujeitos a exames médicos no caso de contraírem qualquer anomalia ou doença que os impossibilitasse de viajar. Além disso, os 66 sírios tiveram sessões de orientação acerca do novo país. Estas, foram fulcrais para esclarecer dúvidas e dar informações sobre integração social no seu destino. De mais a mais, as organizações responsáveis também orientaram sessões semelhantes à chegada do Chile, para iniciar e facilitar todo o processo de adaptação. A presidente do Chile afirmou:

“(…) O nosso desejo é que os refugiados, passo a passo, comecem a deixar de ter medo, incerteza e culpa. Sabemos que têm uma história difícil e queremos que vejam no nosso país uma terra que lhes dê as boas-vindas com amizade e boa vontade, de modo que possam reconstruir as suas histórias e criar as suas famílias em paz e com condições de segurança” (IOM, 2017)

Durante as reparações na cidade de Mosul (no norte do Iraque), foram milhares as pessoas que ficaram desalojadas (estima-se que cerca de 600 000 pessoas ainda estejam). Este conflito resultou no aumento de pessoas a necessitar urgentemente de cuidados médicos, enquanto os centros de saúde estavam completamente lotados. A fim de melhorar este serviço tão necessário, a IOM doou 500 000 dólares ao Hospital Escola de Al-Salam, convertidos em equipas médicas e utensílios necessários para tratar os doentes.

O Departamento de Saúde de Ninewa coordenou este contributo e designou-o a este hospital, já que o aumento do número de pacientes tem sido notório, bem como a quantidade de pessoas vulneráveis nas comunidades de acolhimento (IOM, 2017).

Antes da distribuição, os materiais doados foram utilizados no hospital do campo de refugiados da IOM, Hammam al-Alil, que tinha outrora ajudado milhares de doentes deslocados com tratamentos urgentes. Este hospital, tratou de sensivelmente 9300 pessoas e recebeu cerca de 664 casos cirúrgicos, entre

situações de membros fraturados ou feridas. O material oferecido a este hospital consistiu em mesas para as cirurgias, material anestésico, ventiladores, monitores, bombas de infusão, desfibrilhadores cardíacos, esterilizadores, máquinas de raio X e material de laboratório. O Dr. Sangar Perdawed, coordenador sanitário de emergência nacional da IOM no Iraque, declarou:

“(…) Foi o momento ideal para se introduzirem estas melhorias. Estas, duplicarão a capacidade do hospital de assistir os doentes. Este donativo faz parte das práticas de agregação institucional da IOM. Uma delas é fortalecer os centros de saúde chefiados pelo governo a fim de servir da melhor maneira os nossos pacientes” (IOM, 2017).

O Hospital Al-Salam é a única unidade de cuidados intensivos operacional em Mosul. Este edifício, foi seriamente danificado aquando das guerras militares e agora tem capacidade para internar 150 doentes. De acordo com os médicos que trabalham no hospital, diariamente, 450 a 500 pacientes recorrem ao departamento de ortopedia e cardiologia, assim como ao tratamento de feridas. É relevante dizer que todas as pessoas recebem tratamento gratuito (IOM, 2017).

Para além de contribuir para melhorar as condições do hospital, a IOM ofereceu 70 000 dólares em material descartável médico a outras instalações de saúde do país. O Dr. Ibrahim Khalil, médico num dos hospitais ajudados pela organização referiu:

“(…) Cada dia realizamos mais de 50 cirurgias em três blocos operatórios; a disponibilidade de soro para estas intervenções cirúrgicas é crucial. O nosso hospital presta serviços às comunidades locais, a iraquianos deslocados e a refugiados sírios de forma imparcial e gratuita” (IOM, 2017).

4.4.1. IOM – Doações

O campo de refugiados de Azraq, na Jordânia, também contou com o apoio da IOM, UNHCR e do Conselho de Refugiados da Noruega. As 2069 famílias sírias que lá habitam receberam um donativo por parte da agência inglesa Department for International Development, de 8659 pares de sapatos novos. Esta agência também proporcionou o transporte seguro dos refugiados que se deslocaram desde as fronteiras da Jordânia até ao campo.

Na maioria dos casos, estas vítimas chegam aos campos de refugiados apenas com a roupa que têm vestida e muitas vezes não estão calçadas. Os sapatos são fundamentais para prevenir as picadas de aranhas e escorpiões no verão, bem como para proteger e aquecer os pés quando as temperaturas atingem graus negativos no inverno (IOM, 2014).

Na região de Hatay, na Turquia, as temperaturas são muito baixas e as condições de vida precárias. Aqui, residem mais de 3160 famílias sírias que lutam diariamente contra as condições adversas. No sentido de apoiar estas populações vulneráveis, a IOM (em colaboração com as autoridades locais) doou mais de 4600 mantas, 4800 almofadas, 3450 colchões, 1100 tapetes e muitas camas. Para mais, entregou aquecedores a 140 famílias vulneráveis e carvão.

Nesta zona, são poucas as oportunidades e ofertas de emprego. Desta forma, a organização ofereceu a muitas famílias cupões para que possam comprar alimentos e artigos de higiene pessoal.

Esta iniciativa foi subsidiada pela European Community Humanitarian Aid Office (ECHO) e está destinada a todos os refugiados sírios que vivem em condições adversas e habitam na região de Kirikhan em Hatay, na fronteira com a Síria (IOM, 2014).

Muitas destas famílias vivem em casas abandonadas, obras de construção inacabadas ou instalações agrícolas. Alguns, protegem-se em lojas abandonadas ou em refúgios improvisados. Os refugiados que são capazes de suportar os custos de alugar um sítio para viver, apenas podem financiar aqueles locais que estão em piores condições, que são bastante húmidos ou que necessitam de obras imediatas.

A respeito disto, a IOM também coopera com o governo sírio em outras iniciativas no âmbito da organização de viagens gratuitas para que todos os sírios que estejam no campo de Adiyaman (cerca de 10 000) possam ir ao médico ou ao supermercado. Este serviço também abarca o transporte gratuito de crianças que estudam em escolas distantes do campo, que de outra forma, não poderiam assistir (IOM, 2014).

A EU também ajudou as populações mais frágeis e cedeu às autoridades das fronteiras da Jordânia veículos preparados para transportar feridos ou incapacitados que fujam da guerra na Síria. No início da iniciativa, foi oferecida uma ambulância capaz de transportar seis pessoas. Esta, foi unida a outras três, destinadas a transportar pacientes individualmente e a 25 outros veículos (que englobam autocarros e camionetas, oferecidos anteriormente pela EU). A chefe da delegação da EU na Jordânia, Joanna Wroneck declarou:

“(...) Este projeto é fundamental para apoiar os guardas das fronteiras da Jordânia na assistência aos refugiados sírios. Em particular, esta ambulância, em conjunto com as proporcionadas anteriormente, servirá para dar assistência aos feridos e às pessoas mais vulneráveis” (IOM, 2014)

Estas ambulâncias de grande resistência são fabricadas especificamente com estruturas reforçadas de aço e providas de chassis para os solos desérticos mais difíceis. Desta forma, a chegada dos sírios à fronteira torna-se mais segura e evitam-se muitos ferimentos. A ambulância que alberga seis pacientes está munida com todo o equipamento de urgência, tais como quatro cilindros de oxigênio, um desfibrilhador, um respirador, entre outros.

Os guardas das fronteiras deparam-se diariamente com refugiados sírios feridos durante a perigosa viagem. O chefe da missão da IOM na Jordânia enunciou:

“ (...) Alegro-me de que, através da nossa aliança com a EU para apoiar os guardas das fronteiras, tenhamos conseguido contribuir de forma a que haja um impacto real na segurança e no bem-estar dos refugiados sírios que chegam à fronteira” (IOM, 2014)

A IOM recebeu mais uma generosa doação do governo do Kuwait que contribuiu com 5 milhões de dólares designados para dar assistência vital a milhares de sírios que sofreram com a guerra. Esta contribuição ajudou a IOM a continuar a ajudar as populações mais vulneráveis, facultando-lhes transporte, um sítio para viver, utensílios de primeiros socorros e acesso aos serviços de saúde.

O embaixador William Lacy Swing, diretor geral da IOM proferiu:

“(…) Estamos profundamente agradecidos ao Governo do Kuwait por este donativo; este fundo criará um impacto positivo na vida de milhares de deslocados internos e refugiados na síria” (IOM, 2014)

A organização comprometeu-se a utilizar os fundos para transportar os refugiados e imigrantes que fogem desesperadamente da Síria. Acresce referir que a IOM quer investir em campanhas de vacinação contra o sarampo e poliomielite, distribuir ajuda humanitária em toda a região, expandir os programas de habitação e de emprego.

No início de 2015, a IOM recebeu uma contribuição de 3,25 milhões de dólares do Fundo Global de Luta contra a Sida, Tuberculose e Malária para apoiar a prevenção, diagnóstico e tratamentos da tuberculose aos refugiados sírios infetados que habitam no Líbano e na Jordânia.

Numa altura em que a guerra civil na Síria estava a agravar-se de dia para dia, o Líbano recebeu 1,3 milhões de sírios e a Jordânia 620 000. Este aumento de população sobrecarregou os sistemas de saúde de ambos os países, o que fez com que a tuberculose (um problema sério de saúde pública) se propagasse mais depressa.

Assim, graças ao contributo deste fundo, foi possível reduzir a transmissão desta doença no Líbano e a mortalidade entre refugiados sírios e as comunidades locais. Das medidas tomadas destacam-se o diagnóstico, tratamentos, a informação mais detalhada sobre a doença, o melhoramento da prestação de serviços e recursos humanos e a sensibilização da doença às populações (IOM, 2015).

Passando à Jordânia, a quantia doada reverteu a favor do tratamento da tuberculose resistente aos medicamentos e da mortalidade dos sírios, através do acesso à prevenção, diagnóstico e tratamentos.

A IOM já tinha interferido contra esta doença nestes dois países, consciencializando as populações para a detecção rápida da doença e avaliando as necessidades das populações, em conjunto com a UNHCR e a WHO. Dr. Khaled, diretor do Programa Nacional da Tuberculose na Jordânia, explicou:

“(…) Estas intervenções vão permitir-nos responder com rapidez e garantir que nem os tratamentos da tuberculose, nem os serviços relacionados para os refugiados sírios que aqui vivem, não vão ser interrompidos” (IOM, 2015)

O governo japonês também fez um grande contributo à IOM iraquiana com 4 milhões de dólares entregues à organização de modo a apoiar os refugiados e deslocados sírios e iraquianos. Este donativo foi fundamental para sustentar a ajuda humanitária que a IOM tem vindo a desenvolver e conseguiu financiar projetos durante um ano. Grande parte do donativo (3,5 milhões) reverteu a favor da assistência aos deslocados internos iraquianos, por meio da iniciativa da organização Resposta Integrada da Emergência e Plano de Revitalização Comunitária para Deslocados Internos, Retornados e Comunidades de Acolhimento.

Este projeto focaliza-se na construção de refúgios provisórios, utilizando materiais locais, para as comunidades de deslocados e retornados, na prestação de serviços de saúde primários e saúde infantil, onde o acesso a estes serviços é ilimitado, e na organização de dinâmicas de coesão social que envolve práticas de consolidação da paz e tem como finalidade garantir que os grupos de minorias étnicas e religiosas, bem como os jovens, mulheres e crianças participem. Este projeto conta com o uso de materiais oferecidos pelo Japão, incluindo óculos para as crianças deslocadas (IOM, 2016).

Os restantes 500 000 foram destinados aos refugiados sírios e às comunidades de acolhimento mais desprotegidas através de outro projeto da IOM chamado Assistência de Emergência e Subsistência aos Refugiados Sírios no

Iraque. Entre muitas práticas, destacam-se o transporte gratuito para as escolas e a participação dos refugiados em cooperativas e restauros de infraestruturas comunitárias. O chefe da missão da IOM no Iraque, Thomas Weiss, confessou:

“(…) Estamos muito agradecidos pelo apoio contínuo do governo japonês à IOM como resposta à crise de refugiados e deslocados sírios. As pessoas deslocadas requerem muitos serviços vitais. Esperamos continuar a esforçar-nos, em conjunto com a UN, outras organizações humanitárias e o governo do Iraque, para fortalecer a nossa resposta aos iraquianos afetados pela crise atual, assim como aos refugiados sírios que requerem um maior apoio devido à crise prolongada no seu país” (IOM, 2016)

4.5. Síntese Conclusiva

No sentido de colmatar e travar um agravamento de uma crise humanitária decorrente do fluxo migratório de sírios, foram muitas as organizações internacionais que se mostraram receptivas a dar uma resposta financeira que uma situação destas exige.

Desde as Guerras Mundiais e da guerra fria que diversas organizações têm manifestado a sua preocupação em garantir os direitos humanos, cooperar com os Estados-Membros na proteção legal de pessoas e bens, promovendo ações que conduzam a paz mundial.

A exequibilidade de planos de ajuda e proteção implicou a criação de Planos e Programas de aquisição de fundos, especialmente, para fazer face às necessidades dos mais vulneráveis num curto prazo de tempo.

Foram as Resoluções do Conselho de Segurança e as medidas adotadas pela UNHCR que mais contribuíram para o bem-estar destas populações, pois, para além de garantirem proteção e segurança, dão assistência às vítimas, controlando as distribuições de água, alimentos, bem como regulamentando a responsabilidade sanitária e a educação (em especial nas crianças) e dando apoio médico.

Diferentes NGO's têm uma participação muito ativa nos campos de refugiados e dão auxílio às pessoas com necessidades especiais, para que todos possam usufruir das mesmas comodidades. Também têm um papel fulcral na reinserção social e nas ofertas de emprego (em áreas como agricultura, construção, indústria alimentar e algumas fábricas).

Destacam-se muitas as organizações e mesmo famílias que doaram dinheiro, géneros alimentares ou bolsas de estudo às famílias de refugiados sírios que, além de serem de extrema generosidade, deram uma réstia de esperança às populações, uma vez que tiveram a possibilidade de trabalhar, estudar e iniciar uma vida mais segura, e, por conseguinte, melhorar a sua qualidade de vida.

A IOM, fundada depois da Segunda Guerra Mundial e antes da Guerra Fria, numa época em que milhares de pessoas estavam deslocadas pela Europa, facilitou o seu deslocamento para locais fora da Europa e tem-se mantido ativa até aos dias de hoje. Perante esta problemática mundial, não ficou indiferente e conseguiu doações e cooperações com diferentes governos no sentido de aliviar o estado das vítimas, dando-lhes força para continuar.

Conclusão

Chegados à parte final desta dissertação impõe-se tecer algumas considerações finais, procedendo a uma conclusão sobre a problemática abordada, que visa o apoio das organizações internacionais, designadamente a UN, na crise dos refugiados sírios, e sobre o trabalho exploratório realizado.

O fluxo migratório dos refugiados sírios tem mobilizado vários autores e investigadores de áreas distintas, consoante os contextos onde são proferidos e as perspetivas da análise.

A dimensão geopolítica do conflito que eclodiu na Síria não permite a ocultação de uma tragédia humanitária de dimensão mundial, diante da qual as organizações internacionais, desde logo a UN mas também a EU, não podem ficar indiferentes, estando implicadas naquilo que é a defesa e a garantia de que estão assegurados os direitos do Homem às vítimas no que à sua dignidade, integridade, física e moral, e sobrevivência dizem respeito.

Questões relacionadas com a solidariedade, assistência e segurança dos indivíduos estão na ordem do dia quando o tema dos refugiados é o foco da atenção mundial. O apoio aliado às oportunidades e à segurança assume prioridade da ação das instituições e organizações internacionais do ponto de vista da estabilidade e cooperação, numa sociedade hodierna e em constante mutação, onde os conflitos germinam e parecem perpetuar-se no tempo. Numa época em que os desafios colocados são cada vez maiores, a intervenção humanitária exige ações complexas, articuladas e consistentes, assegurando o bem-estar dos cidadãos em geral.

Numa conjuntura de guerra e conflito não é só importante o apoio às vítimas, que se mobilizam para os vários cantos do mundo, fugindo do foco de guerra, mas também a assistência e a estabilidade dos países que os recebem. A imprevisibilidade do comportamento humano e a tomada de consciência disso têm levado a que os Estados que acolhem e as organizações internacionais, numa ação conjunta e concertada, criando planos estratégicos de ação e ajuda, olhem para esta problemática numa perspetiva holística, ou seja, olhando para as vítimas e assegurando o apoio à sua sobrevivência e subsistência com a

qualidade de vida desejada mas igualmente mantendo a segurança e o apoio aos cidadãos internos, não pondo em causa também os seus direitos nem a sua estabilidade.

Com este trabalho propusemo-nos a analisar a situação de guerra que se vive na Síria, a génese dessa mesma situação e a assistência humanitária que foi feita a fim de tentar aliviar o sofrimento daqueles que passaram pelo terror, com o enfoque nas políticas de proteção e de acolhimento dos refugiados, conscientes da vulnerabilidade em que os migrantes vivem no país de acolhimento.

A crise teve início desde cedo, já que o povo sírio sempre se definiu pelas suas diferenças étnicas e religiosas, nem sempre conseguindo coabitar com essas diferenças, que se foram fortalecendo no tempo e no espaço e deram origem ao isolamento criado pela falta de comunicação entre povos e ausência de uma chefia que governasse todos por igual. Consequentemente, fruto destes pequenos grupos cuja diversidade de pensamento e de crenças foi extremando os seus comportamentos na defesa dos seus ideais, os conflitos eclodiram de forma descontrolada e têm-se perpetuado no tempo sem que seja visível a sua resolução.

Nos primórdios da formação do país, chefiado sob o Mandato Francês, foi dividido em estados, que não tardaram a entrar em discórdia. Resultado das diferentes convicções religiosas que fomentavam o desacato e o desacordo. Na verdade, a religião do anterior presidente era uma das menos populares, o que trouxe ao governo de Hafez al Assad uma postura modesta e humilde e uma preocupação constante com as minorias. Contudo, a sua morte fez com que o seu mandato fosse entregue ao seu filho, Bashar. O povo, esperançoso que o filho partilhasse dos mesmos valores do pai, fez um referendo para que o governo fosse atribuído a Bashar, porém as suas ações não corresponderam às expectativas.

De facto, o novo presidente, inexperiente e com pouca capacidade de liderança, mostrou ao seu povo que estava enganado e começou a adotar políticas que falharam, quebrou os acordos de cooperação com os Estados Unidos e fez com que a Síria se tornasse num país isolado, atrasado relativamente a outros, carente de identidade e com uma economia instável.

Conclusão

Além disso, e não somenos importante, Bashar al Assad insistia num regime ditatorial, sem liberdade total e onde qualquer atitude que prejudicasse o sistema era repreendida.

Uma onda de protestos e conflitos deu origem à Primavera árabe, após a autoimolação de um tunisiano, que fez com que milhares de manifestantes reagissem a este ataque e saíssem às ruas em forma de protesto, expressando o seu descontentamento com a corrupção e o desemprego vividas no país. Esta revolta teve graves repercussões a nível mundial e nos países vizinhos da Síria, que começaram a observar a destituição dos governos. Até então, todas as queixas tinham sido levadas de forma branda, porém, o presidente sírio decretou que as autoridades disparassem armas de fogo contra a população e suspendeu o acesso a água e eletricidade, aumentando o sentimento de raiva e revolta no povo.

A população sentiu-se atacada e ofendida e eclodiu umas das maiores tragédias sem prognóstico de término.

O clima de guerra instalado incentivou muitas famílias a deslocarem-se para cidades mais rurais na vizinhança, na expectativa de melhorar a qualidade de vida e ter mais estabilidade. Todavia, essas pequenas cidades ficaram saturadas de habitantes e o governo local não foi capaz de suportar o ensino e as ofertas de emprego. Desta forma, foi necessária uma mudança para mais longe.

Metade da população síria foi obrigada a deixar o seu lar e arriscar-se por caminhos perigosos e inseguros pelo Mediterrâneo. Estas travessias marítimas causaram a morte de muitas pessoas que não aguentaram a violência e morreram afogadas.

Ainda que muitos habitantes sírios tenham conseguido concluir a rota com sucesso, muitos outros, enganados por contrabandistas, foram levados por redes clandestinas que não os transportaram até ao seu destino, roubando-lhes dinheiro e colocando-os em perigo de vida.

As rotas tomadas pelos refugiados trouxe-os até à Europa, via marítima, por intermédio de Itália, Marrocos (até Espanha) e Grécia. Numa altura em que o pânico estava muito presente nestas pessoas, o fluxo migratório atingiu proporções incalculáveis, tendo sido criado um acordo entre a Turquia e a União

Europeia que acelerou o processo de liberação de vistos para que os cidadãos turcos entrassem na cidade.

A Turquia, assente no compromisso assumido através do acordo, fez os possíveis para controlar a abertura de novas rotas desde o seu território para a Europa e sentiu-se uma diminuição abrupta de refugiados que chegavam à União Europeia.

Fruto deste fluxo populacional, os pedidos de asilo requisitados pelos refugiados também aumentaram substancialmente. Apesar destes migrantes ambicionarem entrar nos países nórdicos e na Alemanha, foram os países fora da Europa que mais contribuíram nesta causa. Ainda que menos desenvolvidos que os países europeus, foram quem mais acolheu refugiados e quem mais esforços fez para assegurar o seu bem-estar, destacando-se a Turquia, Jordânia e o Líbano no apoio humanitário às vítimas, não obstante a escassez dos seus recursos.

Na Europa, as opiniões sobre a problemática e as ações humanitárias não foram homogéneas. Um grupo de países de leste – o grupo Visegrado - mostrou-se contra o acolhimento, decretando edificar um muro para impedir que os refugiados o trespassassem, um verdadeiro desrespeito pelas instituições internacionais e pelas políticas gizadas, que atuavam na defesa dos direitos dos migrantes, mas também pela falta de solidariedade e ajuda humanitária diante de tamanha vulnerabilidade humana. Mostraram-se apreensivos com a questão económica que o acolhimento fosse acarretar, bem como com o aumento do desemprego que os refugiados pudessem implicar. O racismo, a insegurança e as diferenças culturais também foram motivos que incitaram aqueles países a oporem-se.

Por outro lado, os líderes de outros países (como a Alemanha e a Finlândia) mostraram-se caridosos com a crise humanitária e aceitaram abrir as suas portas aos migrantes e refugiados que necessitavam.

Aquando do acolhimento, foram criados campos de refugiados especificamente para alojar os mais vulneráveis. Estes campos foram construídos em lugares seguros e longe da violência, proporcionando um espaço de paz e estabilidade há muito desejado e necessário, onde é possível dar assistência médica aos residentes, assegurar que tenham alimentos e água, dar

continuidade aos estudos das crianças e iniciar alguma atividade comercial. Muitos destes campos de refugiados foram criados temporariamente para satisfazer as necessidades prementes dos seus habitantes a curto prazo. No entanto, alguns deles mantiveram-se até aos dias de hoje já que muitos refugiados conseguiram refazer as suas vidas e até arranjar empregos no seio das suas famílias.

Foram muitas as organizações internacionais que deram auxílio e, além de doarem géneros alimentares e roupas, fizeram com que os refugiados se sentissem o mais confortável possível depois de terem vivido num ambiente tão pesado, tão adverso e onde a iminência da morte os assolava a cada instante.

Assim, dando resposta à nossa questão central, demonstramos que a Organização das Nações Unidas fez donativos, construiu instalações para tratar doenças, enviou professores e enfermeiros, criou painéis solares, enviou brinquedos às crianças refugiadas, doou ambulâncias e material médico de urgência, atribuiu bolsas escolares aos estudantes, cedeu material escolar, organizou grupos de reinserção social, deu a possibilidade de serem feitos tratamentos psicológicos e psiquiátricos e deu oportunidade a muitas famílias para recomeçarem de novo a sua vida, enviando-as para novas cidades e entregando-as a pessoas que as acolheram e lhes deram uma réstia de esperança.

Acima de tudo, o apelo ao espírito de cooperação, consistência, responsabilidade e ajuda em todo o Mundo foi escutado.

As organizações mencionadas ao longo da dissertação têm tido um papel fulcral no alívio do sofrimento destes refugiados, que não tinham esperança no seu futuro, ao proporcionarem uma nova oportunidade de vida a estas pessoas, procurando melhorar os seus dias, dar força às famílias e diminuir a sua mágoa.

Esta crise é, de facto, de difícil solução e impõe um grande desafio à união e solidariedade europeia. Uma nação que representa um exemplo para o mundo não deve aceitar determinadas atitudes individuais a este respeito. São necessárias ações urgentes de solidariedade, tomadas de consciência no sentido de fomentar a tolerância, o apoio e a solidariedade, dado que se trata de uma questão de todos, no sentido em que a problemática dos migrantes sírios nos leva a perceber que os problemas internos de um país não se circunscrevem a si

Conclusão

mesmo, rapidamente se fazem sentir noutros países, ganhando então uma dimensão internacional, criando situações de dependência e de integridade humana que urge solucionar. Trata-se de um problema que requer uma solução coletiva, sem esquecer os princípios e valores que existem desde sempre.

A consciencialização desta problemática faz-nos perceber que existe uma dicotomia perigosa entre a situação dos refugiados e a questão dos direitos humanos. As violações a princípios como a dignidade humana, a liberdade e a integridade física e moral são questões que têm sido levantadas, na medida em que se vai sentindo o desrespeito por estas vítimas cujos direitos devem ser assegurados e respeitados em todo o processo de mobilidade, desde que saem do seu país até que sejam acolhidos. Trata-se de um desígnio coletivo perante o qual não podemos ficar indiferentes e nos devemos empenhar em prol da defesa dos direitos humanos.

Bibliografia

- Abtan, B. (18 de Julho de 2017). O acordo entre a UE e a Turquia sobre refugiados tem que acabar. *Público*.
- Adebayo, A. A. (2015). The Legal Regime for the Protection of asylum seekers and refugees: An overview of the Geneva Convention 1951. *Nnamdi Azikiwe University Journal of International Law and Jurisprudence*, 6, 83-91.
- Affairs, U. O. (2008). *Consolidated Appeals Process (CAP): Syria Drought Appeal September 2008*. UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, Geneva.
- Alsalem, R. (17 de Outubro de 2013). El ACNUR ayuda a devolver los documentos de identidad a los refugiados sirios. *UNHCR*.
- Amnistia Internacional. (4 de Outubro de 2016). Políticas de "Interesse Próprio" e Egoísmo dos Países ricos vão agravar a Crise Global de refugiados. *Amnistia Internacional em defesa dos Direitos Humanos*.
- Andrade, G. B. (2011). A GUERRA CIVIL SÍRIA E A CONDIÇÃO DOS REFUGIADOS: UM ANTIGO PROBLEMA, "REINVENTADO" PELA CRUELDADA DE UM CONFLITO MARCADO PELA INAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL. *Revista de Estudos Internacionais*, 2, pp. 124-128.
- Ansa, A. (7 de Julho de 2017). *Conheça as principais rotas migratórias da atualidade*. Obtido em 20 de Novembro de 2019, de Época Negócios: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/07/conheca-principais-rotas-migratorias-da-atualidade.html>
- Araújo, W. (2003). *Refugiados: realidade e perspectivas* (Vol. 8). Brasília: Edicoes Loyola.
- Asaker, M. A. (28 de Dezembro de 2012). Refugiados sirios tienen la oportunidad de asistir a las universidades turcas. *UNHCR*.
- Barata, C. (16 de Fevereiro de 2016). *Países que não querem receber refugiados têm plano B para fechar fronteiras*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de Público: <https://www.publico.pt/2016/02/16/mundo/noticia/paises-que-nao-querem-receber-refugiados-tem-plano-b-para-fechar-fronteiras-1723517>

Bibliografia

- Beals, G. (19 de Julho de 2013). Un año después el campo de refugiados de Za'atri se transforma en una ciudad. *UNHCR*.
- Beber, J. A. (2019). Os conflitos na Síria e a Proteção dos Refugiados no Brasil. (Unoesc, Ed.) *Anuário Pesquisa E Extensão*, 4, pp. 5-6.
- Cecco, L., & Sakkab, A. (31 de Março de 2017). Un empresario canadiense invierte millones en refugiados sirios. *UNHCR*.
- Corrêa, L. F. (2013). Confrontos na Síria: A Teoria Crítica aplicada ao Conselho de Segurança. *Revista Académica de Relações Internacionais*, 1, pp. 47-58.
- Costa, R. P. (2016). *Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Orientais, São Paulo.
- Craig, S. (15 de Dezembro de 2017). Un fuego mortal devasta a una familia de refugiados sirios en el Líbano. *UNHCR*.
- Crepeau, F., & Barutciski, M. (1994). Refugee Rights in Canada and the 1951 Geneva Convention. *Journal of Refugee Studies*, 7(2), 239-248.
- Dias, J. d. (29 de Junho de 2018). *Acolhimento de refugiados na UE passa a ser feito numa "base voluntária"*. Obtido em 23 de Outubro de 2019, de O Observador: <https://observador.pt/2018/06/29/acolhimento-de-refugiados-na-ue-passa-a-ser-feito-numa-base-voluntaria/>
- Divers. (12 de Dezembro de 2013). El ACNUR y sus socios aceleran entrega de ayuda a los refugiados sirios por la tormenta invernal. *UNHCR*.
- Divers. (18 de Dezembro de 2013). La UE dona 63 millones de euros al ACNUR para sus operaciones en Siria. *UNHCR*.
- Dobbs, L. (18 de Abril de 2013). Kuwait dona a ACNUR 110 millones de dólares para sus operaciones en Siria. *UNHCR*.
- Dunmore, C. (13 de Julho de 2015). Malala advierte de que la escasez de fondos amenaza la educación de los refugiados sirios. *UNHCR*.
- Edwards, A. (31 de Agosto de 2012). El flujo de refugiados sirios continúa y lleva al límite la capacidad de acogida de las escuelas. *UNHCR*.
- Edwards, A. (24 de Agosto de 2012). Las operaciones de asistencia humanitaria a refugiados sirios se mantienen a pesar de los retos. *UNHCR*.

Bibliografia

- Edwards, A. (26 de Abril de 2013). Un informe de ACNUR revela que los servicios sanitarios para refugiados sirios están al límite. *UNHCR*.
- Edwards, A. (11 de Março de 2014). Jordania abrirá un nuevo campamento para refugiados sirios en Azraq. *UNHCR*.
- Expresso, J. (11 de Setembro de 2015). *Países de leste e nórdicos recusam quotas de refugiados*. Obtido em 20 de Novembro de 2019, de Expresso: <https://expresso.pt/internacional/2015-09-11-Paises-de-leste-e-nordicos-recusam-quotas-de-refugiados>
- Expresso, J. (23 de Dezembro de 2016). *Dez países acolhem 56% de todos os refugiados. Nenhum é europeu*. Obtido em 3 de Novembro de 2019, de Expresso: <https://expresso.pt/internacional/2016-12-23-Dez-paises-acolhem-56-de-todos-os-refugiados.-Nenhum-e-europeu>
- Felício, L. F. (2018). The Daesh and the Refugee Crisis in Syria and Governmental Xenophobia in Europe. *Universidade Estadual Paulista Marília, Brasil*, 8, 77-92.
- Fernández-López, L., & Hidalgo-Cuesta, C. M. (Julho-Dezembro de 2017). Intervención social con refugiados sirios desde un enfoque resiliente a través del Trabajo Social. – *Global Social Work. Revista de Investigaciones en Intervención social*, 7(13), pp. 223-225.
- Ferreira, M. d. (2019). Primeira parte: Refugiados: estado da questão.
- Fleming, M. (25 de Janeiro de 2013). Apertura de un nuevo campo en Jordania para hacer frente al creciente flujo de refugiados. *UNHCR*.
- Francisco, P. (20 de Outubro de 2014). *Papa pede "atuação adequada" da comunidade internacional perante Estado Islâmico*. Obtido em 3 de Janeiro de 2020, de RTP Notícias: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/papa-pede-atuacao-adequada-da-comunidade-internacional-perante-estado-islamico_n775515
- Friedman, T. L. (18 de Maio de 2013). Without Water, Revolution. *The New York Times*.
- Furtado, G., Roder, H., & Aguilar, S. L. (Dezembro de 2014). A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional. *Série Conflitos Internacionais*, 1, 1-6.
- Gleick, P. H. (Julho de 2014). *Water, Drought, Climate Change, and Conflict in Syria*. Pacific Institute, Oakland.

Bibliografia

- Gonçalves, B. (20 de Dezembro de 2018). "É uma indignidade a Europa querer discutir a sua capacidade para acolher refugiados". (R. Sol, Ed.) Obtido em 21 de Setembro de 2019, de <https://sol.sapo.pt/artigo/639292/e-uma-indignidade-a-europa-querer-discutir-a-sua-capacidade-para-acolher-refugiados>
- Gremaud, A. P., & Fernandes, M. F. (Junho de 2003). Depois do choque e do pavor: reflexões acerca da Guerra do Iraque. *Indicadores Económicos FEE*, 31(1), pp. 21-36.
- Hashem, M. (14 de Novembro de 2017). El campamento Za'atari se vuelve ecológico gracias a una nueva planta solar. *UNHCR*.
- Henriques, J. G. (4 de Outubro de 2016). *Países que acolhem mais refugiados são os mais pobres*. Obtido em 10 de Dezembro de 2019, de Público: <https://www.publico.pt/2016/10/04/sociedade/noticia/paises-que-acolhem-mais-refugiados-sao-os-mais-pobres-1746122>
- Hurwitz, A. (1990). The 1990 Dublin Convention: A Comprehensive Assessment. *International Journal of Refugee Law*, 11, 646-677.
- Internacional, A. (Outubro de 2013). Restricciones crecientes y duras condiciones. *Amnistía Internacional*, 14-15.
- Internacional, A. (13 de Dezembro de 2013). Un fracaso internacional: La crisis de los refugiados sirios. *Amnistía Internacional Informe*, p. 13.
- IOM. (30 de Julho de 2012). La OIM traslada a los refugiados sirios desde las abarrotadas instalaciones de tránsito a nuevos campamentos. *IOM*.
- IOM. (23 de Abril de 2012). Refugiados sirios en Iraq reciben ayuda de la OIM. *IOM*.
- IOM. (3 de Setembro de 2013). Alemania ofrece estancia temporal a 5.000 refugiados sirios. *IOM*.
- IOM. (28 de Junho de 2013). Comienza la distribución de ayuda de la OIM a refugiados sirios en el sur del Líbano. *IOM*.
- IOM. (23 de Setembro de 2014). Distribución de zapatos entre refugiados sirios en Jordania. *IOM*.
- IOM. (7 de Abril de 2014). Kuwait dona USD 5 millones a la OIM en respuesta a los llamamientos a favor de Siria. *IOM*.
- IOM. (12 de Dezembro de 2014). La EU financia ambulancia moderna para Jordania para prestar auxilio a los heridos que llegan desde Siria. *IOM*.

Bibliografia

- IOM. (9 de Dezembro de 2014). La OIM ayuda a refugiados a reasentarse en Bélgica. *IOM*.
- IOM. (24 de Janeiro de 2014). La OIM ayuda a refugiados sirios en Turquía con artículos de socorro de invierno. *IOM*.
- IOM. (3 de Outubro de 2014). La OIM reubica a refugiados sirios en Francia. *IOM*.
- IOM. (27 de Janeiro de 2015). Fondo Mundial respalda esfuerzos de la OIM para combatir la tuberculosis entre los refugiados sirios en Jordania, Líbano. *IOM*.
- IOM. (4 de Janeiro de 2016). Japón dona USD 4 millones a la OIM de Iraq para ayudar a iraquíes desplazados y a los sirios. *IOM*.
- IOM. (21 de Novembro de 2017). La OIM dona 500.000 dólares en concepto de equipos e insumos para el Hospital de Mosul. *IOM*.
- IOM. (13 de Outubro de 2017). Refugiados sirios reubicados en Chile en base a Programa de la OIM y del ACNUR. *IOM*.
- Kasprzak, A. P., & Monteiro, R. C. (2018). A crise dos refugiados e a dignidade da pessoa humana. *Tensões Mundiais*, 14(27).
- Kelley, C. P., Mohtadi, S., Cane, M. A., Seager, R., & Kushnir, Y. (30 de Janeiro de 2015). Climate change in the Fertile Crescent and implications of the recent Syrian drought. (B. J. Hoskins, Ed.) *PNAS*.
- Leite, A. C., Faria, I. H., Pacífico, A. M., & Pacheco, C. C. (Maio-Agosto de 2017). The US foreign policy to the Middle East (2003-2011) and the rise of Islamic State in Iraq and Syria (ISIS). *Revista Debates*, 11(2), pp. 55-76.
- Leverett, F. (2005). *Inheriting Syria: Bashar's Trial by Fire*. Washington DC: Brookings Institution Press.
- Lima, B. P. (2015). *A Síria em Pedacos*. (T. d. China, Ed.) Lisboa.
- Lopes, G. C. (Dezembro de 2013). As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. *Universidade de Brasília*, 16, pp. 789-811.
- Lusa, A. (20 de Dezembro de 2018). *Costa critica países da União Europeia que protestam contra acolhimento*. Obtido em 18 de Dezembro de 2019, de O Observador: <https://observador.pt/2018/12/20/costa-critica-paises-da-uniao-europeia-que-protestam-contra-acolhimento/>

Bibliografia

- Lusa, A. (27 de Julho de 2019). *António Guterres defende rotas seguras e legais para migrantes e refugiados*. Obtido em 15 de Dezembro de 2019, de O Observador: <https://observador.pt/2019/07/27/antonio-guterres-defende-rotas-seguras-e-legais-para-migrantes-e-refugiados/>
- Macena, N. E., & Obregon, M. F. (2018). *Impactos Causados pelos Refugiados nos Países Acolhedores: Analise se os impactos negativos prevalecem sobre os positivos e vice-versa*. Artigo, Faculdade de Direito de Vitória, Derecho y Cambio Social.
- Magalhães, P. S. (2016). *A União Europeia e a segurança humana: o caso dos refugiados sírios*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
- Marini, N. D. (Julho/Setembro de 2016). Serviços comunitários de saúde mental para refugiados: um relato da fronteira turca. *Ciência e Cultura*, 68(3).
- Marques, P. C. (2017). *Drama dos/as refugiados/as na Europa. Acordo entre a União Europeia e a Turquia*. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra.
- Martínez, J. A. (2016). *Análisis de la Situación de los Refugiados y Desplazados Sirios como Consecuencia del Conflicto Armado*. Trabalho de Licenciatura, Universidad del Azuay, Facultad de ciencias Jurídicas Escuela de Estudios Internacionales, Cuenca.
- Marx, R. (2001). Adjusting the Dublin Convention: New Approaches to Member State Responsibility for Asylum Applications. *European Journal of Migration and Law*, 3(1), 7-22.
- McDonough, P., Kmak, M., & van Selm, J. (Março de 2008). Sharing Responsibility for Refugee Protection in Europe: Dublin Reconsidered.
- Menezes, T. S., & Reis, R. R. (1 de Janeiro de 2013). Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento pós-determinação do status de refugiado. *Revista Brasileira de Política Internacional*, pp. 144-162.
- Needham, A., & Mahecic, A. (24 de Dezembro de 2013). Juguetes del Reino Unido llevan sonrisas a niños sirios refugiados. *UNHCR*.
- News, B. (25 de Março de 2018). *Guerra do Iraque, 15 anos depois: as frases-chave que justificaram o conflito*. Obtido em 17 de Outubro de 2019, de BBC News: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43479249>

Bibliografia

- Notícias, J. d. (11 de Setembro de 2015). *Países da Europa de Leste, Dinamarca e Finlândia recusam quotas de refugiados*. Obtido em 27 de Setembro de 2019, de Jornal de Notícias: <https://www.jn.pt/mundo/paises-da-europa-de-leste-dinamarca-e-finlandia-recusam-quotas-de-refugiados-4773196.html>
- Oliveira, C. R., Peixoto, J., & Gois, P. (2017). A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), pp. 73-98.
- Pécoud, A. (29 de Agosto de 2017). What do we know about the International Organization for Migration? *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(10), 1621-1638.
- Pereira, J. R. (2017). *O acordo entre União Europeia e Turquia para readmissão de refugiados e os conceitos de primeiro país de asilo e país terceiro seguro*. Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília.
- Persaud, S., & Manly, M. (1 de Junho de 2009). ACNUR y las respuestas a la apatridia . *Revista Migraciones Forzadas*.
- Perthes, V. (1997). *The Political Economy of Syria Under Asad*. New York: I.B.Tauris.
- Purvis, A. (13 de Janeiro de 2014). Clases de recuperación ayudan a los niños sirios refugiados a proseguir sus estudios. *UNHCR*.
- Rabasa, D. C. (Outubro de 2014). Refugiados Sirios en el mundo: crisis de derechos humanos. *Revista de Filosofía, Ética y Cultura*(5), pp. 12-15.
- Robinson, C. (30 de Julho de 2014). Los refugiados duermen más fácilmente en el campamento de verano del Kurdistán con colchones nuevos y edredones livianos. gracias a la gran donación de IKEA. *UNHCR*.
- Rocha, R. R., & Moreira, J. B. (2010). Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios. *Revista de Sociologia e Política*, 18(37), pp. 6-7.
- Rocha, R. R., & Moreira, J. B. (Outubro de 2010). Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios. *Revista de Sociologia e Política*, 18(37), pp. 17-30.
- Rodrigues, J. N. (Julho de 2006). *Políticas de Asilo e de Direito de Asilo na União Europeia*. Working Paper, Universidade dos Açores.
- Rummery, A. (19 de Abril de 2016). Nuevas medidas para mejorar las oportunidades laborales de los refugiados sirios en Jordania. *UNHCR*.

Bibliografia

- Sá, C. S. (2015). *A Crise Humanitária na Síria: Estudo para Intervenção em Saúde junto das Crianças e dos Child Carers*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Santos, S. J. (Fevereiro de 2014). À lupa – A Guerra na Síria. *Rede Angola*, 6-31.
- Seregni, J. (22 de Outubro de 2012). Miles de refugiados sírios llegan a Irak, muchos de ellos con necesidades especiales. *UNHCR*.
- Silva, A., Geraldês, A., Ramos, A., Faria, C., Fonseca, C., Romão, C., . . . Conceição, S. (2016). Razões para Acolher Pessoas Refugiadas: Das Representações à Ação. *UIIPS*, 4(1), pp. 76-84.
- Silva, A., Geraldês, A., Ramos, A., Faria, C., Fonseca, C., Romão, C., . . . Conceição, S. (2016). Razões para Acolher Pessoas Refugiadas: Das Representações à Ação. *UIIPS*, 4(1), pp. 5-9.
- Silva, C. R., & Albanês, H. G. (Dezembro de 2018). A crise humanitária na Europa: dos direitos fundamentais à coisificação da pessoa humana. *Conhecimento & Diversidade, Niterói*, 10, pp. 54–66.
- Silva, L. L., Finelli, R. M., & Rangel, B. d. (Dezembro de 2014). A reflexão sobre a eficiência dos pressupostos realistas na contemporaneidade através da invasão do Iraque em 2003. *GeoTextos*, 10(2), pp. 143-160.
- Soares, L. M. (2016). *A situação dos refugiados Sírios: uma análise das políticas migratórias da União Europeia e do Brasil*. Trabalho de Graduação, Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília.
- Sousa, C. U. (2017). Os Desafios da União Europeia: Segurança e Mobilidade. *III Congresso Internacional do Observare*, (p. 12). Lisboa.
- Souza, A. d., & Moraes, R. F. (Maio de 2015). Coalizões Globais Lideradas pelos Estados Unidos na Guerra ao Terror (2001-2011): Para Além do Unilateralismo. *Contexto Internacional*, 37(2), pp. 763-790.
- Souza, C. E., Peixoto, D. M., Correa, F. B., Ciscotto, R. M., & Santos, W. A. (2018). *A Guerra Civil na Síria: atores internos, jogos de poder e possíveis reflexos para o Brasil a partir da situação dos refugiados desse conflito*.
- Traiano, H. (04 de Outubro de 2016). Obtido em 21 de Outubro de 2019, de <https://oglobo.globo.com/mundo/apenas-dez-paises-acolhem-56-dos-refugiados-no-mundo-diz-ong-20231127>:
<https://oglobo.globo.com/mundo/apenas-dez-paises-acolhem-56-dos-refugiados-no-mundo-diz-ong-20231127>

Bibliografia

- UN. (2015). *Resolución 2209 (2015)*. UN, Conselho de Segurança.
- UN. (2015). *Resolución 2235 (2015)*. UN, Conselho de Segurança.
- UN. (2015). *Resolución 2254 (2015)*. Resolução do Conselho de Segurança, UN, Conselho de Segurança.
- UN. (2015). *Resolución 2258 (2015)*. Conselho de Segurança, Conselho de Segurança.
- UN. (2016). *Resolución 2268 (2016)*. UN, Conselho de Segurança.
- UN. (2016). *Resolución 2314 (2016)*. UN, Conselho de Segurança.
- UN. (2016). *Resolución 2319 (2016)*. UN, Conselho de Segurança.
- UN. (2016). *Resolución 2328 (2016)*. UN, Conselho de Segurança.
- UN. (s.d.). *Nações Unidas Brasil*. Obtido em 23 de Novembro de 2019, de Nações Unidas Brasil: <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/#verticalTab4>
- UNHCR. (s.d.). *¿Quieres ver cómo es un campo de refugiados?* (UNHCR, Ed.) Obtido em 26 de Novembro de 2019, de UNHCR: <https://eacnur.org/es/quieres-ver-como-es-un-campo-de-refugiados>
- UNHCR. (2013). Fundación de la Familia Tamer. *UNHCR*.
- UNHCR. (Novembro de 2013). The Future of Syria: Refugee Children in Crisis. *UNHCR*, 10-11.
- UNHCR. (20 de Setembro de 2013). UNIQLO dona un millón de dólares para la emergencia siria. *UNHCR*.
- UNHCR. (12 de Dezembro de 2017). La ONU y sus socios buscan 4.400 millones de dólares para ayudar a los refugiados sirios. *UNHCR*.
- UNHCR. (11 de Dezembro de 2018). La ONU y sus socios lanzan plan de ayuda a refugiados sirios y países de acogida, cuando el número de bebés nacidos como refugiados alcanza el millón. *UNHCR*.
- UNHCR. (11 de Julho de 2018). Qatar Charity y ACNUR lanzan un salvavidas para 30.000 familias de refugiados sirios. *UNHCR*.
- Vieira, V. A. (2014). *A Situação dos Refugiados Sírios na Jordânia e a Atuação das Nações Unidas*. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Florianópolis.

Bibliografia

Volpini Silva, C. R., & Gonçalves Albanez, H. (Setembro-Dezembro de 2018). The humanitarian crisis in Europe: from fundamental rights to the fact of the human being. *Conhecimento & Diversidade*, 10(22), pp. 54-66.

Westing, A. H., Institute, S. I., & Programme, U. N. (1986). *Global resources and international conflict : environmental factors in strategic policy and action*. New York: Oxford University Press.

Zahreddine, D. (Outubro-Novembro de 2013). Crisis in Syria (2011-2013): A Multifactorial Analysis. *Revista Conjuntura Austral*, 4(20), pp. 7-12.

Zisser, E. (2005). Bashar al-Assad: In or out of the new world order? *The Washington Quarterly*, 28(3), 115-131.